

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PRODUTIVIDADE ACADÊMICA E SUBJETIVAÇÃO:
Modulação do trabalho do pesquisador docente

João Henrique de Sousa Santos

Belo Horizonte
2015

João Henrique de Sousa Santos

**PRODUTIVIDADE ACADÊMICA E SUBJETIVAÇÃO:
Modulação do trabalho do pesquisador docente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Luciana Kind

Belo Horizonte

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237p Santos, João Henrique de Sousa
Produtividade acadêmica e subjetivação: modulação do trabalho do pesquisador docente / João Henrique de Sousa Santos. Belo Horizonte, 2015.
107 f. : il.

Orientadora: Luciana Kind
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Pesquisa educacional. 2. Pesquisadores. 3. Subjetividade - Pesquisa. 4. CNPq - Avaliação. I. kind, Luciana. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 001.891

João Henrique de Sousa Santos

PRODUTIVIDADE ACADÊMICA E SUBJETIVAÇÃO:

Modulação do trabalho do pesquisador docente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Luciana Kind (Orientadora) – PUC Minas

João Leite Ferreira Neto – PUC Minas

Mary Jane Paris Spink - PUC São Paulo

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2015.

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer pela conclusão desse trabalho não é algo fácil, como, à primeira vista, possa parecer. Foram dois anos de encontros, entraves, prazos, leitura, escrita, descobertas, mais encontros e intensas experiências que certamente estão postas aqui. E, por vivenciar esse processo é que agradeço os essenciais e inestimáveis apoios dos que se seguem:

- Deus, pois sem vida nada seria possível;
- Luciana Kind, pelo modo como me conduziu por este trabalho e por possibilitar um espaço de produção compartilhada e ao mesmo tempo autônoma. Lu, obrigado por permitir que essa caminhada, que não é de agora, tivesse espaços para a amizade. Fernando Sabino dizia que o ponto de chegada depende de cada um, mas quando penso onde cheguei, vejo que você foi fundamental para que eu encontrasse a margem que encontrei;
- Minha família, que compreendeu meus momentos, não poucos, de afastamento e trancamentos. Em especial a minha mãe, pelo apoio incondicional e sem o qual eu não seria a pessoa que sou hoje;
- Mary Jane Paris Spink e João Leite Ferreira Neto, pela solicitude e disponibilidade em participar da Banca de Qualificação e da Banca Examinadora desta dissertação. Obrigado por terem dedicado um momento do tempo de vocês à leitura deste trabalho. Não poderia me sentir mais honrado e feliz diante do olhar e contribuições de pesquisadores que são exemplo para mim;
- Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Minas, no qual tive experiências únicas e que certamente produziram espaços de aprendizado e crescimento;
- Agradeço às pesquisadoras e pesquisadores entrevistados para esta dissertação. Compartilhar o cotidiano de trabalho intenso e encontrar em meio a esse um momento para conversar comigo foi motivo de grande satisfação.
- Agradeço à equipe da pesquisa “Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida”, em especial Cíntia, Maria Eugênia, Carol, Patrícia, Fernanda, Nayene e Lu, que, ocorrendo concomitantemente à

essa pesquisa de mestrado, permitiu a compreensão de que o exercício de pesquisar, embora seja uma tarefa árdua, não precisa caminhar distante de bons encontros e momentos de extrema alegria... com essas “florzinhas” o meu coração fica em alvoroço, com a certeza de que nada será como antes.

- André Mendes e Dimas Medeiros, pela leitura precisa, atenta e cuidadosa.
- Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro recebido, o que permitiu dedicação exclusiva à essa pesquisa e, conseqüentemente, maior aprofundamento do campo investigado.

Se lhes dou esses detalhes sobre o asteroide B 612 e lhes confio seu número, é por causa das pessoas grandes. Elas adoram os números. (SAINT-EXUPÉRY, 2009, p. 17).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o cenário de produtividade acadêmica e modos de subjetivação que incidem sobre o trabalho do pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Psicologia. O caminho adotado para discutir os processos de subjetivação assume alguns conceitos desenvolvidos ao longo do pensamento de Foucault, especificamente aqueles que dão contorno à problematização das práticas de constituição de si. O campo teórico aponta um cenário no qual os pesquisadores estão cada vez mais imersos em uma normatividade que impõe a produção enquanto palavra de ordem. Além disso, a classificação dos programas e dos pesquisadores faz emergir uma complexa rede de práticas produtivistas no âmbito da pesquisa científica no país. A investigação consistiu na elaboração de dados por meio de informações disponíveis nas páginas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do CNPq, análise de currículos Lattes e entrevistas semidirigidas realizadas com 7 (sete) bolsistas de produtividade. Dado o campo de investigação, optou-se pela problematização do discurso como perspectiva analítica possível ao estudo proposto, buscando na relação entre sujeitos, discursos e práticas, em diálogo com Michel Foucault, recursos teóricos para efetivação da análise. Atualmente a área de psicologia conta com 315 bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ). Destes, 196 são do sexo feminino e 119 do sexo masculino. Os resultados da análise dos currículos mostram que pesquisadores com bolsas de nível mais alto apresentam maior média de produção. Destacam-se, para esses, as produções de nível internacional nas classificações 1A e 1B, quando comparadas com os demais níveis. A análise das entrevistas aponta uma articulação entre produtividade e intensificação do trabalho do pesquisador-docente. O produtivismo emerge em meio à cultura da produtividade, enquanto um acontecimento na academia, produzindo modos de subjetivação e práticas de resistência. Pode-se considerar, a partir dos dados analisados, que o trabalho docente tem sofrido relativa precarização, que se intensifica frente às políticas de gestão e avaliação regidas pelas agências de fomento. A análise indica, ainda, que o trabalho do pesquisador é atravessado por múltiplas configurações, moduladas pela tecnologização das relações cotidianas (com alunos e agências de fomento), pressões por inserção acadêmica, mas, particularmente, pela manutenção de alta performance de publicação e internacionalização da produção.

Palavras-chave: Produtividade acadêmica. Processos de subjetivação. Avaliação. Pesquisador.

ABSTRACT

The research propose is investigate the academic productivity scenario and its subjectivation mode that concerns to the job of researcher with productivity scholarship of *National Council for Scientific and Technological Development* (CNPq) researching on Psychology area. The way adopted to discuss the subjectivation process assumes some concepts developed along the Foucault thought, specifically those that provide boundary to constitution itself practices. The theoretical field indicates an scenery in which researchers are increasingly immersed in an normativity that imposes the production how watchword. Moreover, the programs classification end its researchers brings out a complex network of productivity practices in the country science research ambit. The investigation consisted on data elaboration through information available on *Coordination for the Improvement of Higher Education* (CAPES), CNPq websites, Lattes curriculum analysis and semidirected interviews made with 7 (seven) researcher with productivity scholarship. Given the research field, it was decided to analyze the discourse as an analytical perspective possible to proposed study, seeking in the relationship between subjects, discourses and practices, in dialogue with Michel Foucault, theoretical resources to execute the analysis. Currently the Psychology area has 315 researcher with productivity scholarship (PQ). Of these, 196 are female and 119 male. The curriculum analysis results demonstrate that researcher with highest level productivity scholarship exhibit an higher average production. Stand out, for these ones, international productions in ratings 1A and 1B, when compared with other levels. The interviews analysis indicates a link between productivity and intensification of the job researcher-professor. The productivism emerges amid a culture yield while an academy event producing forms of subjectivity and resistance practices. It can be considered from the analyzed data, that professor work has suffered relative precariousness that is intensified against management and evaluation politics governed by fomentation agencies. Furthermore, the analysis indicates that the research work is crossed by multiple configurations, modulated by technologization of daily relationships (with students and fomentation agencies), pressures for academic integration, but particularly for maintaining of high performance publication and internationalization of production.

Key-words: Academic productivity. Subjective processes. Evaluation. Researcher.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 Subárea de atuação declarada por bolsistas de produtividade do CNPq – área Psicologia..... | 34 |
| TABELA 2 Classificação de bolsistas PQ da área Psicologia por tempo de doutoramento..... | 61 |
| TABELA 3 Classificação do pesquisador e média de produção de artigos publicados conforme natureza do periódico no triênio 2010-2012..... | 62 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1 Bolsas concedidas pelo CNPq conforme informações disponíveis na página da agência | 49 |
| QUADRO 2 Caracterização dos sujeitos entrevistados..... | 65 |

LISTA DE SIGLAS

CA-PS – Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CT&I – Ciência, Tecnologia e Informação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS – Conselho Nacional de Saúde
FI – Fator de Impacto
MCIT – Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação
MEC – Ministério da Educação
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PQ – Produtividade em Pesquisa
PUC-Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação
RN – Resolução Normativa
SciELO – *Scientific Electronic Library Oline*
TMP – Tabela de Melhor Produção
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USF – Universidade São Francisco
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 APRESENTANDO OS CONTORNOS DA INVESTIGAÇÃO | 14 |
| 2 SUBJETIVIDADE E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO | 25 |
| 2.1 Dispositivo disciplinar e subjetivação | 26 |
| 3 PROCESSOS METODOLÓGICOS | 32 |
| 3.1 Discurso em Michel Foucault..... | 35 |
| 4 AVALIAÇÃO E PRODUTIVIDADE DO PESQUISADOR DOCENTE NO CENÁRIO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA..... | 42 |
| 4.1 As políticas de gestão e de avaliação do pesquisador docente | 43 |
| 4.1.1 O sistema CNPq de avaliação e fomento | 47 |
| 4.2 Produção de conhecimento e cultura da produtividade | 51 |
| 4.3 Bolsistas de produtividade em pesquisa da área de Psicologia | 57 |
| 5 MODULAÇÕES DO TRABALHO: subjetivação, poder e resistência | 64 |
| 5.1 O sujeito em meio à produtividade acadêmica e à intensificação do trabalho | 66 |
| 5.2 O acontecimento produtivismo acadêmico e as formas de resistência | 80 |
| 6 À GUIA DE CONCLUSÃO: DAS MARGENS DE SAÍDA ÀS MARGENS A QUE SE CHEGA | 95 |
| REFERÊNCIAS | 98 |
| APÊNDICE | 106 |

1 APRESENTANDO OS CONTORNOS DA INVESTIGAÇÃO

Para conhecer as coisas, há de dar-lhes a volta toda. (SARAMAGO, 2001).

O interesse por este estudo surgiu mediante questões levantadas ao longo de uma investigação, desenvolvida durante a graduação em Psicologia, sobre os modos de subjetivação e a prática de pesquisa no mestrado. Verificou-se, nas narrativas dos mestrados entrevistados naquela pesquisa, a aproximação entre a formação no mestrado e a lógica da produtividade. Esse campo investigado possibilitou identificar alguns aparatos, tais como o currículo *Lattes* e as agências de fomento à pesquisa, como instrumentos de propagação da produção. As produções em forma de artigos e apresentações em seminários, como apareceram, são logo anexadas ao currículo e servem como “alimento” da vida acadêmica. Os sujeitos da pesquisa também apontaram a ênfase dada à produção em forma de artigo e seu envio a uma revista qualificada. A produtividade acadêmica não foi objeto de estudo daquela investigação, surgindo apenas como um dos temas produzidos na análise dos dados. Entretanto, o tom acentuado desse tema, pautando-se nas falas dos entrevistados, apontaram caminhos de pesquisas futuras. Chamou a atenção, conforme os relatos, o fato de haver um incentivo advindo dos orientadores e do Programa ao qual os alunos e ex-alunos se vinculavam, sob a justificativa de inserção no meio acadêmico.

Estimulada pelas inquietações geradas no trabalho de graduação, esta pesquisa teve como objetivo geral investigar o cenário de produtividade acadêmica e modos de subjetivação que incidem sobre o trabalho do pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Psicologia. Como objetivos específicos buscou-se compreender a noção de produtividade acadêmica e suas implicações para o campo de produção científica; investigar a relação entre produtividade e políticas de gestão e avaliação de docentes; analisar os modos de subjetivação que emergem nas práticas de bolsistas de produtividade frente às políticas de gestão e avaliação vigentes.

Compelidos pelas agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica e, conseqüentemente, pela administração superior e departamentos nas universidades, os pesquisadores estão cada vez mais inseridos em uma arena na qual produzir torna-se a palavra de ordem. Alguns indicadores como o avanço da produção científica no

país, a intensificação do trabalho docente, o aumento do número de orientandos e a exigência de qualificação do Programa e do corpo docente, entre outros, apontam a pós-graduação *stricto sensu* como um campo de problematização possível. A classificação dos programas e dos pesquisadores bolsistas de produtividade faz emergir uma complexa rede de práticas produtivistas no cenário da produção científica no país. A fim de problematizar e introduzir as discussões que permeiam esse campo, será apresentado um breve panorama da emergência do investimento na pesquisa e tecnologia nos PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação), como um pano de fundo das questões que se levanta no trabalho.

A pesquisa científica no Brasil, nos últimos 50 anos, tem caminhado atrelada às políticas de pós-graduação. Avaliada pelos seus produtos e pela função social que desempenha, a pós-graduação torna-se a principal responsável pelo desenvolvimento de pesquisas no país e, conseqüentemente, lócus de integração entre pesquisa científica e tecnológica. Durante o período de sua institucionalização, os programas de pós-graduação *stricto sensu* têm objetivado a melhora da qualidade na produção de conhecimento. Associado a essa experiência encontra-se um sistema de financiamento, quase que exclusivamente público, gerenciado pelas agências de fomento à pesquisa.

Seguindo as orientações decorrentes do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG, 1975-1979) foi possível implementar, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um sistema de acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros. Desde então, a pesquisa vem assumindo o lugar de propulsora da produção de conhecimento no País, com ênfase na produção científica como indicador de êxito na pós-graduação. No documento, a institucionalização da pós-graduação aparece como diretriz essencial com vistas a “consolidar o sistema, propondo-se uma repartição mais adequada das funções dos diversos órgãos governamentais envolvidos”. (BRASIL, 1974). Com isso, as funções relativas aos cursos de mestrado e doutorado ficariam a cargo do Ministério da Educação (MEC).

A CAPES, quando criada em 1951, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, tinha como principal objetivo a formação de pessoal de ensino superior, visando ao desenvolvimento do país. Atualmente é responsável pela avaliação da pós-graduação, gerenciamento da produção científica, fomento à pesquisa, cooperação científica internacional e, mais

recentemente, passou a atuar na formação de professores da educação básica. Segundo informações disponíveis no *site* da CAPES, seu sistema de avaliação trabalha em prol do desenvolvimento científico e seus resultados são úteis às políticas de pós-graduação e direcionamento das ações de fomento. Orientado pela diretoria de avaliação, o processo conta com a participação da comunidade acadêmica por meio de consultores *ad hoc*, avaliação por pares, bem como busca “assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado no país” (COORDENAÇÃO..., 2014, s/p).

Kuenzer e Moraes (2009) discutem o papel da CAPES nesse processo de expansão e institucionalização da pós-graduação. Para as autoras, o incentivo, por meio de financiamento, à formação de pós-graduandos com dedicação exclusiva, capacitação docente e apoio à admissão de pesquisadores ao corpo de docentes dos programas, favoreceu a mudança com foco para a pesquisa na pós-graduação, dado um campo centralizado na formação de docentes. A esses fatores agregam-se a redução do tempo de formação no mestrado e doutorado, com ênfase na pesquisa e delimitação das disciplinas que os discentes devem cursar. Nesse ponto, as autoras pressupõem que, em decorrência dessa nova configuração, houve uma ampliação das opções epistemológicas e dos campos e objetos de pesquisa, caminhando-se em direção às exigências apontadas pelo país.

O PNPG para o quadriênio 1982/1985 traz a avaliação dos programas por meio da produção intelectual como uma prática presente, porém, de forma incipiente. Aponta que a eficácia do sistema estaria relacionada à compreensão da especificidade de cada área; da participação de associações científicas e publicação em periódicos científicos reconhecidos; e da participação da comunidade científica. (BRASIL, 1982).

Ao traçar o histórico da pós-graduação no Brasil, Kuenzer e Moraes (2009) discutem o sistema de avaliação e sua consolidação nos anos 80, já sob orientação do PNPG-1982/1985. As autoras apontam que esse Plano promoveu a reconfiguração de formulários, da obtenção de dados, via informatização dos processos, comissões de especialistas e visita *in loco* aos programas, além do envolvimento da comunidade acadêmica nos processos de avaliação, a chamada avaliação por pares. Alinhada a esses fatores, no Plano a qualidade aparece associada aos processos avaliativos de desempenho dos programas de pós-graduação.

A pesquisa ganha relevância no PNPG-1986/1989, que traz em seu âmbito a importância da pós-graduação na formação de pesquisadores visando à capacitação científica e tecnológica do país, “condição esta reconhecida como requisito para assegurar a independência econômica.” (KUENZER; MORAIS, 2009, p. 184). Com objetivos centrados no desempenho dos cursos, institucionalização da pesquisa e integração ao sistema de ciência e tecnologia, este PNPG estabelece a pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação. Contudo, o documento assinala que a formação de recursos humanos ainda continua como atividade essencial da pós-graduação. (BRASIL, 1985).

O PNPG-1986/1989 aponta também a relevância da consolidação do sistema de avaliação, sob responsabilidade da CAPES, e como estratégia evidencia a necessidade de seu aperfeiçoamento. Os conceitos atribuídos a cada Programa eram pautados em “indicadores” quantitativos e “critérios” qualitativos. O documento assinala para a necessidade do aperfeiçoamento dos critérios, o que seria possível mediante a prática. Como resultados da avaliação, registrados no documento, vale destacar a ênfase na “melhoria substancial na definição e desenvolvimento das atividades de pesquisa; aumento da produção científica docente, sendo que uma parcela substancial pode ser considerada de *padrão internacional*.” (BRASIL, 1985, grifo nosso).

Para o biênio 1996-1997 foi introduzido um novo modelo de avaliação, dado que os critérios aplicados na década de 70 não eram mais viáveis para as avaliações realizadas no final do século XX. Conforme assinalam Kuenzer e Moraes (2009, p. 185), em referência ao novo modelo de avaliação introduzido pela CAPES para aquele biênio, ao valorizar a produção científica, promove-se “o deslocamento da centralidade na docência para a centralidade na pesquisa.”

No PNPG-2005/2010 a formação de docentes continua como objetivo da pós-graduação, porém, há uma centralidade na pesquisa buscando o fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação. Não obstante, destaque-se a seguinte passagem: “a redefinição do papel do mestrado reforça a iniciação científica na formação de pesquisador, sugerindo-se a atribuição de créditos às atividades que resultem em produção científica ou tecnológica.” (BRASIL, 2004, p. 59). Nesse ponto, pode-se observar que a atividade de pesquisa não só começa a ganhar força no processo formativo, como seu produto passou a se constituir também, de forma significativa, como “moeda de troca” (TREIN; RODRIGUES, 2011).

O tema do impacto, ausente nos planos anteriores, aparece no IV PNPG-2011/2020 associado aos resultados das produções científicas na comunidade acadêmica (BRASIL, 2010). Ela está presente tanto na descrição dos modos como se avalia quanto nas sugestões para os critérios de avaliação, assinalando a necessidade de se considerar impacto e relevância da produção científica nos processos. Contudo, como assinalam Tourinho e Bastos (2010), não houve oficialização do IV PNPG por parte da CAPES, embora tenha sido apresentado aos pró-reitores.

Em análise do atual PNPG, para o decênio 2011-2020, Silva Junior, Ferreira e Kato (2013) identificam a intensificação da avaliação, o empreendedorismo e a internacionalização da pós-graduação como fatores que merecem destaque, pois, juntos, promovem a burocratização da ciência brasileira. A CAPES e sua modalidade de avaliação, aliada à indução de pesquisas via financiamento, compõe novas práticas de pesquisas no país e, conseqüente, possibilidade de homogeneização dos parâmetros de cientificidade. Em diálogo com esses autores, verifica-se que os processos de avaliação dos programas de pós-graduação têm suscitado, a cada triênio, um crescente número de produção. Nas palavras dos autores, “a objetivação da evolução do produtivismo e o pragmatismo que a ele está associado, dominante no meio acadêmico, são expressivos na evolução da produção intelectual dos docentes da pós-graduação avaliada pela CAPES a cada triênio.” (SILVA JUNIOR; FERREIRA; KATO, 2013, p. 446).

As mudanças na gestão e funcionamento da pós-graduação – dada a expansão da educação formal brasileira, principalmente posterior ao regime ditatorial – e a reformulação da CAPES na década de 90, colocam dois pontos que merecem uma análise mais apurada. Se, por um lado, tem-se sujeitos envolvidos nesse processo que veem sua prática modulada por essas configurações, por outro, tem-se um país emergente no cenário da pesquisa mundial alcançando posições de destaque no *ranking* dos países com maior produção científica. Em nota comemorativa aos 60 anos da CAPES, o Ministério da Educação aponta um crescimento de 56% do número de artigos publicados no país, entre os anos de 2007 e 2009, passando da 15ª para a 13ª posição das nações com maior volume de produção científica. (BRASIL, 2011). Vale destacar que, para tal órgão, o número de produção é indicativo de avanço da ciência no país.

Em direção à pesquisa de alta qualidade, o Estado tem estabelecido instituições que visam à qualidade dos departamentos e institutos universitários orientados à pesquisa no país. As instituições avaliadas, por sua vez, devem prestar contas dos recursos dele utilizados, de modo a tornar público os resultados das pesquisas. Nessa configuração, emergem elementos preponderantes à transposição da lógica de competição do mercado às esferas da vida, promovendo implicações na área social advindas das políticas de gestão e avaliação. Logo, tem-se um campo permeado pela avaliação e incentivo à competitividade no mercado. Silva Júnior e Sguissardi (1999) discutem a mercantilização do conhecimento e a adaptação da universidade às exigências do mercado. Para os autores, houve a emergência de um campo que passou a ser quantificável e mensurável e, também, o atrelamento da pesquisa a critérios produtivistas, mercadológicos e tecnocráticos.

Frente aos processos decorrentes do trabalho de gestão e avaliação que as agências de fomento vêm realizando no campo científico, discute-se os modos de condução desse trabalho, que promoveria uma escala de produção, apresentada no meio acadêmico como “produtivismo”, pois adota, principalmente, parâmetros quantitativos de avaliação. O produtivismo emerge como um processo de “qualificação” do trabalho acadêmico por meio de instrumentos diversificados – *Lattes*, *Qualis*, Relatórios de Produtividade Acadêmica, entre outros – promovidos pelas agências de avaliação e fomento, e propagados pela administração superior das universidades aos seus respectivos programas de pós-graduação, seus docentes e discentes. Nessa dinâmica o imperativo é publicar, o que apresenta a avaliação como meio de se mensurar a produção científica no País. Entretanto, os efeitos dessa lógica permeiam toda a esfera do trabalho do pesquisador docente em seu exercício de produtividade, modulando sua prática e promovendo modos de subjetivação. Com isso, o pesquisador, como aquele que produz, está inserido tanto em uma lógica investigativa quanto em uma cultura produtivista.

Uma série de efeitos dessa dupla face do cotidiano dos pesquisadores pode ser antecipada. A expressão “*salami science*” – para se nomear um dos efeitos possíveis do produtivismo –, por exemplo, expõe a prática de “fatiar” os resultados de investigações científicas para se obter um número maior de produções a partir de uma única investigação e compõe uma das críticas presentes na discussão que permeia o campo do produtivismo acadêmico. Artigos publicados prematuramente, busca por revistas mais qualificadas e conteúdos que por vezes se repetem, promovem

contradições e embates com impactos no meio científico, sobretudo nos pesquisadores. Pode-se acompanhar a crítica feita por Reinach (2013, p. 402) sobre esses efeitos, quando diz da posição de leitor, “forçado a juntar as fatias para entender o todo”. O autor também menciona o efeito desse movimento visando à publicação em revistas em estratos mais altos de avaliação, que não comportam a demanda, e os processos de avaliação. Cria-se a impressão, conforme ele aponta, de um pesquisador produtivo a partir do número de artigos presentes em seu currículo. Implicação de um sistema que avalia a quantidade, a “*salami science*” torna-se produto das questões “quantos trabalhos?” e “onde se publicou?”. Reinach (2013), em notícia publicada no Jornal Estadão e reproduzida em nota editorial da Revista de Ciências Médicas e Biológicas, mostra como o campo de pesquisa tem-se configurado em relações de disputa e competitividade, no qual o pesquisador é avaliado pelo quanto produz e seu *status* está agregado a essa quantidade. Contudo, mais do que reproduzir essa marcação numérica avaliativa, faz-se importante compreender como se deu essa mudança de cultura. Os métodos quantitativos são úteis para se avaliar um cientista, porém utilizá-los quase que exclusivamente obscurece a possibilidade de se considerar outros parâmetros, como qualidade, criatividade e originalidade.

Em contrapartida, a “*slow science*”, ou ciência lenta, movimento que teve início na Europa em 2010, opera na direção contrária do ritmo acelerado da produção científica e da produtividade exigida do pesquisador. O “Manifesto da ciência *slow*”, proposto pelo movimento, apresenta um embate entre a norma – fluxo de publicação, revisão por pares, crescente especialização, entre outros arranjos – e a resistência, quando aponta que, embora os pesquisadores façam parte desse “jogo”, é preciso tempo para se fazer ciência. Compartilhado em países como a França, Alemanha, Canadá, Itália, Espanha e Brasil, o movimento implica resistir à produção desenfreada de artigos em revistas científicas especializadas. Contudo, os próprios adeptos do movimento afirmam: “todos nós estamos neste jogo, também”. Em análise da “*slow science*”, Fontana (2012) afirma que não se trata de fazer uma apologia a uma prática de ciência sem implicação, nem de negligenciar a regulação ética dos modos de se fazer pesquisa. Para o autor, “trata-se de desnaturalizar o discurso da produtividade científica para que possamos analisar os atuais processos de produção e divulgação científica em toda a sua complexidade.” (FONTANA, 2012, p. 250). Deve-se refletir

¹ Ver <http://slow-science.org/>

sobre a prática de pesquisa e sua relação com a sociedade e o mercado. Esses e outros aspectos presentes no campo científico apontam elementos para se problematizar os efeitos da produtividade acadêmica, promovendo uma reflexão teórica e política sobre tornar-se pesquisador, e produtivo, no País.

Axt (2004) atenta para o perigo de se instalar uma política de homogeneização diante dos processos avaliativos, pois ao se ter diferentes áreas do conhecimento em jogo, corre-se o risco de estabelecer critérios universalizantes, desconsiderando os múltiplos modos de se compreender “a” ciência. O embate mais esquemático que resulta dessa multiplicidade das áreas de conhecimento é o que se estabelece entre as ciências duras² e as ciências humanas e sociais, no qual a competitividade, a cooperação, os modos de ser pesquisador e docente em uma pós-graduação, a produção de conhecimento e os processos coletivos assumem configurações distintas. Para a autora, “um paradigma dominante em relação ao outro, acaba por produzir uma cultura de desvalorização referente ao paradigma não dominante.” (AXT, 2004, p.83). A hipótese da autora é que essa organização dos modos de avaliação tem produzido uma política de criação de *rankings* e uma compreensão de modalidade unívoca de ciência que organiza os processos de avaliação.

Na sociedade capitalista contemporânea o avanço tecnológico, fruto do investimento no desenvolvimento científico, e a conseqüente instrumentalização da ciência, são fatores que podem ser pensados no processo de intensificação da produtividade, dada a exigência da rapidez no fluxo de ideias e informações. A franca “virtualização” das ferramentas de registro de informações e modos de publicação tem, cada vez mais, acelerado os processos. Esse contexto, que abarca não só as plataformas virtuais, mas também os dispositivos móveis, *internet*, maneiras de comunicação instantânea, sistema de rede e outros, promove a tecnologização da vida e, conseqüentemente, novos modos de se fazer pesquisa e de trabalho do docente pesquisador.

Para Fidalgo, Oliveira e Fidalgo (2009) as novas tecnologias têm contribuído para a intensificação do trabalho docente e engendrado novas modalidades de uso do tempo bem como dos espaços sociais e produtivos. Os autores defendem que a

² Essa diferenciação entre ciências duras e ciência humanas leva em consideração, sobretudo, o rigor do método utilizado. Às ciências duras é atribuído maior rigor científico devido aos métodos utilizados que envolvem observações, experimentos e deduções, sendo que, por vezes, requer uma comprovação estatística para dar credibilidade aos seus experimentos. Elas se pautam em fundamentos lógicos e matemáticos para suas construções teóricas.

tecnologia reconfigura a atividade docente, promovendo a modificação do perfil da atividade profissional. Com isso, dos docentes é esperado a realização de atividades que transpõem os limites do seu lugar de trabalho e demandam atribuições que excedem a atividade de ensino e pesquisa.

As leituras sobre o tema permitem o levantamento do foco de interesse de alguns autores: a intensificação do trabalho docente (SILVA JÚNIOR; FERREIRA; KATO, 2013); oposição entre qualidade e quantidade (CAMARGO JR, 2013); a lógica produtivista e o conhecimento como mercadoria (FIDALGO; FIDALGO, 2009; MANCEBO, 2004; TREIN; RODRIGUES, 2011); dispositivos de controle e poder (SCHMIDT, 2011); e novos modos de subjetivação frente à avaliação e intensificação do trabalho (AXT, 2004; MANCEBO; GOULART; DIAS, 2010). No entanto, com foco nos modos de subjetivação no campo da Psicologia aliados a intensificação da produtividade acadêmica e seus efeitos para o trabalho docente, verificam-se poucas investigações, mostrando-se um debate relevante para o campo social e acadêmico. Essa linha de problematização comporta uma discussão recente e que tem ganhado espaço no campo acadêmico, devido à implicação dos pesquisadores com os modelos de avaliação propostos pelas agências de fomento. Ressalta-se que a atualidade do tema, assim como sua importância, tem promovido edições de periódicos científicos voltados, quase que exclusivamente, para a discussão dessa temática. Em destaque, no ano de 2004, tanto a revista *Psicologia & Sociedade* (v.16, n.1) quanto a *Educação & Sociedade* (v.25, n.89), dedicaram espaço à discussão sobre a produção de conhecimento, produtividade e práticas mercantilistas. A revista *Psicologia USP* (v.22, n.2, 2011) dedicou um número especial à discussão sobre publicação na área da psicologia com discussão sobre o tema do produtivismo e avaliação. Com foco nos indicadores e avaliação da pós-graduação a *Revista Brasileira de Pós-Graduação – RBPG* (2012, v.9, n.18) apresentou uma edição completa, com 7 (sete) artigos, discutindo os indicadores e quesitos que compõe a avaliação dos programas e as definições de classificação de livros e periódicos.

Recentemente, em 2013, o periódico *Cadernos de Saúde Pública* (v.29, n.9), na sessão Debate, apresentou 10 (dez) artigos com foco na avaliação da produção científica, no embate entre a qualidade e os números, buscando responder à seguinte questão: o que e como se avalia? Ressalta-se que os periódicos citados estão classificados nos estratos A1 ou A2 do *Qualis* em suas respectivas áreas, ou seja, são periódicos de grande visibilidade, logo pressupõe alta circulação no meio científico.

Qualis é definido pela CAPES como “o conjunto de procedimentos utilizados [por essa agência] para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação.” (BRASIL, 2014, s/p). Vale ressaltar que as discussões que circunscrevem o tema da produtividade acadêmica e seus efeitos não estão restritas aos números especiais dos periódicos científicos. Outro ponto de destaque concerne ao fato de que essa temática tem sido pautada por campos distintos do conhecimento: Educação, Psicologia, Saúde Coletiva, Administração, Odontologia, Medicina, Direito e outros campos, para não tornar a lista extensa.

Pensar a intensificação da produtividade acadêmica corrobora a possibilidade de problematizar a prática do docente pesquisador, inserido em um campo de gestão e avaliação, que faz emergir um conjunto de práticas que produzem modulações em seu trabalho. Toma-se o campo com ênfase nas relações de poder, produção de subjetividades e práticas de assujeitamento e de liberdade. Rego (2014), ao discutir os processos de estímulo à produção e comunicação científica no país, coloca em pauta o que denomina “efeitos colaterais” desta cultura de produtividade. A discussão aponta que tais efeitos incidem sobre a vida do pesquisador, sobre a qualidade das pesquisas e das publicações, assim como os destinos dos periódicos científicos. A autora chama atenção ainda para a seguinte questão: de um lado o rigor das revistas científicas em seus pareceres, promovendo alto índice de rejeição de artigos e, do outro lado, a dificuldade destes mesmos periódicos em captar artigos de qualidade. Aponta com isso uma configuração que marca o atual campo de publicação no país, a saber, o aumento da demanda de artigos submetidos aos periódicos nacionais, com fragilidade na produção, e a migração de autores “qualificados” (leia-se pesquisador 1A e 1B) para publicação em periódicos internacionais, com maior Fator de Impacto (FI). Em cheque, está a discussão entre quantidade *versus* qualidade. Deve-se considerar, portanto, o fato de que a produtividade acadêmica, tal como construída no cenário de pesquisa atual, tem interferido nos modos de se fazer pesquisa, bem como nos trabalhos que se tem produzido no meio acadêmico.

Diante desses apontamentos iniciais, esta pesquisa se dedica à problematização do campo de produtividade acadêmica e os modos de subjetivação do pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq na área de Psicologia. Parte-se do pressuposto de que o atual cenário de produtividade acadêmica compõe uma arena política de gestão e avaliação e promove modulações

do trabalho do pesquisador, ou seja, interfere no cotidiano das instituições de ensino e agencia o ritmo de trabalho dos pesquisadores docentes.

As problematizações referentes ao tema proposto estão distribuídas ao longo desta Apresentação e dos quatro capítulos subsequentes. O capítulo que se segue à Apresentação discute a ideia de subjetivação em articulação com os dispositivos disciplinares, práticas de poder e estratégias de resistência. Discute-se os processos de subjetivação a partir dos conceitos desenvolvidos ao longo do pensamento de Michel Foucault. O terceiro capítulo apresenta as escolhas metodológicas desta pesquisa, que teve como arcabouço empírico informações disponíveis nas páginas da CAPES e do CNPq, entrevistas e análise dos currículos *Lattes* de bolsistas de produtividade em Psicologia. A compreensão de práticas em Foucault subsidia a análise dos dados, pois se buscou compreender as múltiplas faces do objeto investigado e sua imersão no cenário da produtividade acadêmica. O quarto capítulo traz, sob o formato de revisão de literatura, uma discussão sobre produção e avaliação e produtividade do pesquisador-docente no panorama da pesquisa universitária. Elementos como produtividade, produtivismo acadêmico e as políticas de gestão e avaliação são discutidos nesse capítulo, com foco no pesquisador. É também apresentada naquele capítulo, mediante análise dos currículos, a configuração dos bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) na área de Psicologia, colocando-se em discussão os modos de intensificação do trabalho docente frente à produtividade acadêmica. O quarto capítulo, com articulações teóricas, expõe os modos de subjetivação atrelados à prática profissional do pesquisador PQ. Com foco na análise das entrevistas realizadas, apresenta-se os processos decorrentes da produtividade acadêmica e da intensificação do trabalho docente. Identifica-se, ainda, os dispositivos de controle e modos de resistência presente nesse campo.

2 SUBJETIVIDADE E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO

O sujeito não é mais que um acontecimento historicamente datado com seu começo no já começado e seu sempre iminente momento derradeiro, o qual somente aparece no corpo social por meio de práticas de subjetivação (NICOLAZZI, 2004, p.108).

Para esse capítulo, buscou-se, na perspectiva foucaultiana, trabalhar a ideia de subjetivação em articulação com os dispositivos disciplinares, práticas de poder e estratégias de resistência. O caminho que será adotado para se discutir os processos de subjetivação assume como cerne os conceitos desenvolvidos ao longo do pensamento de Foucault, que o levou, sobretudo, à problematização das práticas de constituição de si. A noção de sujeito, no trabalho deste autor, não agrega uma essência universal, como interioridade psicológica ou, até mesmo, à afirmação de que o sujeito tenha uma origem, concepções identitárias e substanciais. Mas, cabe pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído, sobre determinações exteriores a si mesmo. A subjetivação tal como concebe Foucault é, conforme aponta Ferreira Neto (2004), “imaneente às particularidades culturais e às práticas reais atravessadas pelo social e pelo histórico, sem nenhuma referência a qualquer organizador transcendente.” (p. 29).

Para Foucault (1969/2013, p.14) “a história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito.” A problematização que gira em torno da subjetividade concerne no modo como a experiência de si mesmo se transforma, para o sujeito, em um jogo de verdade, na relação consigo mesmo. Na proposição de Sampaio,

O sujeito foucaultiano é inacabado por excelência, nesse caso, inacabado não apenas no sentido de algo que ainda não foi terminado ou concluído. Aqui seu significado ganha a história: sujeito construído, produto histórico, somatório de processos de subjetivação. Não é um sujeito interrompido, pois não há uma essência primordial que foi usurpada, é um sujeito presente e pleno de devir. Sujeitos no plural, múltiplos, e não um sujeito-substância e invariável, como produto histórico no lugar de uma concepção essencialista de sujeito. Temos a ausência de um sujeito prometido, o sujeito transcendental e universal – essa é a recusa foucaultiana. (SAMPAIO, 2011, p. 226).

O sujeito se constitui por meio de práticas de poder e saber, mediante técnicas de si, sendo, necessariamente, forjado por determinações históricas. Revel (2014),

em seu estudo sobre a noção de subjetividade em Foucault, assinala que o problema da historicidade do sujeito se conecta à descrição do jogo de poder-saber que se liga às práticas de dominação e às estratégias de governo que podem assujeitar os indivíduos. Trata-se, ainda, das técnicas nas quais os indivíduos se produzem e se transformam como sujeitos. A subjetividade seria, então, tanto o produto de determinações históricas quanto o trabalho sobre si mesmo.

O termo subjetivação refere-se a um processo mediante o qual o indivíduo se constitui sujeito, logo, designa a constituição de uma subjetividade. Já os modos de subjetivação, ou processos de subjetivação, consistem na análise das práticas de objetivação que transformam os indivíduos em sujeitos – vale ressaltar que não há sujeito sem objetivação – e na análise da relação consigo mesmo, por meio das técnicas de si, formas pelas quais o sujeito se constitui a partir das práticas ascéticas, exercício sobre si mesmo que possibilitam a constituição do sujeito de sua própria existência. (REVEL, 2014).

2.1 Dispositivo disciplinar e subjetivação

Trabalhar a ideia de dispositivo em Foucault, remete a aspectos multilineares, pois não se relaciona a uma estrutura fechada. Refere-se, antes, a um conjunto heterogêneo que abarca o dito e o não dito presentes nas práticas que compõem o campo social. Revel (2011) aponta que o termo dispositivo designa estratégias, técnicas e procedimentos operados pelo poder. A análise dos mecanismos de dominação levou Foucault, conforme aponta a autora, a pensar a relação entre dispositivos e as práticas discursivas e não discursivas. E com isso, em seu estudo, busca analisar as funções estratégicas dos dispositivos e os modos em que se constituíram.

Para Foucault (1979), os dispositivos são constituídos de práticas discursivas e não discursivas, que se manifestam em jogos de poder e sofrem constante modificações e mudanças de posições.

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Para pensar a noção de dispositivo disciplinar, recorre-se a Foucault (1975/2012), em sua análise das práticas penais na França e o lugar da prisão na sociedade moderna, focando o que denominou de “dispositivo panóptico”. Trata-se de um mecanismo disciplinar que permeia a conduta da sociedade de forma permanente e contínua. Ao pensá-lo como um dispositivo de controle, adentra-se no campo das relações de poder, no qual o exercício do poder se torna invisível e, conseqüentemente, se desindividualiza. Na imagem do panóptico, o poder se mantém fora do alcance dos indivíduos, enquanto esses se colocam em uma situação de constante observação. Portanto, entende-se, em concordância com esse autor, que os dispositivos de controle disciplinar agem sobre o sujeito promovendo a normalização de condutas.

Com foco na discussão apresentada por Veiga-Neto (2011), a ideia do panóptico torna-se útil para este trabalho, pois fornece elementos para se pensar a dimensão do controle da conduta de modo central e oculto, como um dispositivo contínuo e que abarca os atores envolvidos no processo, sendo capaz de perceber os pequenos detalhes. Dois outros princípios chamam atenção: “individualização – pois ela segmenta uma massa humana, até então informe, em unidades individuais, alcançáveis, descritíveis e controláveis; o princípio da economia – pois com pouco investimento obtém-se muito resultado”. (VEIGA-NETO, 2011, p. 66).

O panóptico é tomado neste trabalho como um representante, um modelo de gestão disciplinar no qual disciplina, controle e norma se encontram, atenuando e colocando em funcionamento o poder. Por disciplina, tem-se uma modalidade de evidenciação do poder. Diz de certo número de técnicas de coerção sobre o tempo, espaço e comportamento dos indivíduos, investindo sobre suas ações e corpos. A noção de controle designa a uma série de mecanismos de vigilância e formação da sociedade capitalista, utilizando como instrumentos principais a polícia e a vigilância sobre as populações. Se a disciplina se ocupa dos indivíduos, o controle se interessa pelas populações. Por fim, tanto a disciplina quanto o controle, têm vinculações com a norma. A última refere-se às regras comuns em que se pode definir um desvio social, um conjunto de regras sociais em que se pode ter como referência ao que é tido como normal.

Foucault (1975/2012) serve-se do panóptico para colocar relações de poder, modos de subjetivação e corpo em direções lineares. Corpos adaptados, submissos

e produtivos são alvos de uma tecnologia econômica e, conseqüentemente, transformações nas relações de poder implicariam em transformações nos modos de subjetivação. O corpo é discutido pelo autor como objeto e alvo do poder, sendo que sua produtividade emerge mediante a possibilidade desse corpo ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado. Ou seja, a produção de um corpo docilizado. As disciplinas são instrumentos que modulam o corpo e forjam sujeitos dóceis e produtivos. De igual modo, seu efeito abarca o campo do posicionamento político, produzindo sujeitos mais obedientes. A disciplina, para o autor,

[...] visa não unicamente o aumento de suas habilidades [do corpo humano], nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1975/2012, p. 133).

A ideia de dispositivo disciplinar coloca os indivíduos diante de técnicas e procedimentos que regulam as condutas, tomando como cerne o poder que se exerce na correlação de forças. Poder esse, não tomado como algo palpável e passível de aquisição, mas compreendido na dimensão das relações entre indivíduos. Essas relações de poder possuem um papel produtor e são intencionais e não subjetivas. (FOUCAULT, 2012). As relações de poder são produtoras na medida em que não apenas levam a efeitos de controle, limitação e sanção, mas possibilitam a produção de si. No bojo dessas relações em meio às práticas de sujeição (sujeito como objeto de conhecimento das relações saber/poder) e práticas de si (ou práticas de liberdade) é que o sujeito se constitui. Assim sendo, falar de subjetivação implica no conhecimento das normas, das prescrições e do problema do poder que incidem sobre o sujeito.

A temática das relações de poder em Foucault caminha em direção à afirmação de que não há poder sem liberdade, pois se o poder se dá em meio à relação não é possível anular uma das partes dessa relação. Em “O Sujeito e o poder”, Foucault

toma a liberdade como elemento estratégico para as relações de poder. O poder se exerce na relação entre indivíduos, sobre homens livres, produzindo enfrentamento. A liberdade possibilita problematizar a ação de poder, valendo-se, também, do poder.

Para o autor, “aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação.” (FOUCAULT, 1982/2010, p. 243). Há uma descentralização do poder, uma vez que no interior das relações todos são ativos, podendo ou não exercê-lo. O poder definido como um modo de ação sobre a ação implica em transformação em sujeitos atuantes. Nesse ponto, mediante essa transformação, tem-se possibilidades de reação, mais precisamente, resistência. Esta tem um papel decisório na análise das relações de poder e seu sentido está ligado ao campo das práticas e das estratégias que respondem a tipos concretos de poder.

Para Foucault (1982/2010, p. 248) “não há relações de poder sem resistência.” E continua, “toda relação de poder implica [...] uma estratégia de luta.” (p. 248). A investigação das formas de resistência possibilita a compreensão das relações de poder que, por conseguinte, incidem sobre os modos de subjetivação. Em sintonia com o pensamento foucaultiano a resistência deve ser entendida como prática que visa à defesa da liberdade, luta pela autonomia. Resistir é lutar contra o aparato técnico e dispositivos que dirigem, controlam e promovem modos de assujeitamento; produzindo objetivação dos sujeitos e submissão às normas. Nessa esfera configura-se um jogo em que, nas palavras desse autor, “o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta.” (FOUCAULT, 2012, p. 96). O sujeito se constitui, então, no espaço localizado na tensão entre o jogo de dominação e a resistência.

No percurso da história, os modos de subjetivação sofrem variadas transformações e o sujeito pode ocupar significados distintos: o de estar sujeitado ao outro ou sujeito do conhecimento de si. Em ambos os casos o poder se coloca como elemento que subjuga e sujeita. Nesse ponto, Foucault (1984/2010), discute a importância da luta como aparato de resistência à submissão da subjetividade.

Geralmente, pode-se dizer que existem três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração, que separam os indivíduos daquilo que produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, desse modo, aos outros (luta contra a

sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (FOUCAULT, 1984/2010, p. 278).

A atualidade coloca em evidência, particularmente, o terceiro tipo de luta, evidenciando os modos de subjetivação e as resistências. A noção de subjetividade se espante no pensamento de Foucault, indo de um processo de sujeição para uma prática de assujeitamento, que se dá na relação que o sujeito estabelece consigo mesmo segundo determinados critérios éticos e morais. Por conseguinte, subjetivação estaria diretamente ligada ao cuidado e às técnicas de si.

A história do “cuidado” e das “técnicas de si” seria, portanto, uma maneira de fazer a história da subjetividade; porém, não mais através da separação entre loucos e não loucos, doentes e não doentes, delinquentes e não delinquentes, não mais através da constituição de objetividade científica, dando lugar ao sujeito que vive, que fala e que trabalha. Mas através do empreendimento e das transformações, na nossa cultura, das “relações consigo mesmo”, com seu arcabouço técnico e seus efeitos de saber. (FOUCAULT, 1997, p. 111).

O cuidado de si assume a dimensão de uma escolha estética e política de um determinado tipo de existência, de um trabalho sobre si mesmo e de um modo de subjetivação possível. Para Foucault (1984, p. 234), o cuidado de si “é o desenvolvimento de uma arte da existência que gravita em torno da questão de si mesmo, da própria dependência e independência, de sua forma universal e do vínculo que se pode e deve estabelecer com outro.” Refere-se a um controle e soberania de si sobre si mesmo que coloca em circulação uma articulação entre a relação consigo mesmo e a relação com os outros. Em Foucault (1984/2010) tem-se o cuidado de si como articulador entre a subjetividade e o conhecimento. No cuidado de si, ocupar-se consigo mesmo, é preciso conhecer para que haja modificação da maneira de ser, é preciso um *éthos*, uma atitude de reflexão para consigo, para com os outros e para com o mundo.

Outro ponto que não se encontra dissociado do cuidado de si são as técnicas de si. Refere-se a um conjunto de procedimentos pelos quais o sujeito torna a si mesmo objeto de saber-poder. Para o Foucault (1997, p. 109), as técnicas de si são “(...) procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins.” Envolve, ainda em consonância com o autor, domínio e

conhecimento de si sobre si mesmo, que possibilita ao indivíduo ascender como sujeito, modificando seu modo de ser e sua conduta.

A ideia de técnica atualiza e aprofunda a dimensão de constituição do sujeito. Consiste em situar as práticas em um campo de táticas e estratégias, tomando como domínio as condições pelas quais o sujeito se torna o que é, mediante suas ações e à maneira pela qual age. Nessa direção, Foucault (1984/2005) assinala para a importância de se considerar os conjuntos práticos que compõem a realização de um trabalho, ou seja,

[as] formas de racionalidade que organizam as maneira de fazer (o que poderíamos chamar de seu aspecto tecnológico), e a liberdade com a qual eles agem nesses sistemas práticos, reagindo ao que os outros fazem, modificando até certo ponto as regras do jogo (é o que poderíamos chamar de versão estratégica dessas práticas). (FOUCAULT, 1984/2005, p.348).

Em consonância com a analítica foucaultiana, a noção de emergência é importante para não tomar as coisas de forma estanque, desvinculadas de uma localização no tempo e espaço. O presente deve ser pesado a partir de uma analítica histórica. Veiga-Neto (2011), assinala: “estudar a emergência de um objeto (...) é proceder à análise histórica das políticas” de surgimento deste objeto. Daí a importância de compreender as práticas e os modos de subjetivação em sua dimensão histórica, processual.

Ademais, é preciso distanciar a ideia de sujeito-identidade, para problematizar uma atitude ética, uma forma de relação consigo mesmo que perpassa o domínio do poder-saber. É preciso compreender os modos de constituição e reconhecimento do indivíduo como sujeito. Nesse espaço, algumas questões mostram-se relevante ao andamento deste estudo: qual é, então, o lugar do sujeito, quando imerso e submetido às questões que a atualidade coloca? Como ele se posiciona no embate entre o poder e o saber? Quais as formas de resistência do sujeito que se vê engendrado em um processo de condução da conduta? Quais as possibilidades de emergência do sujeito? O tópico que se segue é uma tentativa de compreender esses e outros elementos que abarcam o sujeito imerso nas técnicas e procedimentos regulatórios da atualidade, especialmente, a cultura da produtividade.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Só se aproximando com humildade da coisa é que ela não escapa totalmente. (LISPECTOR, 2004, p. 62).

A pesquisa foi desenvolvida com a utilização de procedimentos qualitativos de investigação, que visaram abordar o objeto de estudo proposto enfatizando suas dimensões processuais. A investigação consistiu na produção de dados por meio de informações disponíveis nas páginas da CAPES e do CNPq, análise de currículos e entrevistas semidirigidas.

A construção teórico-conceitual sobre produtividade acadêmica mostrou-se relevante para o alcance dos objetivos propostos. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicos (SciELO e Google Acadêmico) e bibliotecas universitárias (PUC Minas e UFMG) com o objetivo de mapear as discussões sobre a produtividade acadêmica, articulando-a à noção de modos de subjetivação. A busca em periódicos e livros foi realizada utilizando os seguintes termos: produtividade acadêmica, produtivismo acadêmico, avaliação, bolsa de produtividade CNPq, subjetivação, pesquisa e política. A pesquisa bibliográfica fundamenta “teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

A pesquisa bibliográfica apoia a construção do referencial teórico desse estudo. Para o segundo capítulo tem-se o uso de trabalhos com ênfase nos modos de subjetivação, com foco nas discussões de Michel Foucault e autores que caminham em concordância e/ou diálogo com esse autor. Os trabalhos que abordam a pesquisa universitária no Brasil, os que versam sobre o tema da produtividade acadêmica e aqueles que tratam das políticas de avaliação dos docentes alimentam a discussão do quarto capítulo.

A análise de currículo foi realizada a partir dos dados declarados na Plataforma Lattes³ e teve como finalidade mapear a produção científica dos bolsistas de produtividade em Psicologia e verificar elementos relevantes ao tema da produtividade. Tomou-se como base a lista de bolsistas PQ publicada pelo CNPQ, baixando-se os 316 currículos Lattes. Foi mapeado o perfil desses pesquisadores, por

³ lattes.cnpq.br

meio de um banco de dados contendo informações relativas à titulação, produção científica, orientações concluídas e classificação do pesquisador. Elementos como periódicos em que as publicações foram submetidas (estrato *Qualis*) e colaboração com discentes e docentes em autoria, contribuíram para melhor compreensão do tema investigado. Das questões que subsidiaram a investigação dos currículos ressalta-se a tentativa de compreender alguns processos, a saber, os modos de fabricação do produtivismo no cenário da produtividade acadêmica; os elementos que podem indicar, na prática docente, pontos de imersão e resistência a esse fenômeno; e os efeitos decorrentes da classificação do pesquisador.

A bolsa PQ é concedida, segundo critérios normativos estabelecidos pelo CNPq, aos pesquisadores, doutores, com destacada produção científica, como incentivo ao trabalho frente a seus pares. Considera-se adequada a utilização da Plataforma *Lattes* como base de dados, pois o currículo dos pesquisadores é um dos elementos levados em consideração para a concessão de bolsas de produtividade em pesquisa. A análise da consistência das informações não foi realizada, tendo em vista que o pesquisador se responsabiliza pela veracidade das informações ali presentes, dada sua publicação. Os dados disponíveis nos currículos são de acesso público.

Outro ponto que abarca esse estudo consistiu em entrevistas semidirigidas, seguindo roteiro (Apêndice A) previamente estabelecido, com sete (7) pesquisadores, bolsistas de produtividade em pesquisa CNPq, por transitarem em um campo que se dirige, hipoteticamente, pela lógica da intensificação das publicações qualificadas. Foram previamente selecionados, de modo intencional, sujeitos que tragam contribuições para problematizar o campo de estudo, descartando, portanto, o critério numérico como alcance de representatividade. Os sujeitos foram identificados conforme lista fornecida pelo CNPq, de acesso público, considerando as bolsas de produtividade em vigência na área de Psicologia.

Entre abril e maio de 2014 foi realizada uma pré-análise dos currículos dos 317 (à época) bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq da área de Psicologia, com o intuito de identificar a subárea de atuação declarada pelos pesquisadores, a fim de promover uma distribuição dos entrevistados contemplando essas subáreas. Conforme as possibilidades de preenchimento do *Currículo Lattes* para o campo “Áreas de Atuação”, o pesquisador pode preencher, seguindo esta ordem, os itens Grande área, Área, Subárea e Especialidade. A pré-análise buscou identificar a subárea declarada por bolsistas de produtividade da área Psicologia. O pesquisador

pode indicar várias subáreas de interesse. Porém, optou-se por selecionar apenas a primeira, supondo-se que a classificação ocorre por “ordem de importância”. Vale ressaltar que o campo de atuação é de preenchimento do próprio pesquisador e as subáreas (conforme apresentadas nos currículos) oferecem um panorama amplo da Psicologia, ciência que se constitui em meio a pensamentos distintos, possibilitando olhares variados sobre as questões aqui pesquisadas. A investigação indicou os itens presentes na Tabela 1.

TABELA 1
Primeira subárea de atuação declarada por bolsistas de produtividades do CNPq – área Psicologia

| Subárea | Nº pesquisadores |
|---|-------------------------|
| Psicologia Social | 59 |
| Tratamento e Prevenção Psicológica | 51 |
| Psicologia do Desenvolvimento Humano | 37 |
| Fundamentos e Medidas da Psicologia | 31 |
| Psicologia Experimental | 27 |
| Psicologia do Trabalho e Organizacional | 22 |
| Outras ⁴ | 90 |

Fonte: Dados da pesquisa – análise dos Currículo Lattes

O contato de apresentação e convite para participar da pesquisa foi realizado com pelo menos dois pesquisadores de cada subárea. Entretanto, a pouca disponibilidade, em decorrência do trabalho intensificado, desencontros quanto ao horário marcado, ausência de retorno ao contato e distância entre o entrevistado e o entrevistador, dificultou o processo de efetivação da entrevista. Ao todo, foram contatados 15 (quinze) pesquisadores; destes, 10 (dez) responderam ao contato se disponibilizando a conceder a entrevista. Porém, devido à pouca disponibilidade de 3 (três) deles, as entrevistas foram realizadas com 7 (sete) bolsistas de produtividade, abrangendo 3 (três) das 6 (seis) subáreas com maior número de pesquisadores. No decorrer da pesquisa foi introduzido a importância de entrevistar recém-doutores bolsistas de produtividade e pesquisadores que não são bolsistas, mas tiveram a bolsa em algum momento de sua carreira (ex-bolsistas). Foram identificados, em análise dos currículos *Lattes* dos pesquisadores, 4 (quatro) recém-doutores bolsistas

⁴ Trata-se de subáreas com número de pesquisadores inferior a 12 (Psicologia Cognitiva; Psicanálise; Psicologia Clínica; Comparativa; Psicobiologia; Psicologia da Saúde e outras) e 3 dos bolsistas não preencheram o campo.

de produtividade. O contato (apresentação e convite) foi feito aos 4 (quatro), porém apenas 1 (um) respondeu e se dispôs a conceder a entrevista. Quanto aos ex-bolsistas, foram localizados 21 (vinte e um) pesquisadores, por meio da comparação realizada entre a lista de bolsistas no segundo semestre de 2013 e no segundo semestre de 2014. O contato (apresentação e convite) foi feito por e-mail com 8 (oito) pesquisadores, sendo que 1 (um) não se disponibilizou a conceder a entrevista, informando que sua desistência da bolsa se deu em decorrência de aposentadoria. Os outros 7 (sete) ex-bolsistas não responderam ao contato.

As entrevistas foram tomadas como um conjunto de enunciações, construídas dentro de certo discurso. Para tal, buscou-se identificar, em proximidade com as orientações presentes em Fischer (2013), o agente do enunciado, o lugar do qual se fala, como o entrevistado se situa, considerando elementos sociais e institucionais na produção de um discurso de verdade, entre outros elementos que serão elucidados adiante. Para a autora, “o sujeito do discurso não é uma pessoa, alguém que diz alguma coisa; trata-se antes de uma posição que alguém assume, diante de um certo discurso.” (p. 134). Buscou-se “multiplicar o sujeito”, produzindo diferentes formas de pensar os modos pelos quais se subjetiva, a partir de sua posição.

Considerando ser uma pesquisa que envolve seres humanos, foram utilizados os preceitos éticos previstos na Resolução CNS 466/2012 (CONSELHO..., 2012a). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi apresentado e assinado pelos participantes. Os dados foram registrados por meio de gravações de áudio, autorizadas previamente pelos entrevistados.

3.1 Discurso em Michel Foucault

Dado o campo de investigação, que considera as possibilidades de produção de dados que envolvam dimensões subjetivas, tem-se a problematização do discurso como perspectiva analítica possível à investigação proposta. Busca-se na relação entre sujeitos, discursos e práticas, em diálogo com Foucault (1969/2013; 1971/2013) e autores que conversam com esse pensador, recursos teóricos para efetivação da análise (FISCHER, 2013; REVEL, 2011; SILVA, 2004). Para o filósofo, discurso se refere a um conjunto de enunciados e deve ser compreendido como luta, e não como representação de algo. Sua análise consiste na problematização dos embates, em complexificar as relações e questionar a linearidade das explicações. É preciso

considerar a historicidade das coisas, a condição do discurso como prática, a materialidade dos enunciados e a luta travada na e pela constituição de sujeitos.

Fischer assinala:

[...] qualquer objetivo na sua materialidade, existe sempre sob condições muito específicas de tempo e espaço, e é inseparável dos quadros formais no interior dos quais se constituiu, pelos quais foi nomeado e, assim, se tornou uma “coisa dita” deste e não daquele modo – incluindo-se aí todas as variações possíveis em certo período histórico e em certo lugar. (FISCHER, 2013, p. 124).

O conceito de discurso, em Foucault, é apresentado por Revel (2011, p. 41) como um “conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns”. A autora assinala que faz-se necessário problematizar um campo de produção de práticas, estratégias e saberes para compreender os discursos. Portanto, trabalhar esses conceitos fornece elementos para melhor compreensão dos dispositivos discursivos que apoiam ou engendram determinadas práticas.

Discurso pressupõe a ideia de prática e, portanto, faz-se necessário compreender sua historicidade; que sua existência é demarcada pelo tempo e espaço. É preciso romper com a linearidade e naturalização das coisas para promover a emergência das práticas que reificam os objetos. Portanto, mais do que evidenciar as coisas, a exterioridade, deve-se tomar como foco analisador as determinações, as práticas. (VEYNE, 1982).

Em Foucault, considerar a historicidade implica no atravessamento entre práticas discursivas e não discursivas. Para o autor as práticas discursivas “tomam corpo no conjunto das técnicas, das instituições, dos esquemas de comportamento, dos tipos de transmissão e de difusão, nas formas pedagógicas, que por sua vez, as impõem e as mantêm.” (FOUCAULT, 1997, p. 12). Refere-se a práticas que definem as possibilidades de emergência e validade de um enunciado e não os modos como o discurso é produzido. Já o não discursivo concerne às práticas que não pertencem aos campos dos saberes e das formações discursivas. As práticas não discursivas são aquelas ligadas às instituições em geral e às práticas cotidianas, os comportamentos aprendidos, o não enunciado pertencente a um sistema de coerção. Contudo, embora o autor considere esses dois elementos como componentes essenciais ao estudo dos dispositivos, assinala que a análise não consiste em apontar

o que é discursivo e o que não é discursivo, mas identificar os elementos que, no interior de um determinado campo, são tidos como verdade promovendo uma certa racionalidade. (FOUCAULT, 1984/2010).

A análise das práticas consiste em uma experiência ou um pensamento que possibilita o jogo do verdadeiro e do falso, instaura a aceitação ou rejeição da regra e funda a relação consigo mesmo e com os outros, fazendo aparecer, respectivamente, o sujeito do conhecimento, o sujeito social ou jurídico e o sujeito ético. O domínio das práticas se estende da ordem do saber à ordem do poder. Foucault (2012) explicita a relação entre poder e discurso quando questionado, em um “diálogo sobre o poder”, a respeito da diferença entre sua análise do discurso e o método fenomenológico. O autor assinala:

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder. (FOUCAULT, 2012, p. 247).

Nessa discussão Foucault problematiza o discurso como uma série de enunciados que opera em meio aos mecanismos de poder, tendo em vista que os discursos ativam e colocam o poder em circulação. Não são, portanto, resultado das palavras que representariam as coisas, nem um conjunto de elementos significantes relacionados a determinado conteúdo. Não se trata de um ato de fala ou de uma descrição fenomenológica do discurso, mas do conjunto de enunciados que modulam os processos de constituição de si e do outro, que colocam em funcionamento mecanismos de produção de saberes, estratégias e práticas. Nessa direção, Foucault (1984/2005) aponta para a importância de se considerar os conjuntos práticos que configuram a realização de um trabalho, ou seja,

[as] formas de racionalidade que organizam a maneira de fazer (o que poderíamos chamar de seu aspecto tecnológico), e a liberdade com a qual eles agem nesses sistemas práticos, reagindo ao que os outros fazem, modificando até certo ponto as regras do jogo (é o que poderíamos chamar de versão estratégica dessas práticas). (FOUCAULT, 1984/2005, p.348).

O discurso está imbricado nas relações que o constituem e se configura por um conjunto de enunciados possíveis que permeiam as práticas. Nas palavras de

Foucault (1969/2013, p. 153) o discurso “está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência.”.

Deleuze (1988), em seu livro intitulado *Foucault*, aponta que o filósofo apresentou algo novo ao campo da filosofia. Ao se ocupar dos enunciados, mais precisamente enunciados “essencialmente raros”, Foucault possibilitou um espaço de formulação de ideias e manifestação de comportamentos. O que foi formulado apresenta lacunas, “discursos ocultos”, próprios a um espaço de raridade. E a raridade do dito está no que a frase contradiz, no que uma frase nega. O efeito do enunciado não está na singularidade que ele supõe, mas na regularidade que se liga às regras do campo em que elas se distribuem e se reproduzem. Aqui, Deleuze reitera a impertinência da questão da originalidade, pois o enunciado independe de alguém, não remete a uma interioridade, nem a um eu que o pronunciasse pela primeira vez, pois o enunciado se conserva em si. Há, entretanto, lugares para o sujeito em cada enunciado. E reafirma: “discursivas ou não, as formações, as famílias, as multiplicidades são históricas.” (DELEUZE, 1988, p. 32).

A discussão sobre o enunciado é central nas análises apreendidas por Foucault e é diretamente colocada no plano do discurso. Em *A Arqueologia do Saber*, o autor se ocupa em um capítulo inteiro em “definir o enunciado”. Para ele, o enunciado deve ser tomado em sua dimensão histórica, obedecendo a certas regras de formação e considerando a correlação que estabelece com outros enunciados. Refere-se a uma função de existência, para além da frase ou proposição. Pensar as relações entre o sujeito e o discurso é necessário, pois a frase se torna um enunciado a partir da posição do sujeito. Portanto, na descrição de um enunciado é preciso considerar sua materialidade, ou seja, as formas concretas com que ele aparece e estabelecer relação com o sujeito, na tentativa de identificar a posição que o indivíduo ocupa como sujeito daquele enunciado. Deve-se considerar, ainda, que o enunciado faz referência a algo que se identifica e não existe de modo isolado, mas em associação com outros enunciados. (FOUCAULT, 1969/2013).

É ainda em sua arqueologia que Foucault problematiza o tema do saber. Interessa ao autor a investigação das condições e possibilidade de aparecimento de um determinado objeto, no espaço do saber. O conceito de formação discursiva possibilita identificar como o saber vai se constituindo em meio a um conjunto de práticas. O que se trata então é mostrar, conforme assinala Silva (2004, p. 161), a irrupção de uma singularidade, pois “os objetos não preexistem ao saber, eles existem

como acontecimentos, como aquilo que uma época pôde dizer devido a certos arranjos entre o discurso e as condições não-discursivas.”.

Em Foucault, a recusa de uma linearidade da história e da compreensão de que as mudanças ocorrem sob uma linha contínua favoreceu a busca pela ruptura das evidências e a emergência na noção de “acontecimentalização”. Ao conceituá-la o autor assinala:

Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. [...]. Além disso, a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. (FOUCAULT, 2012, p. 332).

Considerar o discurso como acontecimento implica desvinculá-lo a toda origem supostamente determinável. Deve-se considerar que, como objeto de poder, o discurso engendra uma interpretação, uma verdade e faz emergir as coisas. Assim, o acontecimento deve ser buscado na multiplicidade dos atos e das posições, e não nas causas ou na materialidade dos discursos. O acontecimento se encontra na constituição do indivíduo como sujeito.

O campo enunciativo que circunda o discurso, visto como prática discursiva, fornece um panorama no qual se encontra o sujeito e as relações de poder. O sujeito emerge dessa imbricação, produto do discurso, entre poder e saber. (DREYFUS; RABINOW, 2010). Cabe analisar as relações entre poder e posições do sujeito tendo em vista seus efeitos nos modos de subjetivação. Portanto, a temática do sujeito, tomado como produto de uma discursividade histórica, é relevante ao estudo do discurso. Contudo, não se refere a um sujeito cognoscível, mas de posições do sujeito em face da regularidade e dispersão dos discursos científicos, ideológicos, religiosos entre outros. Nas palavras de Foucault,

[o] discurso, assim concebido, não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos. (FOUCAULT, 1969/2013, p.66).

Como assinala Fischer (2013), em Foucault não há como distanciar a concepção de discurso de sua problematização de sujeito e relações de poder. Tomar o discurso como prática favorece, então, uma melhor compreensão das relações de poder, enunciados, visibilidades, instituições, processos de subjetivação, ou seja, compreensão da rede conceitual intrínseca a esses conjuntos de regras, construídos historicamente, e que compõe a dinâmica de poder/saber.

O tema do poder e sua relação com o discurso é trabalhado na aula inaugural intitulada *A ordem do discurso*, proferida por Foucault no Collège de France em 1970, na qual o autor problematiza os procedimentos que regulam, controlam e selecionam o que pode ou não ser dito e como os discursos, historicamente constituídos e encontrados em uma determinada sociedade exercem funções de controle e validam determinadas regras de poder. Para o autor, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1971/2013, p. 10). O autor trabalha com base na seguinte hipótese:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1971/2013, p. 8).

Assim, o autor identifica os sistemas de exclusão externos (interdição, separação ou rejeição e a vontade de verdade) e internos (comentário, autor e disciplina) ao discurso e às regras impostas ao sujeito como procedimentos de controle, seleção e organização da produção dos discursos. O que está em jogo é como os objetos, as coisas, são constituídos dada toda a sua complexidade e multiplicidade, sua constituição em meio a grades de inteligibilidade.

A problematização do discurso que tenha em vista as contribuições de Foucault, “pretende chegar à complexidade das práticas discursivas e não discursivas no interior das quais se forma um dado objeto” (FISCHER, 2013, p. 129). Parafrazeando Fischer (2013), não se trata de tomar os currículos e entrevistas sobre a produtividade acadêmica e expor os temas e códigos com o intuito de mostrar os efeitos, elementos de significação, dessa prática na atualidade. Mas pretende-se chegar ao interior das práticas que formam a produtividade acadêmica nas instituições educacionais.

No corpo analítico desse trabalho, buscou-se as condições de emergência de certa discursividade e modulações que são assimiladas e colocadas em prática pelos sujeitos desta pesquisa frente a determinados dispositivos, especialmente a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, que possibilitaram a existência das atuais condições de produtividade. Busca-se identificar como o discurso da produtividade atravessa o trabalho do pesquisador-docente, promovendo modulações em sua prática. O cenário da produtividade no campo acadêmico coloca uma série de práticas que incidem sobre o pesquisador bolsista PQ, para quem este trabalho se volta, que se articulam à sua produção e intensificação do trabalho.

4 AVALIAÇÃO E PRODUTIVIDADE DO PESQUISADOR DOCENTE NO CENÁRIO DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA

Não se trata de afirmar que publicar artigos seja algo em si mesmo ruim. Trata-se, isto sim, de se atentar para o fato de que o modelo produtivista está impondo um determinado ritmo para o fazer científico e exigindo que os temas de pesquisa sejam adequados a esse ritmo. [...] Nesse contexto, não há meio termo: ou questionamos o modelo de sociedade inerente ao modelo produtivista do fazer científico ou acabaremos por considerar como natural e inevitável o empobrecimento do trabalho acadêmico. (DUARTE, 2002, p. 6).

A história da universidade no Brasil atesta o papel preponderante do ensino. Com a Reforma Universitária de 1968 a atividade de ensino passa a se articular à prática de pesquisa e, ainda nos anos 60, a pesquisa assumiu um novo patamar mediante a consolidação da política de pós-graduação. Se, por um lado, a graduação é *locus* privilegiado do ensino, por outro, na atualidade, tem-se os programas de pós-graduação como centros de integração entre pesquisa científica e tecnológica.

A educação superior no Brasil, balizada por políticas de incentivo e fomento, está em crescente processo expansionista. A indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, ligada às práticas de natureza pública e privada, tem consolidado, ao longo da história, um campo de investimento em ciência, tecnologia e informação (CT&I). A relevância atribuída às políticas de CT&I tem alocado a pós-graduação brasileira em uma posição de destaque no cenário mundial. O crescimento da pós-graduação é apresentado, não apenas pela criação de novos programas e cursos de mestrado e doutorado, mas também pelo aumento da produção intelectual e o número de mestres e doutores titulados. Segundo dados da CAPES, em 2012 houve um aumento de 34% de artigos publicados em periódicos e, no mesmo ano, 60.910 estudantes com título de mestre ou doutor, contra 50.411, em 2010. Ainda utilizando dos números, verifica-se que no triênio 2010-2012, foram analisados 3.337 programas de pós-graduação: 1.792 doutorados, 2.893 mestrados e 397 mestrados profissionais. (BRASIL, 2013).

Para Kuenzer e Moraes (2009), com o objetivo de formar um corpo docente competente, a pós-graduação torna-se um campo de capacitação científica e tecnológica, trabalhando em prol da independência econômica do país. Vale ressaltar

que esse redirecionamento, como afirmam os autores, “postulou a centralidade da pesquisa na pós-graduação e o seu caráter de cientificidade” (KUENZER; MORAES, 2009, p. 186), atrelado a um campo de avaliação quantitativa e crescente produção acadêmica.

Embora a pesquisa, em sua forma institucionalizada, seja uma prática recente no Brasil, vê-se, cada vez mais, sua vinculação às políticas de desenvolvimento do país. Em nota, destaca-se que essa relação entre pesquisa e política de Estado sempre esteve atrelada a uma concepção monolítica de ciência, por vezes positivista, experimental e quantitativa. A entrada da pesquisa na pós-graduação é marcada, também, pelas políticas de gestão e avaliação, regidas, no país, pela CAPES, aparelho estatal de fomento à pesquisa, que atua em prol da expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*. Contudo, o foco deste trabalho se dará nas políticas que incidem diretamente sobre o pesquisador, com destaque para o bolsista PQ.

Como um conjunto de dispositivos que configuram o atual quadro do ensino superior no Brasil, especialmente a pós-graduação, e a prática do pesquisador inserido nesse cenário, propõem-se, para este capítulo, uma discussão pautada em três eixos. No primeiro, as políticas de gestão e de avaliação do pesquisador docente, com foco nos processos que incidem diretamente sobre o pesquisador. Em seguida, o segundo eixo abarca a produção de conhecimento em meio à cultura de produtividade, mapeando as produções que se têm realizado com essa temática. E no terceiro eixo, os pesquisadores bolsistas PQ na área de Psicologia, modos de fabricação da produtividade acadêmica; os elementos que podem indicar, na prática docente, pontos de imersão e resistência a esse fenômeno; e os efeitos decorrentes da classificação do pesquisador, colocando-se em discussão os modos de intensificação do trabalho docente frente à produtividade acadêmica.

4.1 As políticas de gestão e de avaliação do pesquisador docente

Para este tópico será tomado como ponto de partida as informações presentes no documento de área da Psicologia do último triênio (2010-2012), no qual se estabelece os critérios de avaliação, especialmente o que diz respeito ao corpo docente e à produção intelectual presente nas fichas de avaliação. Considera-se importante partir desse ponto ao ser um documento que apresenta as diretrizes, conceitos e critérios que norteiam os processos de avaliação adotados pela

coordenação de área da CAPES. Sabe-se que o documento é fruto da avaliação dos programas de um modo geral. Entretanto, sendo os docentes atores desse cenário de avaliação, avaliar o programa passa, também, pela avaliação dos docentes. O docente credenciado a um Programa de Pós-Graduação deve possuir titulação que sustenta suas atividades nesse contexto, aprimoramento e experiência em sua linha de atuação, interlocução com a graduação e inserção acadêmica, entre outras atribuições. Outro ponto de partida refere-se à avaliação relativa ao ingresso, permanência e enquadramento do bolsista de produtividade em pesquisa, com foco na área da Psicologia, e informações presentes nos Critérios de Julgamento, elaborados pelo Comitê de Assessoramento de Psicologia e Serviço Social (CA-PS) do CNPq.

Na avaliação do corpo docente dos programas observa-se maior peso nos itens referente à atividade de pesquisa e de formação. A atividade do docente pesquisador deve ser distribuída entre a pesquisa, docência e a orientação. Dois pontos chamam atenção: a indicação de que todos os docentes permanentes coordenem projetos de pesquisa, marcando a centralidade da pesquisa nesse cenário; e a indicação de que os orientandos sejam distribuídos, sem excessiva concentração, entre os docentes. (BRASIL, 2013).

A avaliação da produção intelectual tem maior peso em relação à apuração de publicações qualificadas do corpo docente, sendo orientação que tal produção seja distribuída entre os docentes. O documento aponta que “embora seja aceitável certa variação na distribuição da produção, uma concentração de parte expressiva da produção em poucos docentes representa um desequilíbrio” (BRASIL, 2013, p. 53). No quesito produção intelectual há um modo de avaliação coordenado pela Tabela de Melhor Produção, por meio da qual é “avaliada a qualidade média dos artigos publicados em periódicos, a contribuição média de cada docente permanente/ano para o Programa e o percentual de artigos e livros publicados em veículos estrangeiros.” (BRASIL, 2013 p. 53).

Com o objetivo de apresentar e discutir a proposta desenvolvida pela área de Psicologia, Yamamoto e colaboradores (2012), autores com experiência como representantes e coordenadores da área da Psicologia na CAPES, expõem o que a área denominou de “Tabela de Melhor Produção” (TMP), elaborada para a avaliação do triênio 2004-2006. Os autores apontam que o objetivo da proposta é estabelecer

limites quantitativos para a avaliação da produção do Programa no cenário de produtividade acadêmica. Afirmam os autores:

[...] consiste no estabelecimento de um limite dentro do qual os indicadores quantitativos têm importância para a avaliação da produção bibliográfica dos docentes e discentes do sistema de pós-graduação e a partir do qual apenas a qualidade da produção pode impactar os indicadores dos programas. (YAMAMOTO *et al.*, 2012, p. 736).

Ainda em diálogo com os autores, a TMP busca selecionar as produções mais bem avaliadas e a geração de um indicador correspondente. Considera-se, ainda, um teto de itens publicados para cada Programa, tendo em vista o número de docentes permanentes. Nas palavras de Yamamoto e outros (2012, p. 736), “definido esse limite e aferida a qualidade de todos os itens publicados pelo Programa, consideram-se aqueles mais bem avaliados e apura-se a média de pontos pro docente permanente.”. Na avaliação da qualidade é levado em consideração o *Qualis* de periódicos e o Sistema de Avaliação de Livros. O processo ocorre em três etapas: primeiro faz-se o levantamento de toda a produção de cada Programa; posteriormente, a produção é avaliada e ponderada; e na terceira etapa “selecionam-se os itens mais bem avaliados, em número correspondente a quatro itens/docentes/ano” (p. 736). Em nota, os autores apontam que a definição de quatro itens se deu levando em consideração a média de itens de produção por docente/ano na avaliação trienal 2004, que foi de 2,85.

A construção da TMP levou em consideração itens como: número de docentes permanentes, número teto de produção, qualificação das produções (*Qualis* de periódicos e o Sistema de Avaliação de Livros) e inclusão de todos os artigos, livros e capítulos de livros, seguida de uma hierarquização com base na ponderação desses itens (YAMAMOTO *et al.*, 2012). Contudo, quando se estabelece uma referência de quatro produções por docente/ano no Programa como um todo, corre-se o risco de produzir no cenário uma exigência para que cada docente contribua com quatro itens por ano, no mínimo. A implicação disso, embora com perspectiva de ser uma “luz no final do túnel”, acaba sendo inversa: o que fora criado pra ser teto vira piso e meta.

A TMP, ao estabelecer um teto de produção e critérios qualitativos no processo de avaliação, se constitui como uma ferramenta para inibir o produtivismo acadêmico, argumentam os autores. Yamamoto e colaboradores (2012) mostram que, na avaliação realizada em 2010, aproximadamente 22% dos programas ultrapassaram o

teto estabelecido, 14 dos 64 avaliados, sendo que dois desses programas ultrapassaram o teto em 70%. Vale ressaltar, nesse ponto, um panorama apresentado por Wendt e colaboradores (2013), no que diz respeito à produtividade em publicações de bolsistas PQ na área de psicologia. Em análise da produção dos 297 (à época) dos bolsistas, os autores encontraram escores mais altos em relação à produção de artigos, uma média de 9,55 artigos/docentes na produção por triênio, sendo que grande parte da produção se concentrava nos pesquisadores nível 1A e 1B.

A avaliação do pesquisador, referente à bolsa de produtividade em pesquisa, abarca três dimensões, como assinala o Comitê de Assessoramento: produção científica – publicações; formação de recursos humanos – orientações; e inserção na área de conhecimento – atuação voltada para o coletivo da área. Os indicadores presentes nessas dimensões fornecem elementos para a construção do perfil de produtividade de cada pesquisador. Conforme aponta o documento, “os indicadores referentes às três dimensões são utilizados apenas como parâmetro que guia o enquadramento do pesquisador, sem prescindir de uma análise qualitativa de características da produção, da orientação e da inserção na área.” (CNPq, 2014). Entretanto, os elementos de dimensão qualitativa não ficam claros no corpo do texto, fazendo sobressair os critérios quantitativos.

Silva Junior, Ferreira e Kato (2013) apontam que o trabalho do pesquisador, tal como colocado diante das políticas de gestão e avaliação, está para além do exercício da docência, da pesquisa e da extensão. E, mediante essa imprecisão da prática, a hipótese desses autores é que o pesquisador se vê compelido à cultura da produtividade acadêmica, pois a avaliação se realiza por meio de resultados. Nesse processo, afirmam os autores, o professor se insere em uma atividade de alienação do próprio trabalho e dos produtos de seu trabalho. Em busca de melhores condições de financiamento, os professores procuram se inserir nos programas de pós-graduação e, em contrapartida, quando inseridos, agregam à atividade de docência, a prática de pesquisa, produção de artigos, orientações, entre outras. Para os autores, todo o sistema de avaliação e gestão, com foco na classificação e hierarquização de programas e docentes, comprometem a produção de conhecimento e a formação dos docentes pesquisadores.

4.1.1 O sistema CNPq de avaliação e fomento

Criado em 1951, pela Lei nº 1.310, o Conselho Nacional de Pesquisas, atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), teve como finalidade, em sua criação, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica no país. A ideia da criação de uma entidade responsável pelo fomento à pesquisa já era discutida, anos antes, entre as esferas científica e governamental. Atendendo à demanda pública e privada, bem como em meio a um cenário de guerra e pós-guerra, o desenvolvimento da pesquisa, mediante a necessidade de fomento, ganhou destaque como meio de prover tecnologias necessárias ao panorama vigente. É nesse contexto que a discussão sobre a necessidade de se criar um aparato governamental para o desenvolvimento de pesquisas no país ganha destaque. Assim, a Lei de criação do conselho pressupõe a estimulação do desenvolvimento científico e tecnológico do país, por meio de concessão de recursos, formação e aperfeiçoamento de pesquisadores, em cooperação com outras instituições. (CONSELHO..., 2014).

Na década de 60, amparado pelo regime militar, o órgão teve seu estatuto alterado, buscando articulação com outros países na formulação de políticas científicas e tecnológicas. Há nesse período um maior estímulo à formação de profissionais com foco nas indústrias e nos ideais propagados pelo regime. Com a alteração da lei de criação da agência por meio da Lei nº 4.533 de 1964, o CNPq “passa a abranger a coordenação, com os vários Ministérios e demais órgãos do governo, da solução de problemas relacionados à ciência e suas aplicações” (CONSELHO..., 2014). O cenário era de investimento na pesquisa voltada para os acontecimentos vigentes na época. Vale apontar que em 1965 foi institucionalizado o ensino de mestrado e doutorado no país, totalizando, naquele ano, 38 cursos. Desses 27 de mestrado e 11 de doutorado em diversas áreas do conhecimento. (CONSELHO..., 2014). Os primeiros cursos de pós-graduação em Psicologia datam do final dos anos 90, sendo que a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi a pioneira, criando o curso de mestrado na área de Psicologia Clínica em 1966. Em 1970 a Universidade de São Paulo (USP) inaugura o segundo curso de mestrado em Psicologia no país e em 1974 oferece o primeiro curso de doutorado, ambos na área de Psicologia Experimental e Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.

Ressalta-se que o CNPq e a CAPES foram criados no mesmo ano. Entretanto, diferentemente dessa última, vinculada ao Ministério da Educação, que desenvolve ações de gestão e avaliação dos programas de Pós-Graduação, o CNPq é uma agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e visa ao apoio e estímulo à pesquisa e tecnologia brasileiras, com participação da comunidade científica, por meio de seus comitês de assessoramento. Sua atuação está vinculada à formulação e condução de políticas científicas e formação de pesquisadores brasileiros. Assim, compete ao órgão “participar na formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia” (CONSELHO..., 2014).

As ações do CNPq, desde a sua criação, se concentravam na atividade de fomento, visando promover o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da concessão de bolsa de estudo para formação de pesquisadores, apoio à realização de eventos científicos e apoio ao intercâmbio científico. Inicialmente havia apenas bolsas de estudo e de formação à pesquisa.

Posteriormente surgiram as demais modalidades de bolsas, tais como, iniciação científica, especialização, pesquisador assistente e outras. Com as questões em voga no momento de sua criação, especialmente o pós-guerra, a atividade de fomento se voltava, com maior número de concessão de bolsas, para os campos da Física e das Ciências Biológicas. Os investimentos feitos pela instituição funcionam por meio de demanda espontânea, partindo do próprio pesquisador, ou de demanda via editais. Atualmente, o CNPq concede bolsas no país, no exterior e para empresas, com distintas modalidades, benefícios, finalidades, duração, mensalidades e normas (Quadro 1).

Quadro 1 – Bolsas concedidas pelo CNPq conforme informações disponíveis na página da agência

| Bolsa | Nível | Modalidade |
|-----------------------------|--------------------------|--|
| Bolsa no Brasil | Ensino Médio | Iniciação Científica Júnior - ICJ |
| | Graduação | Iniciação Científica - IC |
| | Pós-graduação | Mestrado - GM Doutorado Pleno - GD Doutorado Sanduíche no país - SWP |
| | Pesquisa | Pós-Doutorado Júnior - PDJ Pós-Doutorado Sênior - PDS Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional - DCR Pesquisador Visitante - PV Pesquisador Visitante Especial - PVE Produtividade em Pesquisa - PQ Pesquisador Sênior - PQ-Sr Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT Apoio Técnico - AT Atração de Jovens Talentos - BJT |
| Bolsas no Exterior | Graduação | SWG - Graduação Sanduíche |
| | Pós-graduação | Doutorado Pleno - GDE Doutorado Sanduíche - SWE |
| | Pesquisa | Pós-Doutorado - PDE Estágio Sênior - ESN Treinamento no Exterior - SPE Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Junior em TIC's - DEJ Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior Sênior em TIC's - DES |
| Bolsas para Empresas | Graduação e Ensino Médio | Iniciação Tecnológica e Industrial - ITI Iniciação Tecnológica em TIC's - ITC |
| | Pós-graduação | Doutorado Sanduíche - SWI |
| | Pesquisa | Pós-Doutorado Empresarial - PDI Desenvolvimento Tecnológico e Industrial - DTI Especialista Visitante - EV Apoio à Difusão do Conhecimento - ADC Iniciação ao Extensionismo - IEX Fixação e Capacitação de Recursos Humanos - SET Apoio Técnico em Extensão no País - ATP Extensão no País - EXP Estágio/Treinamento no Exterior - BSP Bolsa a Especialista Visitante - BEV Estágio/Treinamento no País - BEP Desenvolvimento Tecnológico em TICs - DTC |

Fonte: Dados da pesquisa

É no contexto das exigências dos órgãos estatais de avaliação que a intensificação do trabalho docente adentra a esfera da produtividade acadêmica. A intensificação e diversificação da oferta atrelada à precarização do trabalho têm exigido dos pesquisadores a procura por alternativas, como concorrer a uma bolsa de pesquisa, que viabilizem sua prática em uma arena de competitividade. A competência produtiva no universo acadêmico é acentuada quando se está em jogo o financiamento à pesquisa e publicações, o que faz com que os pesquisadores

aumentem sua atividade de trabalho, agregando as tarefas decorrentes da bolsa adquirida.

Mancedo, Goulart e Dias (2010), ao discutirem os efeitos de subjetivação decorrentes da intensificação e precarização do trabalho docente, especialmente na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), apontam que os docentes, individualmente ou em grupos, têm buscado cada vez mais a captação de recursos para realização de suas pesquisas. Em decorrência de baixos salários e pouco investimento vê-se um aumento da procura por financiamento por meio de bolsas. Como efeito, assinalam as autoras, tem-se agendas de pesquisas submetidas aos editais, competição entre os pares, hierarquização do espaço universitário, intensificação do trabalho docente (fruto, sobretudo, das inúmeras atividades burocráticas). O acréscimo das funções adquiridas pelo docente pesquisador é acompanhado pelo aumento da jornada de trabalho. E, na condição de bolsistas, tem-se, mesmo que não proporcionalmente, uma complementação salarial.

A dinâmica avaliativa do CNPq é acompanhada pela implantação do currículo na Plataforma *Lattes*. Nos anos 90 o órgão intensificou o fomento científico, tecnológico e de inovação, abrindo campo para a iniciativa privada, dada a transferência de suas funções para o atual MCTI. Destaca-se que, nessa mesma época, o panorama do país abarcava avanços tecnológicos e políticos no campo da ciência da informação, ampliando os espaços de produção. É nesse contexto que o CNPq cria a Plataforma *Lattes* e o Diretório dos Grupos de Pesquisa, ambos tidos pela instituição como instrumentos fundamentais para a atividade de fomento, no que diz respeito à avaliação, acompanhamento e direcionamento das políticas de incentivo à pesquisa. (CONSELHO..., 2014).

A criação da Plataforma *Lattes* estabeleceu a adoção de um padrão nacional de currículos e resultou na maior transparência e confiabilidade às atividades de fomento da Agência. Dado seu grau de abrangência, as informações constantes da Plataforma *Lattes* podem ser utilizadas tanto no apoio a atividades de gestão, como no apoio à formulação de políticas para a área de ciência e tecnologia. Já o Diretório dos Grupos de Pesquisa constitui-se em bases de dados (censitárias e correntes) que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento, e por fim, constituir base de dados, resultando em importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. (CONSELHO..., 2014).

Ao longo dos anos, o CNPq vem estabelecendo critérios de avaliação e concessão das bolsas de auxílios à pesquisa no país. A criação da Plataforma *Lattes* teve como objetivo central proporcionar a padronização nacional de currículos científicos, gerando facilidade de acesso a elementos úteis à avaliação e gestão das políticas de incentivo à pesquisa.

Souza (2010), em análise do Currículo *Lattes* balizada nos apontamentos de Foucault sobre o panoptismo, destaca esse instrumento como um mecanismo de disciplina e de controle das pesquisas acadêmicas no país. A autora adota o termo *Panopticon Virtual* e o relaciona ao controle dos comportamentos dos sujeitos inseridos nesse cenário. A produção de conhecimento sob a normatização de um dispositivo de controle insere o pesquisador em um campo de relações de poder o subjetivando como sujeito produtivo, a fim de atender à demanda desse dispositivo, qual seja: registro permanentemente atualizado das atividades acadêmicas do pesquisador. De tal modo, quanto mais elementos o pesquisador agregar ao currículo, maior será a sua produtividade. Contudo, não são todos os elementos presentes na atividade do pesquisador-docente que necessariamente serão agregados ao Currículo *Lattes*, tendo em vista que cada pesquisador irá imprimir critérios próprios para decidir, entre o que se julga “mais valioso” no plano dos processos de avaliação vigentes, o que vale a pena ser incluído.

4.2 Produção de conhecimento e cultura da produtividade

O campo da pós-graduação no Brasil é marcado por políticas de gestão e avaliação, nas quais a produção acadêmica surge como indicador de desempenho, tanto dos programas quanto dos pesquisadores docentes e alunos que compõem os cursos das universidades e instituições de pesquisa. A produtividade acadêmica não pode ser tomada como uma linha contínua e com origem precisa. Compreender esse fenômeno é tomá-lo como uma teia e, portanto, constituído a partir de uma série de linhas que se cruzam e se refazem a todo o momento. É preciso perguntar, então, como o meio acadêmico tem pensado e problematizado a cultura da produtividade em suas variadas tramas e quais os efeitos dessa cultura.

No atual panorama da ciência, Trein e Rodrigues (2011, p. 777) afirmam que “a produção do conhecimento precisa ser submetida a métodos, processos e finalidade o mais próximo à produção mercantil de outras mercadorias”. A ciência

incorporada à produção capitalista e o atual sistema de CT&I são indicados pelos autores como elementos que promovem o aumento da produtividade. Compreender esse campo em sua dimensão mercantil, traz, ainda, o fator concorrência. E nesse ponto o pesquisador torna-se o agente principal. Com os editais de pesquisa e a busca por financiamento, atestar a capacidade técnica e, portanto, apresentar bons indicadores de produção, torna-se essencial. Por indicadores entende-se o que se produziu e o que irá produzir, pois como solicitam os editais de financiamento, os pesquisadores devem prever os produtos, de preferência em forma de artigos, que irão emergir da pesquisa empreendida. Para os autores, “a publicação tornou-se condição para a obtenção de financiamento à pesquisa, bolsa de produtividade, melhores notas no ranqueamento da pós-graduação, prestígio junto aos pares, participação em eventos acadêmicos nacionais e internacionais.” (TREIN; RODRIGUES, 2011, p. 782).

Ainda em diálogo com os autores, o cenário de produtividade tem obedecido a uma modalidade de ciência que favorece a construção de resultados objetivos, numéricos e a curto prazo. Contudo, no âmbito das ciências humanas, os resultados nem sempre obedecem à ordem quantitativista e a prazos estreitos ou previsíveis. Tal fato, para os autores, tem levado a comunidade acadêmica a lançar mão de diversos fatores, que adentram por vezes a dimensão ética, a fim de favorecer a produção mercantil do conhecimento, mas por outro lado coloca em discussão o critério de qualidade das produções. Assim, a tese central dos autores passa pela existência de um duplo movimento no campo da pesquisa e produtividade no país. De um lado, o afinco pela produção de conhecimento, como elemento transformador da realidade. De outro lado, a busca pela produção de reconhecimento da comunidade científica que normatiza as formas, os objetos e a finalidade do trabalho do docente pesquisador. (TREIN; RODRIGUES, 2011).

Ao analisar a categoria produtividade, visando mapear as condições atuais de produção de conhecimento, Luz (2005) aponta que o trabalho do pesquisador-docente, em meio a uma sociedade capitalista, está cada vez mais se inserindo na lógica de mercado. E, não obstante, o produto do conhecimento torna-se efeito e modulador desse processo. A autora é categórica em defender o pesquisador e identificar no sistema os elementos que conduzem a essa lógica. Entretanto, o argumento é ambivalente quando aponta que a avaliação, um dos condutores dos efeitos nocivos dessa categoria, é realizado por pares, isto é, pelos próprios

pesquisadores. Este fato não enfraquece o argumento, mas torna o cenário ainda mais instigante. Poder-se-ia pensar, de início, que por um lado tem-se o pesquisador saturado com os processos e com a crescente demanda de produtividade, e por outro o pesquisador que compõe o campo produtor desse efeito. Contudo, um terceiro eixo é tomado como centralizador dessa dinâmica, a saber, as modulações decorrentes da compreensão de ciência que conduz os processos. Esse eixo coloca o foco não apenas no sujeito pesquisador, mas também no modelo de ciência vigente, que, para a autora, conduzirá o que pesquisar, como pesquisar e quais resultados produzir.

Em sua discussão, Luz (2005) apresenta os efeitos dessa cultura da produtividade, sobre os pesquisadores e sua produção acadêmica. Tem-se, conforme assinala a autora, um campo marcado pela crescente competitividade; mudanças na formação de mestres e doutores, com foco na pesquisa; publicação voltada exclusivamente para revistas bem qualificadas, com crescente produção internacional, promovendo um especialismo exacerbado. Assim, a exigência de qualificação do pesquisador é uma constante para os atores que querem adentrar nesse sistema e nele permanecer.

Nesse ponto, faz-se necessário uma distinção entre cultura da produtividade, discussão já iniciada nesse tópico, e produtivismo acadêmico. Embora se trate de uma discussão atual no cenário da pesquisa científica e que tem se tornado tema de várias publicações, não há um consenso conceitual entre esses dois fatores. Para esse trabalho, a cultura da produtividade é compreendida como um conjunto de elementos que incidem sobre a prática docente promovendo, entre outros efeitos, a intensificação do trabalho docente e a valorização (avaliação) do trabalho por meio de sua produção de modo geral. Não se restringe ao elemento produção, mas comporta um campo que se configura por processos diversos da prática de pesquisa e docência. Já o produtivismo é entendido como um *quantum* de produção intelectual, sobretudo artigos científicos publicados em periódicos bem avaliados, como indicador para a avaliação da produção do pesquisador. Além disso, o produtivismo insere no campo pesquisado a dimensão ético-moral, com condutas que extrapolam, por vezes, os limites éticos estabelecidos: reprodução de artigos anteriores, como se fosse uma nova produção; plágio; extração de mais de um artigo de uma mesma pesquisa; competitividade; antecipação dos resultados e; autorias de “fachada” (SARMENTO, 2011; DOMINGUES, 2013; COMCIÊNCIA, 2013). Essa distinção ganha força ao longo deste trabalho, especialmente no capítulo que concerne às entrevistas com os

bolsistas PQ. Compreende-se a cultura da produtividade enquanto um conjunto amplo de práticas que incidem sobre o pesquisador e produzem efeitos de subjetivação e normatização, podendo ser o produtivismo uma destas práticas, face seus efeitos de normatividade.

O produtivismo acadêmico aparece como elemento que marca o caráter quantitativista da cultura da produtividade. Trata-se de uma ênfase na produção em grande escala, com destaque para a quantidade em detrimento da qualidade. E, ainda, da “qualificação” do trabalho acadêmico por meio de instrumentos, avaliativos, promovidos pelas agências de avaliação e fomento, bem como os órgãos imediatos dos departamentos, faculdades e universidades.

Trein e Rodrigues (2011) discutem a produção de conhecimento e o produtivismo científico, buscando mapear os efeitos do encontro entre esses dois elementos e apontar como o conhecimento, quando tomado como mercadoria, é engrenado à lógica produtivista. Há uma oposição ao produtivismo e uma defesa ao seu combate, ao ser tomado como meio de produção distante da sociedade. Em sua exposição os autores argumentam como na sociedade atual os objetos, as atividades e o próprio conhecimento científico se colocam como mercadorias. Ou seja, uma lógica do mercado permeada às demais instâncias da vida, uma mercantilização das práticas cotidianas. Nessa dinâmica, o conhecimento científico torna-se parte da engrenagem que é movida pela cultura da produtividade. Vale ressaltar que o produtivismo não aparece como causa ou efeito, mas como componente do processo dessa cultura, pois ao mesmo tempo em que se torna produto da mercantilização do conhecimento é também o motor que impulsiona a esteira de produção. Os autores defendem que o atual cenário promove a subsunção dessa lógica, ampliando seu significado e abarcando outras esferas.

É preciso pensar na imaterialidade do produtivismo, ou seja, não tomá-lo como coisa, mas como processo, algo que incide sobre a prática do pesquisador docente e “assombra” a universidade – nos termos utilizado por Trein e Rodrigues (2011) –, principalmente os programas de pós-graduação. Acompanhando a construção dos autores, a resistência é colocada como fator que faz frente ao avanço dessa lógica. Todavia, como resistir? Essa é a grande questão que se apresenta. Em resposta, sem pretensão de saturar as possibilidades de resistência, e compreendendo que produzir é algo necessário, os autores defendem uma produção com valor de uso social em detrimento do valor de troca mercantil. Entretanto, essa defesa se enfraquece tendo

em vista que a dimensão de compreender e transformar a realidade foi se perdendo, logo as questões sociais também têm sido subordinadas à lógica de mercado. Portanto, no centro da discussão sobre a cultura da produtividade e seus efeitos, está o uso que universidades e pesquisadores vêm fazendo do conhecimento científico.

Destaca-se o conceito da categoria produtividade apresentado por Luz (2005) – que, em nossa compreensão, descreveria melhor o produtivismo – como componente da cultura da produtividade.

A categoria é geralmente entendida como *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (“titulação”) do professor/pesquisador. Esse *quantum* básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico. (...) O *quantum* de produção é estimulado atualmente, em quase todos os campos disciplinares, em termos de *papers* editados em periódicos de circulação nacional ou internacional, cuja qualidade de divulgação (base *Qualis*) é estabelecida por cada área do conhecimento. (LUZ, 2005, p.43).

O *quantum* coloca em destaque o valor numérico presente no contexto do produtivismo, sendo a elevação da produtividade associada ao aumento dos produtos. No debate sobre a quantidade, Luz (2005, p. 44) aponta que “o pesquisador é avaliado pela quantidade de produtos que é capaz de extrair de seus projetos.” Mas o que os números medem? Responder a esta questão é tarefa que subjaz as discussões presentes neste trabalho. Por ora, é importante destacar que os números não têm por finalidade dizer da qualidade do trabalho, embora haja indicadores numéricos, como, por exemplo, quantidade de citações, que é apresentado como indicador de que o trabalho é lido e, portanto, possui certo grau de qualidade. Contudo, não basta se sustentar nessa afirmação, pois as redes de coautoria despontam como uma configuração que excede o fator leitura do trabalho.

O que até aqui se convencionou denominar cultura da produtividade, em Schmidt (2011) aparece como uma ideologia. Para o autor, o produtivismo está inserido no “processo de modernização da universidade como conjunto de ideias e práticas voltadas para adaptação de sua produção científica e tecnológica.” (SCHMIDT, 2011, p. 322). O autor chama atenção para o fato de que o conhecimento, produto dessa lógica, é tomado como objeto de disputa e interesse econômico. Logo, trata-se da articulação entre aspectos de dominação e controle dos campos de saber.

Três eixos conduzem a argumentação do autor: analisa o fato ocorrido na Universidade de São Paulo (USP) em 1988 pautado na “lista dos improdutivos⁵”; apresenta os elementos que compõem essa ideologia produtivista; e discute os efeitos para o trabalho acadêmico. Isso, para dizer que se esse campo é permeado pelo imperativo publicar, é preciso que a crítica se faça presente. Schmidt (2011) tece uma discussão na qual a naturalização das práticas tem permitido com que o produtivismo adentre o meio acadêmico de modo sutil, disfarçado de fomento e incentivo, no qual produzir e ranquear são os meios para se atingir determinado fim. Contudo, submetidos aos processos avaliativos e imersos nessa ideologia produtivista, os pesquisadores se inserem em um processo contínuo e cíclico no qual buscam a qualificação de sua prática por meio de boas avaliações de seus programas e de si mesmos, modulando o trabalho do pesquisador docente.

Na avaliação acontece uma combinação de adaptação e controle, em que o controle exercido por seus dispositivos cria e afirma uma realidade do trabalho acadêmico à qual, num círculo vicioso, os docentes e pesquisadores precisam se adequar, para que suas instituições e programas de pós-graduação, assim como eles, sejam bem-avaliados. (SCHMIDT, 2011, p. 324).

Para Schmidt (2011, p. 327), “o ideário produtivista é indissociável da racionalidade técnica e ambos estão implicados na ‘coisificação’ do trabalho acadêmico e de seus atores.” Como efeito desta cultura produtivista, tem-se, principalmente, a objetivação dos atores envolvidos. Um processo que institui um paradigma objetivo, estatístico e quantitativista de ciência, exclui apreensões subjetivas e instaura o modelo instrumental na vida acadêmica. Analisar as características desse modelo é necessário para se compreender seus efeitos para

⁵ Publicação ocorrida na Folha de São Paulo, em 21 de fevereiro de 1988, com o título “A lista dos improdutivos: pesquisa da USP mostra que ¼ dos docentes nada produz”. Conforme aponta o documento, trata-se de um levantamento realizado pelas bibliotecas da instituição sobre a produção dos docentes, com foco nos seguintes produtos: artigos de periódicos, artigos de jornais, livro ou capítulo de livro, patentes e outros. Dados esses fatores, a matéria apresenta a relação dos docentes considerados improdutivos no período entre 1985 e 1986. Schmidt (2011) comenta que este fato promoveu um debate público, com uma série de artigos, posteriormente, no mesmo veículo, de docentes atingidos direta ou indiretamente pela lista. O autor assinala a importância desse acontecimento, pois, em suas palavras, “sintetiza e escancara dispositivos que foram se tornando, talvez, mais sutis e, aparentemente, mais sofisticados do ponto de vista da técnica de medida da produção.” (SCHMIDT, 2011, p. 316). Vale ressaltar que esse fato ocorreu no âmbito da gestão do professor José Goldemberg, que em entrevista concedida para a coletânea “USP 70 anos: imagens de uma história vivida”, diz: “Depois que passei pela Reitoria, ninguém mais deixou de colocar seus trabalhos na ‘Internet’ e a Comissão de Tempo Integral e outras comissões da Reitoria fiscalizam cuidadosamente as atividades de todos os docentes. Nunca fiquei abalado com as críticas que foram feitas, de que eu tinha introduzindo um regime de terror dentro da USP com a lista dos ‘improdutivos’ e, mesmo que tivesse teria sido um ‘terror salutar’.” (GOLDEMBERG, 2006, p. 241).

além da modalidade técnica. A autora chama atenção, ainda, para outros efeitos que promovem um acréscimo na atividade do pesquisador e, conseqüentemente, intensificação do trabalho, são eles: a dimensão temporal, o acúmulo de tarefas e o destino do número cada vez maior de publicações.

4.3 Bolsistas de produtividade em pesquisa da área de Psicologia

Conforme apresentado no quadro anterior, uma das modalidades de bolsa concedida no Brasil, nível pesquisa, é a bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ). As propostas de apoio à pesquisa, via bolsa PQ, são avaliadas por pesquisadores, selecionados pelo Conselho Deliberativo do CNPq, conforme a área de atuação e conhecimento a qual se vincula o pesquisador. Atualmente a área de Psicologia conta com seis pesquisadores, entre titulares e suplentes, no assessoramento das avaliações. Conforme aponta a Resolução Normativa (RN) número 016 de 2006 (CONSELHO..., 2006), as bolsas PQ são destinadas a pesquisadores com ascensão no meio acadêmico e com destaque entre seus pares. São critérios para concessão de bolsa os seguintes itens, conforme especificação da RN 16/2006: relevância técnico-científico do projeto de pesquisa; produção científica do pesquisador; formação de recursos humanos; contribuições científicas, tecnológicas e de inovação; projetos de pesquisa; inserção internacional; editoração científica; e atividades de gestão científica e acadêmica.

Como já mencionado, segundo critérios apresentados pelo Comitê de Assessoramento de Psicologia, o ingresso, permanência e enquadramento do bolsista é assegurado por sua produção científica, considerando-se: a) 5 (cinco) publicações, no mínimo, em periódicos especializados; b) contribuição para formação de recursos humanos, o mínimo de 1 (uma) orientação (mestrado ou doutorado) concluída; e c) inserção na área de conhecimento. (CONSELHO..., 2012b). O agrupamento dessas três dimensões fornece o perfil de produtividade do pesquisador: PQ-1, com quatro diferentes níveis 1A, 1B, 1C e 1D, para pesquisador vinculado a um Programa de pós-graduação, doutor há no mínimo 8 (oito) anos, com produção regular ao longo dos últimos 10 (anos) anos, inserção na área, consolidação da linha de pesquisa, rede de interação interinstitucional, orientação de iniciação científica, mestrado e doutorado, entre outros elementos; e perfil 2, sem especificação de nível, para pesquisador doutor há no mínimo 3 (três) anos, com produção regular ao longo dos últimos 5 (cinco) anos,

inserção na área e orientação de iniciação científica e mestrado, entre outros elementos.

As bolsas PQ fornecem um subsídio financeiro mensal, para ambos os níveis, e taxas de bancada, para aqueles que são classificados com categoria 1, para cobrir parte dos custos com a pesquisa. Wendt e colaboradores (2013) assinalam que esse auxílio à pesquisa, mediante classificação dos pesquisadores, é elemento que, atrelado a outros fatores, contribui para a produção elevada dos pesquisadores e competitividade entre os pares. Algumas chamadas para financiamento de projetos são restritas a pesquisadores nível 1 e esses são os únicos que podem ser membros dos CAs.

Prosseguindo com a discussão sobre o bolsista PQ e buscando o entendimento sobre seu significado e importância no panorama geral do trabalho do pesquisador, lê-se, no documento apresentado pelo Comitê de Assessoramento de Psicologia, a seguinte compreensão:

Compreende-se como bolsista de produtividade em pesquisa na área de Psicologia aqueles pesquisadores de cuja atuação tenha resultado *produção publicada em quantidade e qualidade que o destaquem em relação à realidade da área e de sua subárea específica*. Caracteriza também esse bolsista uma atuação com contribuições expressivas na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, contribuição para a inovação, exercício de coordenação ou participação em projetos de pesquisa, participação em atividades editoriais, e atividades de gestão científica e de administração de instituições e núcleos de excelência científica e tecnológica. (CONSELHO..., 2012b, s/p, grifo nosso).

Axt (2004) assinala que os indicadores de produtividade do pesquisador, estipulados pelos pares, apontam a quantidade da produção anual e como essa produção deve ser realizada, sem levar em consideração fatores como realização de pesquisa e seus resultados; o estilo de produção do pesquisador; e o destino elegido pelo pesquisador, livro, artigo e outros. Observa-se que a participação em pesquisa como coordenador é critério para concessão de bolsa, mas o que a autora discute é o fato de haver uma pressuposição de que toda pesquisa produz resultados publicáveis.

A bolsa de produtividade em pesquisa tem duração de três a cinco anos, de acordo com o enquadramento do pesquisador. Após esse período o pesquisador pode submeter novamente um pedido, que, ao ser avaliado e aprovado, pode manter o bolsista na classificação anterior ou reclassificá-lo, para um nível inferior ou superior.

Pode ocorrer, ainda, do pesquisador perder a bolsa e não possuir mais uma classificação.

Em estudo recente sobre o perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq na área da Psicologia, Wendt e colaboradores (2013) encontraram dados que apontam a expansão da produção científica nessa área. O estudo chama a atenção para o aumento do número de doutores formados, novos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e crescimento do número de periódicos na área, como fatores que contribuem para essa expansão. Os autores analisaram dados coletados dos Currículos Lattes dos 297 pesquisadores com bolsas PQ ativas no primeiro semestre de 2011 e apontaram que os docentes com níveis mais altos demonstraram maiores índices de produção. No estudo foi realizada uma investigação de cunho quantitativo. Contudo, os autores chamam a atenção para a importância de se identificar elementos que indicam a qualidade das produções, tais como as áreas temáticas nas quais ocorrem as publicações, colaboração com discentes, estrato *Qualis* das publicações, entre outros.

Estudos, além dos já citados, buscaram apresentar o perfil de bolsistas PQ e, principalmente, sua relação com a produção científica brasileira na área de Saúde Coletiva (BARATA; GOLDBAUM, 2003), Odontologia (CALVACANTE et al., 2008); Medicina (MENDES et al., 2010), Química (SANTOS; CÂNDIDO; KUPPENS, 2010) e Medicina Veterinária (SPILKI, 2013). De modo geral, esses estudos enfatizam a produção científica e seu caráter numérico, com pouca ou nenhuma discussão sobre os motivos e efeitos de seu aumento. Portanto, tem-se uma análise descritiva pautada nos critérios estabelecidos pelo CNPq para concessão da bolsa.

Nesta seção do texto pretende-se, tomando os currículos dos bolsistas PQ na área de Psicologia, compreender como o produtivismo se engendra na prática do pesquisador e nas modulações decorrentes do exercício acadêmico. Como eixos de análise, três pontos servirão de base para essa discussão: tempo de doutoramento; classificação do bolsista; publicação em periódicos. Os dados mencionados a seguir são fruto do recolhimento, no primeiro semestre de 2014, de informações disponibilizadas pelo CNPq em sua página virtual e pelos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa na área de Psicologia em seus currículos publicados na Plataforma *Lattes*.

Na ocasião do registro dessas informações, 15.162 bolsas PQ encontram-se em vigência no país. As áreas com maior percentual de bolsistas eram as seguintes:

Física (6,04%), Agronomia (5,15%), Química (4,73%), Medicina (3,57%), Geociências (3,10%), Ciências da Computação (2,64%), Educação (2,63%), Engenharia de Materiais e metalúrgica (2,22%), atestando a predominância das Ciências Exatas e da Terra (17,82%), das Engenharias (15,52%) e das Ciências Biológicas (14,66%). A área de Psicologia ocupava a 9ª posição quanto ao percentual (2,08%) de bolsistas em relação às outras áreas. As Ciências Humanas possuem 1.734 bolsas no país, um percentual de 11,44% em relação com as demais áreas.

A lista de bolsistas PQ se constituía com a presença de 315 pesquisadores na área de Psicologia. Desses, 196 eram do sexo feminino e 119 do sexo masculino. Castro e Yamamoto (1998), com o objetivo de discutir a questão de gênero na conformação da Psicologia, problematizam a inclusão dessa ciência como uma categoria de profissão feminina. Os autores atestam a existência de um percentual maior de mulheres exercendo a atividade em Psicologia quando comparado com os homens. Ocorreria o contrário com áreas como Odontologia, Medicina Veterinária, Medicina e Química, que atestam, segundos estudos mencionados, a predominância de pesquisadores homens.

Nessa mesma direção, Silva (2013) discute a questão de gênero em relação à distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Para a autora, a distribuição das bolsas PQ é um importante indicador do reconhecimento acadêmico e a multiplicidade de atores que compõem o coletivo de pesquisadores reflete a configuração social referente às condições de gênero. Como achado da pesquisa realizada em 2007-2008, a autora verifica a disparidade entre homens e mulheres no que diz respeito ao auxílio via bolsa PQ. Embora haja uma representação significativa nas ciências humanas, com predominância de mulheres nos cursos de Letras, História e Pedagogia, em relação às áreas de tecnologia e exatas o número de mulheres bolsistas se encontra muito aquém na comparação com a presença de homens. No departamento de física, por exemplo, a concentração de homens é sete vezes maior que o número de mulheres. A autora assinala que o enquadramento quanto à categoria do CNPq é um ponto que merece atenção, pois há uma pequena parcela das mulheres da instituição pesquisada que se enquadra nos níveis mais elevados, sendo que a grande maioria se concentra na categoria dois. A conclusão do artigo aponta para a necessidade de se caminhar em direção à problematização do fazer científico em suas múltiplas faces, incluindo a discussão de gênero na relação entre ciência e mulher.

No que diz respeito à concentração de bolsistas conforme a categoria e tempo médio de obtenção do título de doutor (Tabela 2), vê-se que um maior número de pesquisadores se concentra na categoria 2, seguida da categoria 1D. O índice é menor na categoria sênior. Há um equilíbrio nas faixas de 6-10 anos (51) e 21-30 anos (61). Por outro lado, é possível notar uma menor presença de bolsistas na faixa até 5 anos, com prevalência na categoria 2. Mesmo com número reduzido, é importante salientar o fato de recém-doutores serem bolsistas de produtividade.

A análise do currículo dos 4 bolsistas PQ, com tempo de doutoramento até 5 anos, aponta uma média de produção de 12 artigos publicados em periódicos científicos no triênio 2007-2009 e 17 no triênio 2010-2012. Logo, são 4 e 5,6 artigos publicados por ano, respectivamente, índice semelhante ao observado na produção de bolsistas nível 1A. Atenta-se, ainda, para o fato de serem pesquisadores alocados nas áreas de Psicologia Experimental, Fundamentos e Medidas da Psicologia e Psicologia do Desenvolvimento Humano, áreas com maior prevalência de artigos publicados, sobretudo em periódicos internacionais.

TABELA 2
Classificação de bolsistas PQ da área Psicologia por tempo de doutoramento

| Tempo (em anos) | SR | 1A | 1B | 1C | 1D | 2 | TOTAL |
|-----------------|----|----|----|----|----|-----|-------|
| Até 5 | - | - | - | - | - | 4 | 4 |
| 6-10 | - | - | - | - | 3 | 48 | 51 |
| 11-20 | - | 4 | 10 | 16 | 22 | 113 | 165 |
| 21-30 | - | 12 | 9 | 7 | 12 | 21 | 61 |
| Acima de 30 | 1 | 12 | 8 | 4 | 4 | 7 | 36 |
| Total de Bolsas | 1 | 28 | 27 | 27 | 41 | 193 | 317 |

Fonte: Dados da pesquisa

Luz (2005) discute a presença de doutores recém-formados no cenário da produtividade acadêmica e os efeitos que seu “uso” pode produzir. Segundo a autora, esses pesquisadores apresentam produção bibliográfica crescente, dado o afinco pela ascensão na carreira. A competitividade e o rigor em aplicar as exigências das agências – assinala a autora – são elementos que caracterizam a prática desses atores, que, por vezes, assumem cargos de avaliadores dos comitês de assessoramento das agências e reproduzem para a área como um todo as especificidades de sua prática. Vale ressaltar que não são todos que reproduzem e

percebem o processo como uma arena de competição. A autora marca a existência de pesquisadores que “procuram ter a visão de sua área como um todo, para que a ‘média produtiva’ da mesma seja respeitada, mantendo uma perspectiva abrangente da produtividade em seu campo.” (LUZ, 2005, p. 53).

A produção de artigos publicados conforme classificação do pesquisador e natureza dos periódicos, se nacional ou internacional, parece ser outro importante parâmetro para análise da produtividade do bolsista PQ. Observa-se, conforme apontado na Tabela 3, que pesquisadores com bolsas de nível mais alto apresentam maior média de produção. Destacam-se as produções de nível internacional nas classificações 1A e 1B, quando comparada com os demais níveis. Tendo em vista o aumento da produção em relação aos triênios 2007-2009 e 2010-2012, indagar sobre os modos de produção desses pesquisadores, para além da quantidade é importante para se compreender o processo em sua dimensão estrutural. O que leva a uma maior produção no nível mais alto? O que faz os pesquisadores nível 2 apresentarem um crescimento de sua produção? As respostas a tais questões se concentram na complexidade em que se constitui campo investigado. Como elementos que compõem esse campo, a rede de coautoria, orientações, pesquisas, convites dos próprios periódicos entre outros aparecem como fatores que interferem na produção do pesquisador.

TABELA 3
Classificação do pesquisador e média de produção de artigos publicados conforme natureza do periódico no triênio 2010-2012

| Periódico | SR | 1A | 1B | 1C | 1D | 2 |
|---------------|----|------|------|------|------|-----|
| Nacional | 4 | 12,3 | 10,8 | 8,8 | 7,2 | 6,6 |
| Internacional | 1 | 7,7 | 6,2 | 3,5 | 3,6 | 1,8 |
| TOTAL | 5 | 20 | 17 | 12,3 | 10,8 | 8,4 |

Fonte: Dados *Currículo Lattes*

Rego (2014) discute como o produtivismo afeta pesquisadores, universidades e periódicos científicos a partir dos modos de produção e publicações. A internacionalização da produção científica é um processo em franco crescimento, especialmente por se tratar de um espaço consolidado. Diante da política editorial dos periódicos nacionais e maior grau de impacto dos periódicos internacionais, tem-se cada vez mais a migração de artigos para periódicos desta natureza. Para a autora, “as políticas de avaliação da pesquisa adotadas no Brasil, refletindo os procedimentos

internacionais, *definem os destinos da maior parte dos pesquisadores* atuais, bem como afetam os rumos dos periódicos científicos.” (REGO, 2014, p. 337, grifo nosso). Mais do que o envio de artigos para periódicos internacionais, tem-se, na hipótese da autora, uma destinação do próprio pesquisador a essa modalidade de produção.

Duas possibilidades de posicionamentos são apontadas pela autora diante do tema da produção acadêmica. De um lado, a conformidade em aceitar o perfil produtivista e publicar para ser um pesquisador produtivo e reconhecido. Do outro lado, a crítica em relação ao atual modelo de gestão dos processos, aliada a uma reflexão da adoção dos modos de se fazer pesquisa no país. Independente da escolha, é preciso considerar que essa cultura produtivista interfere na produção científica e promove modulações no trabalho do pesquisador.

Ademais, vale ressaltar que o elemento em questão não é ausência de comprometimento com os benefícios que a pesquisa possa promover para a comunidade científica e para a sociedade como um todo. É imprescindível considerar que todo beneficiário de financiamento à pesquisa concedido pelo CNPq é obrigado a prestar contas, tendo em vista o uso de valores públicos, conforme previsto no parágrafo único do artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil. Sendo a produção intelectual tomada como um produto da pesquisa financiada e, portanto, uma das formas de prestação de contas à sociedade dado seu caráter de “divulgação científica”, o que se coloca em discussão não é a total ausência de produção decorrente das pesquisas, mas os efeitos promovidos pelos processos de avaliação e gestão, bem como a existência de uma produção desmedida.

5 MODULAÇÕES DO TRABALHO: subjetivação, poder e resistência

“O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2012, p. 339).

O presente capítulo apresenta a análise das entrevistas com os bolsistas PQ. Tem como foco o trabalho docente e sua organização a partir dos mecanismos de produtividade, buscando, ainda, articulação com alguns dos elementos teóricos expostos nos capítulos anteriores. Acompanhar as considerações dos sujeitos que compõem o cenário investigado é coerente com a escolha teórica que sustenta esse trabalho e possibilita compreender os modos de subjetivação atrelados à prática profissional do pesquisador PQ. A análise das entrevistas está disposta em dois subtópicos como eixos norteadores da discussão. Primeiramente, caminha-se em direção à articulação entre as práticas de produtividade e a intensificação do trabalho do pesquisador-docente. Em seguida, imerso na cultura da produtividade, o produtivismo emerge enquanto um acontecimento na academia, produzindo modos de subjetivação e práticas de resistência.

No decorrer da análise, buscou-se esquadrihar os jogos de força que compõem a especificidade do campo investigado. Nesse sentido, algumas questões nortearam o processo de análise: como se manifestam as relações de poder subjacentes ao exercício profissional do pesquisador-docente? Quais são os efeitos de normatividade que as polícias de gestão e avaliação exercem sobre a prática do pesquisador PQ? Qual é a relação existente entre a produtividade acadêmica e a intensificação do trabalho? Como as práticas produtivistas têm engendrado modos de subjetivação no cenário acadêmico? Que dispositivos disciplinares estão presentes no cotidiano do trabalho do pesquisador PQ? Quais são os modos de resistência presentes no campo pesquisado? Viabilizando responder a tais questões, recorre-se a Foucault (2012) para romper com a noção de causalidade única e pensar a cultura da produtividade a partir do “poliedro de inteligibilidade”, cujas facetas são indefinidas e, por princípio, inconclusas. A análise consistiu na investigação dos modos de subjetivação do pesquisador PQ e formas de normatividade que circulam pelo cenário investigado. Para isso, fragmentos das falas foram destacados, objetivando reforçar os argumentos e enunciados que atravessam a fala dos pesquisadores.

Primeiramente expõe-se, no Quadro 2, a caracterização dos pesquisadores e pesquisadoras envolvidos na pesquisa, cujas entrevistas foram transcritas para a

elaboração da análise. Um total de 7 (sete) entrevistas estão aqui apresentadas. São utilizados nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados. Ressalta-se a subárea de atuação das pesquisadoras e dos pesquisadores, pois além de ser critério de escolha e informação considerada nos processos de avaliação, foi algo reforçado pelos sujeitos durante as entrevistas. Falava-se de um lugar que era intrínseco à respectiva subárea.

Quadro 2: Caracterização dos sujeitos entrevistados

| Entrevistadas(os) | PQ | Doutoramento (em anos) | Subárea |
|-------------------|----|------------------------|---|
| Simone | 1A | 21-30 | Psicologia do Desenvolvimento Humano |
| Hannah | 1B | 11-20 | Psicologia Social |
| Edith | 1B | 11-20 | Psicologia do Trabalho e Organizacional |
| Augusto | 1A | Acima de 30 | Psicologia do Trabalho e Organizacional |
| Julia | 1A | 21-30 | Psicologia Social |
| René | 2 | Até 5 | Psicologia do Desenvolvimento Humano |
| Sarah | 1A | 21-30 | Psicologia do Desenvolvimento Humano |

Fonte: Dados da pesquisa

Como norte do entendimento da produtividade acadêmica, as pesquisadoras e pesquisadores indicam elementos inerentes à sua prática profissional que abalizam seu trabalho, a saber, a pesquisa, a docência e as funções técnico-administrativas. Não obstante, nenhum destes elementos aparecem como isentos de atribuições burocráticas vinculadas às tecnologias de informação e comunicação. Sguissardi e Silva Júnior (2009), em estudo realizado sobre o trabalho dos professores das instituições federais de ensino superior no Brasil, assinalam que no processo de intensificação e precarização do trabalho do professor-pesquisador há um acúmulo de funções burocráticas e um aumento da pressão externa por produtividade que incidem sobre o docente. Para os autores, permeia o campo acadêmico-científico uma noção de tempo que agrega elementos de controle da prática docente e de pesquisa, tornando-se necessário a construção de modos para lidar e, por vezes, resistir, aos processos de produção acadêmico-científico que organizam e modulam as atividades dos pesquisadores.

Nesta pesquisa, mais do que investigar os produtos e metas dos profissionais envolvidos nesse campo, toma-se como base investigativa os dispositivos disciplinares que, conforme discutido no capítulo 2 (dois), agem sobre o sujeito, principalmente sobre sua atividade, promovendo a normalização de condutas e dos

modos de se fazer pesquisa no país, como se vê no enunciado com tom de advertência que se recorta da entrevista com Augusto:

“É um controle não em cima de uma meta... mas é um controle da minha atividade” (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

O controle da atividade e a intensificação do trabalho se articula à multiplicação das práticas e serviços atribuídos ao pesquisador-docente, fatores que possuem estreita relação com os parâmetros de gestão e avaliação das agências reguladoras e de fomento (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009). As atividades de pesquisa vinculadas aos editais das agências de fomento, ainda de acordo com os autores, implicam em “obrigações de serviços extras, dificilmente quantificáveis, mas que resultam em profundas mudanças no processo científico-acadêmico e em concomitante intensificação do trabalho” (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 167). Igualmente, o trabalho comporta questões imersas à produtividade que modulam o exercício da docência, da pesquisa e de si mesmo, pontos que serão trabalhados a seguir.

5.1 O sujeito em meio à produtividade acadêmica e à intensificação do trabalho

Parece incoerente falar de produtividade na área da Psicologia sem atentar para sua complexidade e sua formação, que se entrelaça a campos diversos. A possibilidade de compreender a área enquanto um conjunto de práticas que modulam o exercício do trabalho docente e, conseqüentemente, da produtividade, a partir de uma modalidade de ciência, amplia os horizontes do que se vem chamando ao longo desse trabalho de cultura da produtividade. Da análise do conjunto das entrevistas é possível identificar três panoramas que conduzem os discursos das pesquisadoras e pesquisadores, a saber, produção de conhecimento – especialmente na área da Psicologia – trabalho docente e modos de ser. Alinhados às suas respectivas áreas de atuação, a temática da produtividade acadêmica parece assumir contornos distintos, à medida em que o discurso se assenta na compreensão de ciência inerente à prática dos pesquisadores.

A diversidade teórica, metodológica e política em que a Psicologia se constitui favorece o arranjo de um cenário de heterogeneidade relativa à produção intelectual da área. Hutz e colaboradores (2010), discutem a realidade da Pós-Graduação em

Psicologia no Brasil, se valendo do perfil, avaliação e metas que compõem esse campo. Os autores levantam a hipótese da existência de diferenças quantitativas entre as subáreas no que tange às publicações e proporções de artigos *versus* livros. Diferenças quanto ao tempo necessário para se obter os dados de pesquisa, o acesso ao campo, recursos e processamento da análise, são pontos que podem interferir no volume de produção de cada subárea. Os autores destacam que na avaliação trienal de 2007, os seis programas mais bem avaliados têm em suas áreas de concentração subáreas relacionadas aos processos psicológicos e psicobiológicos básicos. Ressaltam, ainda, que estes apresentaram o maior percentual de publicação, inclusive em periódicos estrangeiros.

Hutz e outros (2010) chamam a atenção para o fato de que quase todos os programas com conceito acima de 5 exigem artigos como formato de trabalho de conclusão dos mestrados e doutorados. Não é de se estranhar, portanto, que um quantitativo significativo de publicações se concentrem nestes programas, conforme se pode apurar na avaliação trienal de 2013 (COORDENAÇÃO, 2013, s/p). Nesta avaliação, dos três programas que alcançaram nota máxima (conceito 7), 1 (um) é da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e 2 (dois) da Universidade de São Paulo (USP), sendo suas respectivas áreas de concentração, Psicologia, Psicologia Experimental e Psicobiologia. Em direção semelhante, os programas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade São Francisco (USF), com suas respectivas áreas de concentração em Cognição Humana, Psicologia Clínica e Psicologia Social; Estudos do Comportamento e Psicologia Fisiológica; e Psicologia, alcançaram conceito 6 (seis). Vale ressaltar que as notas 6 (seis) e 7 (sete), são atribuídas considerando, especialmente, a produção intelectual e a internacionalização do Programa. Dos programas mencionados, chama atenção a expressiva produção na modalidade artigos completos publicados em periódicos técnicos-científicos, sobretudo em periódicos com avaliação A1, quando comparados aos demais programas. Além disso, são programas com linhas de pesquisas que se aproximam das chamadas ciências duras. É importante destacar que essa produção computada para o Programa, advém de atores que compõem esse cenário, pesquisadores e alunos que são inseridos num processo contínuo de avaliação institucional e avaliação de si mesmos.

É nessa direção que os entrevistados apontam que os programas com características das ciências duras, com métodos objetivos e quantitativistas, dominam o campo de produção e, ao mesmo tempo em que ganham maior verba para suas pesquisas, assentam critérios e uma modalidade de fazer ciência. As pesquisadoras e pesquisadores argumentam que a criação de uma lógica de avaliação equânime entre áreas e subáreas não leva em consideração as especificidades dos modos de produção de conhecimento e das pesquisas que são desenvolvidas. Hannah discorre sobre a tendência planificadora quando se pensa a área:

Eu acho que há uma certa racionalidade... que não é só no Brasil... que eu diria que é hegemônica... que traz um certo primado da técnica... da tecnologia... de uma certa ideia do que é ciência e produção de conhecimento... essa racionalidade dá muita ênfase à técnica... isso faz com que um número bastante significativo de trabalhos na nossa área... na grande área Psicologia... converjam pra um certo método... certos procedimentos... os chamados quantitativos... análise estatísticas... enfim... em detrimento de outras possibilidades... (Hannah, Psicologia Social).

A pesquisadora ainda aponta que o tipo de trabalho que faz “nem sempre encontra acolhida nas revistas A1...” (Hannah, Psicologia Social). Em justificativa, discute que essa modalidade unívoca de fazer ciência, construindo critérios que não abarcam a complexidade da própria Psicologia, tem produzido um campo marcado pela constante fiscalização dos processos que gerenciam os periódicos, pautados nas perguntas: O que aceita? Com qual metodologia? Em qual área?

Dada a expansão da abrangência temática, considerando as assimetrias das subáreas e temas de pesquisa em Psicologia, Tourinho e Bastos (2010) marcam a importância do aperfeiçoamento do sistema de avaliação de modo a considerar a diversidade das subáreas. Para os autores, “o fracionamento da Psicologia em subáreas e temáticas tão diferentes quanto numerosas repercute diretamente na natureza, perfil e alcance das produções encontradas na área.” (TOURINHO; BASTOS, 2010, p. 41). Tendo em vista essa repercussão, não seria necessário considerar tais especificidades no processo avaliativo? Os autores argumentam que a comissão avaliadora tem buscado lidar com um conjunto amplo de indicadores que não privilegiem um ou outro perfil de desempenho. Contudo, as estratégias adotadas pela área têm caminhado concomitantemente à competitividade entre os programas – e, conseqüentemente, entre pesquisadores – e ao aumento do número da produtividade. A título de exemplo, tem-se a Tabela de Melhor Produção (TMP), que fora criada como estratégia para equacionar a produção da área, estabelecendo um

teto limite da produção bibliográfica dos docentes, mas que tem sido tomada pelos pesquisadores, como aponta Augusto, como um piso, ou seja, um indicador mínimo de produção. Com isso, uma estratégia utilizada frente ao avanço da produtividade excessiva tem sido captada por essa cultura produzindo efeito contrário. A fala de Augusto elucida o movimento que a área tem feito diante do produtivismo e o modo como a proposta tem incidido sobre alguns pesquisadores.

Como toda essa denúncia de produtivismo... a área da Psicologia começou a analisar os dados... e perceberam que as pessoas estavam a cada ano produzindo mais... e haviam queixas de que estava caindo a qualidade... então o que elas fizeram?... elas anunciaram... as áreas... que elas iriam começar a avaliar somente a melhor produção... cada área tem um teto de produção de qualidade... se você bater naquele teto... em termos de quantidade de revista... não adiante você produzir mais... vai ser melhor se produzir em revistas de melhor qualidade... o problema é que tem pessoas que acham que o teto é um piso... e transformou isso aí [o publicar] em um objetivo de vida... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

Longe de propor uma abolição dos processos avaliativos, as pesquisadoras e pesquisadores defendem a necessidade da existência dos mesmos, porém com reformulações e criação de novos critérios que privilegiem a qualidade em detrimento da quantidade. É preciso avaliar para se estabelecer no campo o exercício de uma prática ética e compromissada com a difusão do conhecimento, além de romper com a atual lógica que caminham em direção da produtividade e intensificação do trabalho. É nesse caminho que René se dirige, com vias a apontar a necessidade da avaliação em concordância com o aprimoramento dos critérios.

Eu acho que os processos de gestão e avaliação são extremamente necessários... eu percebo uma discrepância entre os bolsistas de produtividade... que estão inseridos em programas de pós-graduação... e que... eu não sei o quanto que é possibilidade das universidades em que eles estão inseridos... de produzir mais... eu fico com uma sensação de que a área da psico poderia publicar muito mais... e publicar artigos até de maior relevância de fato... porque se tem muito artigo mais do mesmo... e que muitas vezes aquilo ali é pra cumprir tabela... pra fechar um mestrado... pra ter um terceiro artigo dentro de uma tese... uma coisa meio protocolar... e isso é muito prejudicial... esses sistemas são muitos objetivos... o que tem uma parte muito boa... porque tem um critério claramente definido... eu acho que é fundamental ter critérios claramente definidos e regras claramente estabelecidas... (René, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

O entrevistado coloca em suspeição as condições de trabalho dos programas de pós-graduação e respectivas universidades e seu impacto nos pesquisadores, por conta da demanda de produção acadêmica no atual modelo de gestão e avaliação.

Ao mesmo tempo, assume uma posição pessoal de que a área pode produzir mais e com maior qualidade, criticando a solução “protocolar” para o aumento numérico da produção, tendo em vista a presença do “muito do mesmo”. É possível apontar, ainda, no enunciado do recorte realizado, um apoio à “objetividade” do sistema de avaliação. A produção de argumentos que se observa em René segue uma modulação subjetiva, que implica estar em um Programa que oferece aporte à prática desenvolvida pelo pesquisador, produzindo em quantidade e qualidade, de acordo com as regras (objetivas) do jogo. Embora defenda a necessidade do aprimoramento, o pesquisador qualifica o fato de o atual sistema ser objetivo e, portanto, apresentar “critérios claramente definidos”. Destaque-se que os critérios de objetividade, validade e confiabilidade, sempre foram marcas constitutivas das ciências duras, um perfil próximo à subárea de atuação do pesquisador. Na proposta de análise aqui apresentada não se deve excluir o fato de que o entrevistado fala de um certo lugar e ocupa um lugar de sujeito desse enunciado.

O cenário de avaliação e gestão da área compreende práticas que possibilitam o aparecimento do sujeito pesquisador em meio à produtividade e intensificação do trabalho. Não obstante, o modo como o sujeito insurge nesse contexto, bem como os dispositivos que o forjam, abre espaço para problematizar sua prática, campo permeado por dispositivos de controle e de subjetivação. Diante da subjetivação nos processos de intensificação do trabalho, tem-se, por um lado, a iminência de práticas reflexivas sobre os processos que norteiam o campo e, por outro, práticas de objetivação diante das normas que prescrevem padrões aos quais o pesquisador deve se adequar frente à normatividade que preveem regulação e punição. Assim, tem-se uma dinâmica de condução da prática, na qual os pesquisadores se direcionam pelos pressupostos normativos que produzem efeitos de subjetivação.

A condução das práticas está inserida em um espaço de liberdade regulada (ROSE, 2011). A partir desta perspectiva tem-se que as escolhas dos sujeitos são intrínsecas às normas que regulam a existência. São escolhas que obedecem a certos critérios que nem sempre são claros ao pesquisador, mas que regem todo um modo de existência do ser pesquisador e dos efeitos da prática de pesquisa.

Uma escolha (regulada) frequente na cultura da produtividade refere-se à publicação de artigos científicos em periódicos acadêmicos. O fator publicação não opera desvinculado da decisão sobre onde publicar. Afinal, qual o melhor periódico para se publicar? Uma resposta, produto de uma discursividade da cultura da

produtividade, que merece problematização, compõe a fala dos sujeitos entrevistados, com especial atenção a dois elementos: fator de impacto e QUALIS. René e Augusto introduzem essa discussão apontando o fator de impacto como determinante da escolha do periódico:

A escolha de periódico funciona em função do seu fator de impacto... se não tiver fator de impacto não me interessa publicar na revista... eu escolho pelo fator de impacto... e claro pelo escopo do estudo que eu estou focalizando... (René, *Psicologia do Desenvolvimento Humano*).

Eu levo em conta a qualidade do periódico... portanto eu consulto o QUALIS... mas eu não olho só isso... eu olho muito os artigos que a gente fez revisão de literatura... e eu procuro ver os periódicos que são mais citados naquela área... (Augusto, *Psicologia do Trabalho e Organizacional*).

As pesquisadoras e os pesquisadores foram unânimes em dizer que a escolha do periódico se dá por meio do Qualis, especificamente, seu fator de impacto. Com o intuito de mensurar a qualidade da produção intelectual no Brasil, como já mencionado em capítulo anterior, o Qualis classifica os periódicos em oito estratos, conforme seu fator de impacto determinado pelo *Institute for Scientific Information* (ISI): A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. A título de exemplo, o estrato A1, não por acaso o mais buscado pelos sujeitos entrevistados, tem fator de impacto igual ou superior a 3,800 e possui estreita relação com o número de citações. O número é mencionado aqui para indicar que a “qualidade”, presente nesse processo avaliativo, é mensurada por critérios quantitativos. Com isso, os aspectos qualitativos – como evidências suplementares da qualidade –, conforme assinala o documento de área (BRASIL, 2013), ficam subsumidos à dimensão dos estratos e seus respectivos escores e fatores de impacto. A recusa de submissão de artigos a determinada revista que não tenha fator de impacto, como indica René, e a consulta do Qualis como averiguação da qualidade da revista, como aponta Augusto, institui um cenário no qual o fator de impacto aparece como sinônimo de qualidade. Afinal, qual qualidade está em jogo?

Se a qualidade do periódico ou do artigo é atestada pelo número de citações, Vilaça e Palma (2013) chamam atenção para o fato de que um artigo pode ser muito citado simplesmente por apresentar metodologia ou resultados controversos. Como fator chave na lógica do mercado das publicações e possibilidade de agregar *status* ao pesquisador, que é avaliado dentre outros elementos pelo quanto e onde se publica, “os periódicos com alto FI [Fator de Impacto] tornam-se um objeto de desejo” (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 479).

No documento de área da Psicologia do último triênio (2010-2012) consta que a Área optou pela utilização de um conjunto de requisitos e indicadores na construção de evidências qualitativas do processo avaliativo dos periódicos. A classificação A1, por exemplo, ocorreu para “os periódicos com presença no ISI e no *PsycInfo*, publicados por associação científica com reconhecimento internacional, e que são referência internacional para a área da Psicologia” (BRASIL, 2013, p. 38). Critérios como indexação e internacionalização são utilizados por áreas que não utilizam o FI como parâmetro avaliativo do periódico. Diante dessa tentativa de saída dos parâmetros qualitativos para atestar a qualidade, Vilaça e Palma (2013, p. 480) interrogam: “Por que a indexação em dadas bases garantiria qualidade? Por que o fato de haver um pesquisador estrangeiro no corpo editorial ou a publicação de um autor estrangeiro o torna mais relevante?” Seguindo essa linha de reflexão, sem intentar responder as questões, os critérios de qualidade atribuídos aos produtos acadêmicos, em certa medida distanciados de uma reflexão epistemológica, poderiam passar por constantes modificações sem que se resultasse em prejuízo para a ciência. (VILAÇA; PALMA, 2013).

Como se pode observar na fala do pesquisador e da pesquisadora entrevistados o FI não abarca todo o domínio do critério qualidade, sobretudo, no que diz respeito à relevância do produto e seu efeito no cenário acadêmico.

Fator de impacto das revistas é o que conta, então não interessa muito se foi um belo artigo, ou um artigo mais ou menos, o que interessa é exclusivamente o fator de impacto da revista no qual o artigo foi publicado... (René, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Se a gente está publicando em revista B2... a gente tem que fazer um esforço de publicar em revista A1... a questão é... por quê?... como?... quais são as revistas A1... será que vale a pena?... a gente não publica em revista A1... simplesmente pelo fato dela ser A1... a gente publica em determinadas revistas porque... é nelas aonde a gente constrói um diálogo com determinados interlocutores... qualquer revista tem uma comunidade de interlocutores... eu não leio qualquer revista em Psicologia... eu leio as que valem a pena... na minha área... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

A ciência e seus agentes parece admitir uma discursividade normativa, hierarquizadora e quantitativista, que rege os processos avaliativos, de gestão e financiamento, pautados no critério qualidade, tomando ares de verdade e precisão científica. Logo, as revistas mais bem qualificadas são, por antecipação, as melhores revistas. Contudo, o fragmento da entrevista com Sarah mostra uma posição de

resistência a essa discursividade. A pesquisadora aponta a ciência como um espaço de interlocução, uma possibilidade de diálogo entre os atores que circulam nesse cenário. Com isso, em direção ao afastamento da normatividade que o campo impõe e o direcionamento a uma recusa à lógica produtivista, a entrevistada parece assumir uma posição reflexiva, sobretudo, ao admitir uma outra possibilidade de conduta. As modificações ocorridas frente à existência de dispositivos de controle são delineadas como práticas de liberdade, para resistir e fazer emergir o sujeito, mesmo diante de práticas coercitivas (FOUCAULT, 1984/2006).

Vilaça e Palma (2013), defendem a necessidade de se problematizar o campo, a fim de promover uma descentralização das decisões e um rompimento dos acordos hegemônicos. Os autores concluem:

Não nos parece satisfatório que a qualidade na academia seja aferida meramente pelas relações de poder que estabelecem hegemonias. Além de o consenso vigente ter um valor bastante relativo, até porque ele é forjado por poucos indivíduos, isso pode criar sérias distorções. Uma delas, presume-se, é a aristocracia acadêmica, isto é, que uma posição privilegiada quanto ao exercício do poder na academia privilegie tanto estabelecimento dos critérios “consensuais abrangentes” quanto o usufruto deles. (VILAÇA; PALMA, 2013, p. 482).

Essas relações de poder colocam em jogo os indivíduos envolvidos no processo. O sujeito se vê inserido em um conjunto de práticas que assentam critérios de se fazer ciência e, conseqüentemente, modulam o exercício da pesquisa. O pesquisador em meio a produtividade acadêmica é “regido” pelo consenso vigente, conforme anuncia Hannah em fragmento de sua entrevista.

O que eu tenho feito nos últimos anos é pegar o Qualis... já que a gente tem Qualis... e o Qualis nos rege... e elencar quais seriam aqueles periódicos amigáveis... que poderiam acolher meus trabalhos... (Hannah, Psicologia Social).

Dois pontos chamam a atenção na fala apresentada: o efeito Qualis que “rege” a conduta da pesquisadora e a busca por periódicos “amigáveis” (leia-se, aqueles que compartilham da mesma modalidade de ciência). Hannah evidencia em sua fala que, embora haja um critério quantitativo, é possível considerar elementos que indicam um viés qualitativo na escolha dos periódicos, especialmente quando se considera a linha editorial e os temas que são discutidos no periódico que se pretende submeter o artigo.

Os processos de subjetivação ganham contorno e ênfase quando os dispositivos normativos passam do exterior ao regimento do próprio sujeito. Afinal, do que o Qualis rege estaria também a conduta do pesquisador? Contudo, a atividade de conduzir condutas é inseparável da atitude de resistência e dos modos de se conduzir (FOUCAULT, 1978/2008). É a atitude crítica, como elemento que possibilita resistir ao conjunto de mecanismos que gerenciam as condutas, que irá promover a recusa e problematização dos dispositivos de controle.

Uma série de dispositivos vai se alocando no campo investigado promovendo efeitos no trabalho docente, especialmente na produtividade do pesquisador. A possibilidade de recusa do artigo devido a interesses particulares do periódico, demora no processo de avaliação, pareceres superficiais e publicações que ocorrem em uma extensão de dois ou três anos após a primeira submissão, aparecem como dificuldades no cenário de produção nacional. Anexo à exigência de internacionalização dos programas e periódicos, os pesquisadores bolsistas de produtividade, principalmente os que atuam em subáreas que compartilham de aspectos semelhantes às ciências duras, têm direcionado seus trabalhos, cada vez mais, a periódicos internacionais. Simone relata uma experiência em que seu artigo foi rejeitado por um periódico nacional, não pelo critério qualidade, mas porque não era de interesse da revista publicar a temática anunciada no trabalho. Logo, a pesquisadora o submeteu a uma revista internacional e teve o artigo publicado.

E esse artigo que aqui no Brasil ele acabou sendo recusado... a gente mandou pra uma revista internacional e ele está publicado... [...] A gente não procura periódicos menos que B1... e a gente... tá difícil por que no Brasil... está difícil... está demorando muito... está muito ruim... está muito sobrecarregado... (Simone, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

A gente busca em geral periódicos A... ou B1 B2... aquela qualificação da CAPES... o Qualis CAPES... com a ideia de que eles vão... preferencialmente... aqueles que tem... um bom retorno... um processo ágil... com conta disso eu tenho procurado mais periódicos internacionais... porque os periódicos brasileiros é uma vergonha... o processo editorial muito lento... então eu tenho procurado os periódicos internacionais... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

A ênfase na produção em formato de artigo é um dos principais alvos de crítica na cultura da produtividade (BIANCHETTI; ZUIN, 2012; LUZ, 2005). O cenário desponta um número excessivo de artigos sendo submetidos aos periódicos, sobrecarga das revistas, poucos pareceristas (qualificados) e a ausência da

compreensão de que uma pesquisa não necessariamente resulta em uma produção no formato de artigo. Edith defende a opção por privilegiar a publicação em formato de artigo, pois, segundo a pesquisadora, tem-se uma modalidade com maior amplitude de alcance. Como afirma a entrevistada:

Enquanto o livro logo cai no esquecimento... o impacto da revista e sua facilidade de acesso são fatores que promovem o artigo por mais tempo... (Edith, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

Todavia, outro pesquisador levanta dois pontos que merecem uma discussão mais aprofundada e faz emergir o seguinte questionamento: se a cultura da produtividade acadêmica coloca o artigo como produto por excelência, com a justificativa de ser um meio para se divulgar os resultados da pesquisa e difundir o conhecimento, qual o destino do livro nesse cenário?

Uma coisa absolutamente ridícula é o tempo de demora nas avaliações das pesquisas em psicologia nas revistas nacionais... [...] A publicação em periódico científico existe justamente para ser o mais atual possível... [...] Nesse triênio eu tenho dois capítulos de livros, mas porque foram amigos que insistiram muito pra fechar o livro... porque dá um trabalhão gigantesco... e objetivamente é só pela satisfação de escrever sobre o tema... uma questão pessoal... profissionalmente como pesquisador não conta em nada... Então acaba que a exigência do artigo científico... ela é a que todos os dias paira na atividade do pesquisador... pelo menos no Programa que eu estou inserido... quão útil é o trabalho de pesquisa?... eu imagino que até mesmo as publicações... muitas delas... fica a publicação pela publicação... que quem ler vão ser os pesquisadores da área... que você já disse tudo o que tu falou no artigo... já conversou com as pessoas que vão ler... no último congresso... (René, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

O destaque dado à publicação em formato de artigo em meio à cultura da produtividade é um dos vários elementos que tem produzido um panorama de intensificação do trabalho. É tácito na fala do pesquisador que o que “conta” (quantitativamente) no exercício profissional é o produto em forma de artigo. E sua atividade caminha junto à exigência de publicação. Outro ponto de destaque refere-se ao lugar que o livro tem ocupado no cenário investigado. Historicamente constituído como um importante instrumento de difusão do conhecimento, o livro tem gradativamente perdido seu espaço para os artigos. Intenta-se deste modo, em diálogo com René, que o livro seja tanto uma “questão pessoal” quanto um instrumento/produto do profissional pesquisador. Embora os entrevistados não tenham apontado diretamente, sob o argumento da ênfase exagerada na produção

em formato de artigo, a área de Psicologia tem criado critérios para classificação de livros, considerando-os em sua avaliação dos programas. São observadas características relacionadas à autoria, obra e indicadores chamados de qualidade, considerando o contexto de produção do livro, enfatizando na ficha de avaliação a importância da relação com o contexto de pesquisa (BRASIL, 2013). É preciso, em meio à produtividade acadêmica, aprimorar os processos de avaliação e gestão existentes e as formas de divulgação sejam impressas ou eletrônicas.

Até este ponto, fator de impacto, internacionalização e produção em formato de artigo, elementos apontados pelos entrevistados, despontam como práticas discursivas que respondem a uma certa racionalidade e operam em prol da normatização do trabalho. Já a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq aparece como um dispositivo que agrega esses elementos discursivos e modula a prática profissional do pesquisador-docente. As falas a seguir trazem para a discussão o efeito bolsa PQ sobre a prática do pesquisador, construindo um cenário de intensificação das práticas que regem a conduta deste profissional.

Do ponto de vista do regime de trabalho... embora eu tenha sempre trabalhado com pesquisa... eu acho que... o fato de ser bolsista gera uma tensão maior e uma exigência maior... é... que impacta as minhas rotinas... então uma preocupação maior com... com... publicação... com a gerência das orientações... um bolsista ele tem que manter sua equipe funcionando com orientações... mestrado... se possível doutorado... *agora cada vez mais doutorado...* (Hannah, Psicologia Social, grifo nosso).

Primeiro que quando a gente se torna pesquisador 1... especialmente 1A... existe todo uma... uma consideração da comunidade científica... assim... “ah é pesquisador 1A do CNPq”... tem um reconhecimento... muita gente trata como se fosse um título honorífico... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Ser bolsista de produtividade hoje... exige cada vez mais do pesquisador... e eu estou me sentido cada vez mais exigida... (Júlia, Psicologia Social).

A dimensão do trabalho e sua processualidade parece adentrar a esfera da prática do docente pesquisador bolsista PQ como um *continuum* que redimensiona a noção de tempo e espaço. A prática passa a ser modulada por fatores que advêm da condição de bolsista, a saber, exigência quanto à produção científica, formação de recursos humanos (docência e orientação), coordenação de projetos de pesquisa e participação em atividades técnico-administrativas. Além disso, o bolsista ainda conta com o “mérito” e “reconhecimento” junto à comunidade acadêmica, dado o destaque em sua área de pesquisa, como indica Sarah. Contudo, a fala de Júlia chama atenção

para um fator que não é estanque: estar na condição de bolsista PQ promove uma exigência contínua.

A intensificação do trabalho está inserida no *quantum* de atividade que é atribuída ao pesquisador PQ. Poderia ser compreendida como um excesso de tarefas e exigências além da possibilidade de fazer várias coisas em um curto espaço de tempo, tendo em vista as tecnologias que adentraram o espaço acadêmico. Para Edith e Augusto, a tecnologia tem cooptado a atividade do pesquisador para além do âmbito institucional, o que caminha junto ao aumento do rendimento e de sua produtividade, como se pode observar:

As tecnologias de fato criaram uma intensificação do trabalho... porque a gente consegue hoje fazer coisas com a rapidez que a gente não conseguia fazer... o que eu estou chamando de intensificação não é trabalhar mais horas ou menos horas... mas fazer mais atividades... (Edith, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

Hoje... ao contrário de dez anos atrás... faço boa parte das minhas orientações por internet... eu me recuso a receber qualquer texto impresso... meus estudantes todos da graduação e da pós... só me entregam coisas pela internet... e sabem que eu só dou feedback pela internet... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional)

Observa-se uma informatização do trabalho do pesquisador, que se vê às voltas com a atualização, em ritmo acelerado, do currículo *Lattes*, do Coleta CAPES, de formulários das agências de fomento à pesquisa, de sistemas de submissão de periódicos eletrônico e outros. Nesse bojo, a tecnossociabilidade, pensada como contexto de produção de novos modos de ser, introduz o pesquisador em uma dimensão processual na qual o trabalho não tem início e não tem fim. Mancebo, Goulart e Dias (2010) assinalam que a intensificação do trabalho docente redimensiona a relação que o profissional estabelece com o tempo, pois é tênue a linha que separa o tempo no trabalho e o tempo fora do trabalho. Para as autoras a utilização de novas tecnologias favoreceu a intensificação do trabalho devido às inúmeras atividades que se pode fazer virtualmente: “captação de recursos, emissão de pareceres feitos diretamente, via eletrônica, com agências de fomento ou em revistas, bem como o empenho exigido para alimentação de inúmeros sistemas de avaliação, muitos dos quais *on line*” (MANCEBO; GOULART; DIAS, 2010, p. 9).

Contudo, os avanços tecnológicos são um anexo ao trabalho já executado pelo pesquisador. Sguissardi e Silva Júnior (2009), discutem a elevação significativa da demanda de trabalho, especialmente nas federais, com pesquisadores convocados à

produtividade elevada, incluída, nesse bojo, uma gama de atividades que vai de aulas à leitura de e-mails, passando por relatórios, pesquisas, artigos, reuniões, ou seja, uma lista longa de atividades que podem ser exercidas dentro e fora do ambiente institucional. A participação em inúmeras reuniões, por exemplo, é apontada pelos sujeitos entrevistados, docentes de instituições federais, como uma tarefa que, agregada à condição de pesquisador bolsista PQ, ocupa uma parcela significativa do tempo de trabalho.

A condição de pesquisador com bolsa PQ, como um fator que se insere no âmbito da intensificação do trabalho, aparece, ainda, como ferramenta que promove facilitações na inserção do sujeito em espaços acadêmicos que, na ausência da bolsa, não seria possível. Para Edith o fato de ser bolsista 1 promoveu uma série de convites (palestras, eventos, pareceres, escrita e outros), que, embora garantam uma inserção no meio acadêmico, intensificam suas atividades como pesquisadora.

As pesquisadoras e pesquisadores também apontam “benefícios” em decorrência da bolsa. Hannah assinala que os bolsistas tendem a ter um maior financiamento para suas pesquisas, sendo um dos critérios para a distribuição de verba o fato do pesquisador ser bolsista PQ. Em contrapartida, o campo promove uma série de exigências e processos que, por vezes, tornam a prática exaustiva. Vale ressaltar, como assinala Hannah no fragmento apresentado a seguir, que alguns pesquisadores se veem imbricados nessa via, qual seja, usufruir dos “benefícios” em meio às exigências.

Quem está no sistema percebe isso claramente... quer dizer... em detrimento das exigências produtivistas há benefícios... tanto do ponto de vista simbólico... como gera um certo status... entre os pares... não somente entre os pares da área mas no universo acadêmico... científico... [...] o fato de estar no sistema abre portas pra mim... mais facilmente do que pra quem não está... por exemplo... um dos critérios... que desponta... quando a gente está distribuindo verba de pesquisa... ou bolsa... é... por exemplo... pós-doutorado júnior... e se o orientador ou coordenador do projeto é bolsista... entende?... então entra como um critério importante nesse cenário... [...] (Hannah, Psicologia Social).

A discussão sobre financiamento abarca uma arena minada por relações de poder e competitividade. Destaca-se, na análise realizada por Mancebo (2013) sobre a produção de conhecimento enquanto efeito do trabalho docente, que o tema do financiamento, tendo em vista a insuficiência de recursos para todos e o predomínio dos pesquisadores e programas mais bem avaliados como aqueles que levam uma

fatia maior, promove uma competição por recursos em meio a uma corrida desenfreada pela produtividade. Hannah e Simone, discutem esse ponto quando afirmam que aqueles que estão no sistema (leia-se bolsistas PQ) têm mais facilidade do que os que estão fora. Estes, por outro lado, direcionam suas práticas a atividades que promoveriam sua entrada no sistema. Os recortes das entrevistas com Hannah, Augusto e Simone trazem para discussão os jogos de poder que permeiam o campo investigado:

É mais fácil você se manter no sistema... do que entrar no sistema... e o fato de estar no sistema... também abre portas pra mim... mais facilmente pra quem não está... (Hannah, Psicologia Social).

Quem entrou no sistema... faz tudo pra continuar nele... a pessoa já compartilha dos valores do sistema... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

O sistema não... não há recurso pra todos... há gente boa fora do sistema... e às vezes também os colegas... não têm coragem de tirar do sistema quem não devia estar... pra abrir vaga... (Simone, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Os pesquisadores destacam, sobre o cenário investigado, certas condutas frente às regras do jogo. Entrar no sistema e ser o sistema, ou seja, se manter e compartilhar dos valores deste, permite compreender os modos de subjetivação que essa prática promove. A fala de Simone evidencia mais ainda a complexa rede na qual se constitui o campo investigado, dado que a saída do sistema passa, também, pela relação com os pares. Os fragmentos produzem enunciados distintos (desejar o sistema, manter-se nele, não ter coragem para tirar quem nele está) que apontam para um jogo que envolve a relação direta entre os indivíduos.

Para Foucault (1982/2010), no âmbito das relações de poder, deve-se atentar para os modos de ação de uns sobre os outros. O exercício do poder implica tanto no ato de conduzir condutas quanto nos modos de existência em determinado campo de possibilidade. Enquanto um jogo, o exercício do poder está em constante elaboração, transformação, organização e comporta um conjunto de técnicas e instrumentos mais ou menos ajustados ao seu uso estratégico. No campo das relações entre os pares (para fazer alusão ao tema investigado nesse estudo) o poder é dinâmico e positivo, ou seja, cria possibilidade de ações diversas e abre espaço para o exercício da liberdade. Nas palavras do autor:

O que caracteriza, por um lado, o “poder” que analisamos aqui é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos de estruturas ou de mecanismo de poder, é apenas na medida em que supomos que “alguns” exercem um poder sobre os outros. O termo “poder” designa relações entre “parceiros” (entendendo-se por isso não um sistema de jogo, mas apenas – e permanecendo, por enquanto, na maior generalidade – um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras). (FOUCAULT, 1982/2010, p. 284).

Assim, as relações estabelecidas entre os pares, pesquisadores (bolsistas e não bolsistas), não são isentas de jogos de poder, ações que produzem práticas de liberdade e assujeitamento. Contudo, o fato de estar no sistema, ser bolsista de produtividade, redimensiona a prática do pesquisador e alimenta o *status quo* dos que se mantém. Porém, as condições para se tornar bolsista são controversas e, como indicam Sguissardi e Silva Júnior (2009), os motivadores para pleitear uma bolsa, vão do reconhecimento junto ao meio acadêmico aos aspectos que envolvem má condições de trabalho e baixa remuneração salarial.

Destarte, há um conjunto de fatores que incidem sobre a prática do pesquisador-docente, especialmente do bolsista de produtividade, com destaque para este dispositivo bolsa PQ, como apontam os pesquisadores:

A bolsa interfere no sentido da produtividade no trabalho e no sentido de estimular a fazer publicação... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

Então [com a bolsa PQ] eu talvez pense mais nos artigos futuramente, na questão da produção científica... do que eu pensava anteriormente... (René, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

No entanto, é preciso atentar para o limite que impõe na prática um exercício ético da pesquisa e da docência. A existência de uma prática produtivista que culmina no embate com esse limite ético, possibilita no cenário pesquisado a emergência de formas de resistência, como possibilidade não apenas de exercer uma atividade dentro dos parâmetros ético, mas de tornar a prática de pesquisa um exercício de si mesmo.

5.2 O acontecimento produtivismo acadêmico e as formas de resistência

O trabalho do pesquisador PQ, como aponta Edith, “não tem hora para começar ou para terminar”. E nesse contexto, novas modalidades da prática docente e de

pesquisa parecem compor o campo de investigação. Os modos como o sujeito lida com os efeitos decorrentes da intensificação do trabalho e da cultura da produtividade, ou mais ainda, os modos de existência frente a essa configuração, possibilita repensar as relações com o trabalho, com o outro e os processos de subjetivação.

Tomando a cultura da produtividade como um fenômeno que adentra a academia e redimensiona a relação do pesquisador-docente com sua prática por meio de dispositivos que modulam seu trabalho, outro fator emerge no cenário acadêmico, a saber, o produtivismo. Como assinalam Vilaça e Palma (2013), a dimensão numérica cede lugar a uma estratégia que irá configurar o campo com práticas que extrapolam os limites estabelecidos. Além disso, a discussão em torno do produtivismo coloca em pauta a dimensão ética, mediante a existência de má condutas no cenário acadêmico.

Embora a produtividade e o produtivismo coexistam, eles se diferem, sobretudo, no modo como configuram o campo e modulam o trabalho do pesquisador. Artigos superficiais, falta de inovação intelectual, fragmentação da pesquisa para obtenção de vários artigos e repetição, são alguns dos elementos que possibilitam a emergência do produtivismo, com especial destaque para o que é tocante à dimensão ético-moral, como plágio, falseabilidade dos dados para produzir um “bom” artigo, competitividade e sobrecarga de trabalho. No intento de se apresentar enquanto uma pesquisadora que, embora tenha uma expressiva produção, não se considera produtivista, Sarah indica alguns desses elementos que permeiam o campo em destaque:

Não é produtivismo por quê?... porque a gente não se repete... as nossas produções não são repetitivas... pelo contrário... eu tenho produção em várias áreas... avaliação psicológica... desenvolvimento... vulnerabilidade... violência... preconceito... discriminação... e por aí vai... a gente não se repete... a gente não faz salame... Salami Science... com os nossos dados... os nossos bancos de dados não são divididos em dez estudinhos menores... a gente tem um estudo... e a gente busca sempre um estudo de qualidade... e uma revista de qualidade pra publicar... e o avanço do conhecimento... quer dizer... não é fazer um artigo pelo artigo... é fazer um artigo que não seja mais do mesmo... um artigo que vá acrescentar alguma coisa pro conhecimento... produtivista pra mim é aquele que pega o banco de dados e vai dividindo... que se repete o tempo inteiro... e que não tem muito critério se aquilo é efetivamente pro avanço do conhecimento ou não... [...] e eu sou acusada de produtivista... eu não preciso nem te explicar... vai lá e olha meu currículo... e eu não acho que eu seja... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Malgrado os limites considerados aceitáveis, novamente a produção desponta como fator que configura o produtivismo. Bianchetti e Zuin (2012), em análise da produção intelectual e pesquisa científica administrada por uma cultura de mercantilização, afirmam que a própria nomenclatura produto instaura a conotação mercadológica nesses processos. Os autores atentam para a expressão *publish or perish*⁶ (publique ou pereça), na qual a compulsão pela publicação, mais do que efeito de uma cultura da produtividade, interfere nos contornos da produção científica no país. A fala de Sarah elucida ainda o papel que o currículo Lattes tem sobre a constatação da produção do pesquisador, tendo em vista que basta olha no currículo para saber se o pesquisador é ou não produtivista. Como discutido no capítulo 4 (quatro) deste trabalho, o Lattes tem operado como um dispositivo de controle dos comportamentos dos pesquisadores, inserindo estes atores em um campo de relações de poder no qual o indivíduo é subjetivado enquanto sujeito produtivo.

Vale destacar a fala das pesquisadoras entrevistadas e os elementos que apontam para a dimensão mercadológica que permeia a dinâmica de publicação e insere essa questão em uma lógica produtivista.

Às vezes eu brinco com meus alunos que nesse mercado... porque se tornou um mercado... infelizmente... a gente precisa ter capital de giro... você está escrevendo um... já tem outro sendo submetido... outro aprovado... outro sendo publicado... (Hannah, Psicologia Social).

Eu sou bastante produtiva... mas eu acho que isso é consequência de gostar de fazer pesquisa... e fazer pesquisa... e ter uma disciplina... pra mim eu sempre tive uma disciplina... que eu ensino pros meus alunos... é... você tem sempre trabalho... sendo feitos pesquisados... trabalhos sendo escrito pra submeter... trabalho submetidos... trabalhos no prelo... isso tem que ser uma disciplina... faz parte da nossa carreira... (Simone, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Meu Programa por exemplo é nota cinco... e aí... a ideia é que se nós somos cinco nós temos que lutar pra ser seis... a ideia é essa... você sempre competir para estar em um outro lugar... não é de você estar feliz... vamos produzir mais... vamos produzir diferente para a gente ser seis... então o lance agora é a gente olhar onde a gente está publicando... (Júlia, Psicologia Social).

Nas falas apresentadas pode-se notar certa modulação da prática de produzir, na qual as pesquisadoras e pesquisadores passam a funcionar na lógica vigente.

⁶ Uma versão da origem dessa expressão no cenário acadêmico estadunidense foi publicada por Rawat e Meena (2014). Nos anos 1930 já se fazia sentir, conforme as autoras, a pressão de se publicar com uma evidência de “talento acadêmico entre os pares”.

Hannah, em sua concepção de que o campo acadêmico se tornou em um mercado, metaforiza a produção científica enquanto “capital de giro”, sendo necessário, portanto, agregar à sua prática uma linha de produção que irá garantir um contínuo de publicação. Para Simone, os atributos pessoais compatíveis com essa lógica de produtividade corroboram para uma prática disciplinada. O produzir se justificaria por uma naturalização do gosto pelo exercício profissional, especialmente do ato de pesquisar. A pesquisadora retira de cena a problematização de um campo marcado por dispositivos produtivistas e introduz uma noção de causa-efeito de uma prática “bastante produtiva” enquanto efeito/consequência de um “gostar de fazer pesquisa”. Evidentemente, a prática do pesquisador não deve se isentar de elementos que a configure enquanto um exercício prazeroso, agregando a dimensão do desejo do sujeito em se tornar e ser um pesquisador. Contudo, esse elemento não deve suprimir a possibilidade do profissional problematizar o campo em suas múltiplas faces e criar condições de emergências de um pensar diferentemente do que se pensava. Em contrapartida, Júlia aponta a cilada que o campo produz, descartando o quesito felicidade em detrimento de um jogo do “sempre mais”. Ao pesquisador cabe um constante redimensionamento de sua conduta em busca de um quantitativo que produza efeitos positivos em sua avaliação e na avaliação do Programa em que se insere.

Na valorização do produto em detrimento do fator humano, Waters (2006, p. 42) marca que “as publicações acadêmicas se tornaram tarefas em série, como as peças que rodam pelas esteiras de uma linha de montagem.” O autor indica uma certa urgência de se repensar os aspectos dessa corrida, de modo a resistir e produzir novos modos de ser frente a essa prática, por muitos, naturalizada. Para Waters (2006), editor de uma das editoras mais prestigiadas do mundo (*Harvard University Press*), o campo tem produzido uma série de pesquisas mal feitas, com produtos inconsistentes e supostamente relevante ao avanço da ciência. Nas palavras do autor:

Entramos na região sombria da pesquisa acadêmica, e agora as exigências de produtividade estão levando à produção de um número muito maior de coisas sem sentido. Em épocas como esta, pesquisadores inescrupulosos e inebriados fazem alegações falsas sob a aparência de serem interessantes, mas que são também inverificáveis. (WATERS, 2006, p. 28).

As exigências de produtividade estão imbricadas ao aumento da produção de artigo e não eliminam da discussão a dimensão ética. Aliás, qual o compromisso ético

do pesquisador com a sua prática e com os produtos que desta derivam? É possível, enquanto um sujeito imerso nessa arena, abrir espaço para uma discussão dos limites éticos que a prática impõe? Sarah, convoca sua experiência como editora de periódicos para argumentar que, no tocante ao produtivismo, a qualidade é muitas vezes ignorada pelo próprio pesquisador/autor, que, na ânsia pela produção, impõe ao mercado editorial um produto inconsistente.

A exigência de produção é exacerbada... o que leva a uma degradação da qualidade do material... eu acho que muita gente... eu já fui editora de revista por vinte anos... e vou te dizer que noventa por cento do que se publica... do que é publicado... não presta... então... quem dirá o que não é publicado... tem muita porcaria sendo publicada... e [os pesquisadores] estão adoecendo... por conta dessa onda de produtivismo... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

A fala é finalizada com um tom de denúncia de um efeito que incide não somente sobre o produto, mas sobre o próprio pesquisador. Não apenas a produção científica no país tem “adoecido”, ou seja, sofrido com as intempéries que o cenário lhe confere, como também o pesquisador-docente. Estudos mostram que as exigências em torno do produtivismo acadêmico, com vias a aumentar a produtividade e o desempenho, são as principais responsáveis por adoecimento e quadros de sofrimento entre os pesquisadores que estão inseridos nesse cenário. (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005; LUZ, 2008; SGUISSARD; SILVA JUNIOR, 2009).

Borsi e Pereira (2013), realizaram uma pesquisa com 98 professores de uma universidade pública com o intuito de verificar a relação existente entre os modos de sofrimento e adoecimento com as exigências do trabalho. Nos achados da pesquisa, o profissional tem cada vez mais agregado à sua prática um emaranhado de tarefas quali e quantitativamente distintas. Instaura-se, conforme apontam os autores, uma nova dimensão do trabalho que excede os limites de sua atividade laboral, invadindo sua vida privada e modulando o cotidiano do pesquisador-docente. Os autores concluem:

[Este] processo [de sofrimento e adoecimento] está relacionado à imensa demanda de atividades acadêmicas que tem o docente, no fundamental à sobrecarga de ensino (aulas, orientações e supervisões de estudantes etc.), aliada à necessidade de pesquisar e publicar, sem, no entanto, conseguir redimensionar sua jornada de trabalho para incluir nela a possibilidade real de satisfazer tal necessidade de acordo com o próprio desejo. (BORSI; PEREIRA, 2013, p. 1224).

Todavia, deve-se atentar para esse aspecto que compreende o campo investigado, a saber, o sofrimento e adoecimento, devido à possibilidade desse processo ser suprimido pela noção de que se trata ainda de um trabalho gratificante e prazeroso (MANCEBO, 2007).

No bojo do produtivismo, e como uma tentativa anunciada pelos entrevistados de minimizar os efeitos (e por que não o sofrimento?) decorrentes da exigência presente no campo, estão a disciplina e a organização do trabalho, que aparecem, ainda, como fatores que facilitam os processos que mediam a produção acadêmica. O produtivismo engendra no cenário uma lógica de produção e um ritmo que domina não apenas o modo de trabalho, mas o próprio pesquisador. Esse processo contínuo de produção, que estabelece um certo ritmo na atividade do pesquisador, está presente no enunciado com tom de naturalização da prática que se recorta das entrevistas com Augusto e Sarah:

Você não define meta mais... você simplesmente vai no ritmo que você já acostumou a ir... de atividade... e você sabe que nesse ritmo vai acontecer... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional)

O grande mistério... é a gente manter uma rede de pesquisa... em que as pessoas tem tarefas... ideias... ambientes acadêmicos saudáveis de discussão... muita leitura... muita escrita... e que a gente vai confeccionando junto as produções... eu tenho uma ideia de que o meu aluno de mestrado e doutorado... na verdade eles não são muito diferentes pra mim... todos eles vão ser pesquisadores... vão estar no meu lugar daqui a pouco... eles são meus colegas... e eu preciso passar pra eles alguma coisa... que faça com que eles quando terminem o trabalho deles... eles possam fazer o que eu faço hoje... ou seja... supervisionar pesquisa... escrever artigo e tudo o que está relacionado a pesquisa... fazer intervenção... porque nós trabalhamos com população em situação de vulnerabilidade... então a intervenção é imprescindível... e a formação... que é a formação dos alunos de graduação... e de outros profissionais que estejam precisando... pessoas que não necessariamente estão ligadas ao mestrado ou doutorado... mas estão aprendendo... estão se especializando para trabalhar profissionalmente... então essas três tarefas... pesquisa intervenção e formação... são fundamentais pros meus alunos... tudo o que a gente percebe no trabalho... ao longo dessas três frentes... que seja necessário escrever sobre... a gente senta e escreve... com a ideia de que as pessoas vão... cada um fazer uma parte... e fazer esse trabalho integrado... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Atrelado a esse processo contínuo de produção, encontram-se algumas ferramentas de normatização que incidem sobre o pesquisador e os modos de produção. Além das já mencionadas, destaque-se nesse ponto a rede de coautoria. Godoi e Xavier (2012) discutem, como “anomalias”, alguns dos efeitos decorrentes do produtivismo acadêmico e apontam que, no quesito autoria, tem-se produzido um

obscurecimento na compreensão do papel do pesquisador na escrita do texto. Os autores citam algumas modalidades de coautor para problematizar o campo: aquele que não escreve; aquele que como orientador, estando em uma posição superior, se apropria do trabalho do orientando; a coautoria como forma de homenagear o colega; a coautoria como rede de colaboração para aumento da produção, entre outras. O argumento subjacente à enumeração das formas de autoria é que as práticas vigentes na escrita de um artigo têm elevado o fator autoria a patamares que se inserem no campo do produtivismo. Nas palavras dos autores:

Ainda que não haja critérios claros que definam a coautoria, há algum tempo não precisávamos mais do que bom senso para identificar coautorias de fato. A partir do momento em que a lógica do sistema passa a valorizar unicamente a quantidade produzida, formas de maximização começam a ser desenvolvidas. E, diante da obsessão pela multiplicação dos pontos, as mais diferentes formas de abuso dessa prerrogativa estão sendo identificadas. (GODOI; XAVIER, 2012, p. 460).

Ainda em diálogo com os autores, a coautoria passou a ser determinada, não somente pela escrita do pesquisador, mas por uma rede que vai desde afinidades teóricas e pessoais àquele que usa o texto para aumentar a sua produção. Sarah reporta a uma prática que tem utilizado para fazer frente às exigências produtivistas, embora seu efeito seja uma proeminente escala de produção. Isto posto, em diálogo com a fala da pesquisadora, para evidenciar um modo de condução da produção acadêmica que indica um saber sobre o “efeito primeira autoria” e o uso que a pesquisador faz deste saber.

Eu em geral sou a última autora de todos os meus estudos... você pode ver no meu currículo... eu não sou primeira autora... mesmo que eu seja a dona da ideia... digamos assim... e que é muito frequente... porque eu entendo que eu já tenho um emprego... meus alunos precisam de emprego... se eles tiverem primeira autoria eles vão ter mais facilidade de ter emprego... e eu estou mais preocupada em produzir no sentido de realmente fazer diferença... na produção... na qualidade de vida das pessoas... na melhora da produção científica brasileira... do que dizer que eu sou primeira autora por vaidade... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Essa colaboração, seja para aumentar a produtividade ou para produzir novas experiências frente à demanda produtivista, tem, em larga medida, configurado o campo e fortalecido a hegemonia do artigo como produto por excelência. Para Simone, ser produtivo envolve a dimensão da colaboração, que configura toda uma

rede na qual os agentes (docentes e alunos) que a ela pertencem devem ser produtivos.

Eu não publico por publicar... mas publicar é algo fácil... pra mim... não é difícil... e tem uma outra coisa que é fundamental... que pra mim eu acho que pra ser produtivo você precisa trabalhar em colaboração... então eu criei redes de colaboração inclusive nacionais... então eu publiquei... tenho publicado com colegas... e como faz do meu processo de formar docentes e pesquisadores... os meus alunos são produtivos... (Simone, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Essa fala chama atenção por mais dois motivos. Primeiro, na prática desta pesquisadora é possível identificar que o ato de publicar é tido como um processo contínuo e consequência do fazer pesquisa, sendo, portanto, considerado algo “fácil”. Indagar e compreender o que faz o publicar ser algo “fácil” para um pesquisador e um elemento complicador para outro é importante no campo que este trabalho investiga. Como já mencionado, o atual cenário de pesquisa coloca ao pesquisador o exercício de uma prática que pode ser exaustiva e prazerosa.

Outro aspecto que chama atenção e o que parece ter sido um lapso na fala da entrevistada, é a aparente troca da palavra “internacionais”, pela palavra “nacionais”, ao dizer que publica em colaboração “inclusive nacionais”. Qual a relevância desse fato? Como exemplo, tem-se uma pesquisadora 1A, com grande produção a nível internacional e que tem optado, como já mencionado, dada as dificuldades de se publicar em periódicos nacionais, por publicações em revistas estrangeiras. Nessa direção, a rede de coautoria e a área de investigação da pesquisadora, mais próxima aos critérios exigidos pelas revistas internacionais, são elementos que colaboram para a “facilitação” do processo de publicação nesse setor. De fato o “inclusive” volta-se para o nacional, tendo em vista a prevalência da publicação internacional, conforme pesquisa realizada no currículo *lattes* da pesquisadora.

Vale ressaltar que muitas vezes o pesquisador-docente se vê compelido pelo Programa a aumentar sua produtividade. Contudo, acirra-se uma pressão não apenas sobre o pesquisador, mas sobre seus orientandos (doutorandos, mestrandos e bolsistas de iniciação científica), como indica o pesquisador entrevistado.

No doutorado ele tem que ser aceito... um aceito e um enviado... são dois artigos no doutorado que tem que compor o volume da tese... e no mestrado tem que ser um artigo enviado... passa pela avaliação de bancas... mas não é necessário o aceite para publicação... só no doutorado que é necessário... mas isso é até uma das questões que no próprio regimento do Programa... é uma questão que está sendo discutida... pra tentar... aí vem aquelas políticas

da própria universidade... tentar fazer com que o curso aumente em nota... o curso tem nota 5... tentar passar pra nota 6... e pra isso tem que melhorar a qualidade das... um dos fatores que mais conta... é da qualidade dos trabalhos ali produzidos... que é boa... muito boa na verdade... mas tem que ser excelente... então a gente vai ter que... muitas vezes forçar o aluno... está se pensando em criar uma regra em que no mestrado... seja exigido que o artigo seja aceito... e que aí vai bater lá com o tempo... em vinte e quatro meses... se uma revista demora 6 meses pra dar o primeiro parecer... em vinte e quatro é possível de ter tudo pronto... isso se a gente considerar que o aluno envie no início... é aquela ideia de que toda incongruência vai explorar em algum lugar... e a gente está explorando nos alunos e nos professores... (René, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

Se na cultura da produtividade o publicar está inserido em um processo de avaliação do Programa e do próprio pesquisador, no produtivismo acadêmico publicar se tornou um jogo, cabendo ao pesquisador localizar suas estratégias e se munir de instrumentos e técnicas que lhe garanta ascensão frente a seus pares. Não basta uma boa produção, pois o cenário exige que a produção seja excelente. Mas, afinal, quais critérios o campo tem lançado para se diferenciar o bom do excelente, tendo em vista que se trata de expressões essencialmente qualitativas? Na fala de René, o excelente parece se associar ao quantitativo, especialmente, ao aumento do número de artigos, abarcando, para isso, os docentes e discentes. Contudo, as exigências de produção, expressas por um representante numérico, tem produzido um cenário de competitividade no âmbito da pesquisa científica. A competitividade é unânime no discurso dos pesquisadores e pesquisadoras entrevistadas como fator que impulsiona essa lógica de produção acelerada. Há uma dupla posição em relação aos pares, que ora aparecem como concorrentes, na busca por recursos, prestígio e reconhecimento, ora como aqueles que compartilham da mesma experiência frente à produtividade. Entretanto, no que diz respeito aos pares, chama atenção, ainda, o fato de serem estes os agentes dos processos avaliativos. Tem-se, então, um processo no qual o pesquisador se subjetiva e é subjetivado enquanto representante das agências de fomento. Contudo, não são os pares que avaliam? Augusto, valendo-se desse argumento, critica as discussões acerca do produtivismo, indicando que a área tem buscado estratégias para evitar o efeito produtivista. O pesquisador é enfático em dizer que os que criticam, frequentemente não participam dos fóruns de discussão, pois os processos de avaliação saem desses espaços.

As metas... geralmente são definidas pelas áreas de conhecimento... há muito essa conversa "ah a CAPES fez isso... o CNPq fez isso..." quem faz são os nossos pares que estão lá e foram escolhidos por nós... e eles fazem isso lá em função de coisas que nós discutimos... você está falando com uma

peessoa que defende o sistema... eu sou parte... e me considero parte... responsável por aquilo... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

A defesa de Augusto é compreensível sobretudo ao considerar que este pesquisador, como ele mesmo relata, compõe o sistema e colaborou para sua formação tal como é. Fala, portanto, de um lugar que lhe é próprio, não apenas de agente mas também de formulador dos processos de avaliação. O “eu sou parte” presente no fragmento recortado abre precedentes para se pensar o papel do eu na relação discursiva que o entrevistado estabelece com a temática. O que parece estar em jogo é um “eu” que representa um conjunto de pesquisadores, criticando, sobretudo, os pares que não se reconhecem como tal. Nessa perspectiva, mais do que um locutor, o entrevistado assume nesse ponto um papel de enunciador, anunciando uma perspectiva apresentada por este “eu”, que comporta um coletivo na construção do discurso. Logo, aliados ao seu dizer encontra-se um conjunto de outros pesquisadores que compõem o cenário apresentado pelo entrevistado. Entretanto, compreender a defesa não exclui a possibilidade de tecer críticas aos processos vigentes, sobretudo às modulações que esses processos vêm promovendo no trabalho do pesquisador. Não são ocultos os esforços que a área vem fazendo frente ao avanço do produtivismo. Todavia, tais esforços parecem ainda incipientes diante da complexa rede que se instaurou, por vezes sendo cooptados pelo produtivismo e servindo aos seus efeitos, como a já mencionada TMP.

É possível localizar nessa arena um jogo, correlações de forças e relações de poder que estabelecem determinadas hegemonias no campo da ciência e subjetiva os pesquisadores de formas distintas. Nesse ponto, recorre-se à fala de Simone que diz:

Nunca senti isso [pressão para publicar]... publicar pra mim sempre foi parte da minha vida... eu não me sinto pressionada... *eu gosto do jogo de publicar...* então nunca foi pesado... *eu nunca precisei de estratégias para publicar...* (Simone, Psicologia do Desenvolvimento Humano, grifo nosso)

Embora a pesquisadora afirma não recorrer a estratégias para adentrar no que denomina “jogo de publicar”, percebe-se ao longo de sua fala, como nas das demais pesquisadoras e pesquisadores entrevistados, uma sequência de procedimentos que orientam sua prática e conduzem os modos de produção. O que parece estar em jogo não é a ausência de estratégias, mas o lugar que cada pesquisador ocupa, tendo em

vista sua área de atuação. Neste ponto, vale questionar a que jogo a pesquisadora se refere, compreendendo, de início, que não é simplesmente o ato de publicar, mas um embate entre o poder e o saber. Um campo de dominação, com relações assimétricas que, para recorrer a Foucault (2012), diz da localização do sujeito em um campo de táticas e estratégias.

No regime do produtivismo cada pesquisador vivencia e emerge dessa experiência de forma única, embora possa ser compartilhada. Tem-se não apenas uma prática que modula o exercício de pesquisa, objetivando o pesquisador, mas um processo de subjetivação que produz novos modos de ser, possibilitando ao indivíduo tornar-se o que se é. Em consonância com Foucault (1984/2004), é preciso em meio às regras, riscos e normatizações, o exercício de uma prática de liberdade. Ao pesquisador cabe, ainda em diálogo com o autor, “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 1984/2004, p. 265).

Todavia, não é tarefa fácil resistir aos dispositivos disciplinares presentes nessa arena composta por relações de poder e dominação. A fala a seguir caminha nessa direção e possibilita abrir espaço para uma discussão com foco, para além da modulação do trabalho, no “aprisionamento” do sujeito pesquisador.

Eu tenho 40 anos de Universidade... e eu gostaria de fazer muitas coisas na Universidade... que eu sinto que depois de 40 anos eu tenho... capacidade... eu tenho a experiência acumulada... e às vezes essas coisas não são feitas... quer dizer... eu deixo de fazer... projetos importantes... porque eu estou no afogadilho também da publicação... [...] Eu não posso ficar em um quantitativo da publicação... que às vezes faz como que essa experiência que eu acumulei... principalmente na minha área... exclui as outras coisas que eu teria para contribuir... o que eu quero dizer é que o conhecimento... ele não deve se mostrar somente sobre a forma de uma publicação em uma revista acadêmica qualificada... (Júlia, Psicologia Social).

A pesquisadora prossegue:

Quando você tem um critério que é quantitativo... você vai multiplicar os pães de alguma forma... o que é apenas um efeito desse dispositivo da avaliação... eu acho que esse dispositivo... pelo qual os pesquisadores estão cada vez mais submetidos... é um dispositivo que aprisiona... essa questão da avaliação tem que ser pensada para além dos efeitos... que estão evidentes por aí... (Júlia, Psicologia Social).

A fala de Júlia evidencia que embora a pesquisadora tenha atividades como objetivo para sua carreira profissional, há uma normatividade que rege sua prática e

modula sua conduta. O campo opera com dispositivos que aprisionam o profissional, o submetendo ao regimento dos seus ditames. Os pesquisadores, aprisionados à ideologia produtivista, são moldados a serem produtivos, com decorrências progressivas à sua atividade profissional, saúde e vida social. Essa ideologia articulada aos discursos de produtividade, ocultam os processos de controle e seus efeitos sobre a saúde e qualidade de vida do pesquisador. Vale ressaltar o trecho em que a pesquisadora aponta a prática de “multiplicar os pães” no cenário investigado, como efeito desse dispositivo de avaliação. A expressão parece ser utilizada de modo análogo ao efeito “*salami science*” – discutido no capítulo introdutório deste trabalho – como forma de se obter um quantitativo maior de produção mediante a prática de “fatiar” os resultados de investigações científicas. Acompanhando o argumento da entrevistada, o uso metafórico de se “multiplicar pães” ou de “fatiar o salame” seriam saídas – por mais questionáveis que sejam – para atender aos critérios quantitativos que permeiam as exigências pelas quais um pesquisador é avaliado.

As metas estão presentes no campo investigado e sua relação com o produtivismo dependerá do efeito que elas terão sobre a qualidade de vida do pesquisador, conforme se vê no enunciado da entrevista de Augusto do trecho recortado a seguir:

Eu não acho que seja produtivismo você definir metas a alcançar... e alcançar essas metas... e isso não trazer nenhum prejuízo pra sua qualidade de vida etc... (Augusto, Psicologia do Trabalho e Organizacional).

Embora seja uma possibilidade anunciada na fala quanto à definição de metas, na prática tem-se que os pesquisadores se vêm na obrigação, dada a configuração do sistema, de seguir metas instituídas. E, se há algum interesse em trilhar novas metas, como apontou Julia, as intempéries do campo se impõem. Para Foucault (1984/2010), os modos de subjetivação assumem diferentes configurações e abarcam o campo relacional de si para consigo mesmo e de si para com o outro, mediado pelos procedimentos pelos quais o controle é exercido. O sujeito é compelido, em uma dimensão ético-política, a determinado tipo de existência, produzindo formas de vida e organização social distintas.

É preciso, então, criar novos modos de existência frente a esse fenômeno. As relações de poder presentes no campo investigado coexistem com a resistência e são controladas, em certa medida, por práticas de liberdade. Contudo, como se pode

praticar a liberdade? Como resistir a esses dispositivos disciplinares que exercem controle sobre o pesquisador? Considerando, como indica Foucault (1984/2004, p. 277), que “um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último [uma] possibilidade”, far-se-á o exercício de localizar nos discursos dos entrevistados possíveis focos de resistência, como se pode observar na fala a seguir:

Eu consegui organizar uma rotina que eu não vou a universidade todo dia... eu sou super ágil em e-mails... você deve ter percebido... faço reunião dos meus alunos aqui na minha casa... até por dificuldade de espaço físico na universidade nesse momento... a minha sala é muito pequena na universidade... e assim eu vou indo... até pra evitar um pouco... eu ocupei cargos de chefia durante muito tempo...(...) e toda vez que eu chego na [universidade] é uma confusão assim... eu me sinto completamente atordoada com demanda de trabalho... por outros tipos de atividade... (Hannah, Psicologia Social, grifo nosso)

Mesmo que a pesquisadora indique que a dimensão do trabalho adentrou a esfera privada, o modo como se organizou para reduzir os efeitos de sua ida à universidade, aponta para um manejo diante da possibilidade desse dispositivo agregar mais tarefas à sua prática. A fala anuncia uma resistência à intensificação do trabalho, imposta pela instituição, mesmo diante das relações de poder existentes com seus funcionários e tentativa frequente de captá-los para executar seus ditames. Esse dispositivo, o trabalho e sua normatividade, é uma forma de exercício do poder, baseado em sua hierarquia, rotina e organização.

A discussão de uma ética como prática reflexiva da liberdade caminha em direção de práticas de resistência aos efeitos de sujeição no cenário do produtivismo. A possibilidade de abrir espaços para que o pesquisador assumo o controle de si mesmo fazendo do cotidiano de sua prática um exercício constante de problematização e reflexão política, deve incidir sobre as discussões que marcam o campo investigado, ou seja, abrir espaço para um “...conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto do pensamento” (FOUCAULT, 1984/2006, p. 242).

Em Foucault (1984/2004, p. 270), “para que essa prática da liberdade tome forma em um *êthos* que seja bom, belo, honroso, respeitável, memorável e que possa servir de exemplo, é preciso todo um trabalho de si sobre si mesmo.” Com isso, o autor introduz a dimensão do cuidado de si como prática da liberdade. Frente à prática do pesquisador, o cuidado de si opera na aproximação entre o sujeito e verdade, no

qual a finalidade do trabalho deve ser buscada na relação que o sujeito estabelece consigo mesmo.

Na direção de um voltar-se a si mesmo, como uma experiência de si, o sujeito se constitui enquanto sujeito de sua própria ação. Entende-se essa enquanto uma forma de subjetivação possível. Sarah, assinala a importância desse se dedicar a si mesmo como uma experiência de si e como um modo de resistir aos acontecimentos do produtivismo.

Acho que a gente tem que se organizar pra ter hora de lazer... de ter horas pra gente mesmo... essas duas horas de manhã que eu tenho pra mim são extremamente saudáveis... levantar cedo pra poder me curtir... e fim de tarde pra poder sair... poder jantar fora... ir no cinema... fazer nada... caminhar... é fundamental... tinha um tempo que eu achava que eu estava perdendo o meu tempo... pelo contrário... eu agora faço questão desse tempo... (Sarah, Psicologia do Desenvolvimento Humano).

A discussão que este cenário faz emergir aponta para a necessidade de se criar um espaço capaz de lidar com o mal-estar vivenciado frente às exigências produtivistas. Sarah demonstra que não se trata de uma tarefa simples e fácil. De início, o tempo é redimensionado ao trabalho que não tem hora para começar ou para acabar. E, mais do que pensar a alocação do tempo às atividades pessoais, o que está em jogo é a cooptação deste pela normatividade produtivista que impõe um ideal de tempo que não seja improdutivo. O tempo, no cenário produtivista, torna-se um problema na medida em que se transforma em tempo-produtivo. Neste, o indivíduo se relaciona com o trabalho fazendo emergir os produtos desta relação, escamoteando a aparição do sujeito. Como modo de subjetivação da pesquisadora, uma vez que o tempo era dedicado às tarefas de produção, ou seja, uma dominação efetivada através do controle, foi preciso romper com a normatividade que o cenário colocava.

Julia relata uma experiência de participar da criação de uma revista que foge aos parâmetros dos processos de avaliação. Conforme aponta a pesquisadora:

Se cria uma revista para dialogar com a sociedade... distanciar dos parâmetros vigentes dos processos de avaliação... eu acho que existem transgressões possíveis... fazer essa revista foi uma espécie de aposta... e junto comigo está um coletivo de alunos... de outros professores que estão acreditando e estão apostando... mas transgredir aos parâmetros vigentes... você se expõe a risco... eu não sei se minha bolsa vai ser renovada... eu não sei se eu vou descer de nível... (Júlia, Psicologia Social).

O risco, especialmente o assujeitamento, está sempre colocado em meio às lutas e resistências. A perda da bolsa ou a reclassificação é um risco que a

pesquisadora corre. Contudo, é justamente por haver um risco que é preciso ter coragem para resistir. A resistência enquanto uma experiência de subjetivação coloca em jogo liberdade e coragem, pois a dimensão ética da resistência nada mais é do que a coragem de liberdade (RODRÍGUES, 2010).

Ademais, a resistência não se encontra em uma posição de exterioridade em relação ao poder, pois está presente em maior ou menor densidade em toda relação de poder, subjetivando os indivíduos (FOUCAULT, 1976/1988). A resistência é, para os sujeitos das relações de poder, possibilidade de transformar-se e reposicionar-se. A prática do pesquisador-docente, especialmente o pesquisador bolsista PQ, é, sobretudo, um exercício sobre si mesmo que permite a transformação de si no e por meio do que se faz.

6 À GUIZA DE CONCLUSÃO: DAS MARGENS DE SAÍDA ÀS MARGENS A QUE SE CHEGA

“[...] Que faz aí o ler, Lendo, fica-se a saber quase tudo, Eu também leio, Algo portanto saberás, [...] as palavras são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é que importa [...]”. (SARAMAGO, 2011, p. 77).

O capítulo que se segue ganha *status* de conclusão. Contudo, se está diante de uma temática que, embora venha sendo discutida há pouco mais de uma década, parece estar distante de uma finalização conclusiva. O que se pretende mostrar aqui são pontos de chegada, margens que foram encontradas a partir das discussões apresentadas nos capítulos anteriores, sem fechar as possibilidades de os leitores encontrarem suas próprias margens.

Como ponto de partida, pensar a cultura da produtividade permitiu introduzir na discussão dois elementos que produzem efeitos diretos sobre o pesquisador, a saber, a intensificação do trabalho e o produtivismo acadêmico. Em diálogo com esses dois elementos, a bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq aparece como um dispositivo disciplinar, que embora ofereça seus “benefícios” aos pesquisadores, dita uma certa conduta, normatizando a prática do bolsista e produzindo modos de subjetivação. Em um cenário mais amplo, a cultura da produtividade emergiu como um conjunto de práticas necessárias ao desenvolvimento científico e produção de conhecimento no país. Entretanto, o modo como essas práticas vão constituindo o cenário investigado e os efeitos que elas produzem no campo, pode fazer insurgir práticas que ditam uma certa discursividade e impõe um modo de produção que foge aos ideais de cientificidade, agregando parâmetros mercadológicos, quantitativistas, produtivistas e, por vezes, distantes de uma postura ética.

Componentes dessa arena produtivista, alguns termos são pontos-chaves de condução da fala dos pesquisadores entrevistados, conceitos que encontraram maior ênfase no interior do discurso: produtividade, normatividade, avaliação, bolsa PQ e internacionalização. Tais enunciados permitem alimentar um certo modo de produção no meio acadêmico.

Dos resultados, ainda foi possível observar que as relações de poder presentes nesse campo são determinantes para o assujeitamento e práticas de liberdade do

pesquisador. Os docentes-pesquisadores entrevistados evidenciam que, embora se trate de um campo com dispositivos que modulam o trabalho, é possível resistir criando formas de existência frente às normas instituídas. Resistência que, como discutido, introduz na arena os riscos, mas ao mesmo tempo conduz o pesquisador a uma prática mais reflexiva.

As políticas de gestão e avaliação atuam no cenário pesquisado, sobretudo, com a disposição de critérios que privilegiam o quantitativo, porém não se furtando do qualitativo. Como foi possível observar, a área de Psicologia tem produzido elementos que faz frente à lógica produtivista, com o intuito de agregar à avaliação critérios que evidenciam a qualidade das produções acadêmicas. Porém, ainda se está longe do ideal e as tentativas têm se mostrado insuficientes frente ao efeito produtivista. Cabe uma constante problematização sobre campo investigado, especialmente os processos de gestão e avaliação, a fim de interrogá-los como experiências demarcadas no tempo e no espaço e que servem a determinados propósitos.

Pode-se considerar, a partir dos dados analisados, que o trabalho docente tem sofrido relativa precarização, que se intensifica frente às políticas de gestão e avaliação regidas pelas agências de fomento. A análise indica, ainda, que o trabalho do pesquisador é atravessado por múltiplas configurações, moduladas pela tecnologização das relações cotidianas (com alunos e agências de fomento), pressões por inserção acadêmica, mas, particularmente, pela manutenção de alta performance de publicação e internacionalização da produção. Um trabalho que não tem hora para começar ou terminar e um trabalho que se faz na universidade, em casa e no traslado de uma atividade a outra compõem a discursividade do pesquisador, que se vê imerso em um emaranhado de tarefas e com a permanente cobrança para produzir de uma forma bastante específica.

Grande parte dos artigos e pesquisas que se propõem a discutir esse tema podem ser inseridos no campo das estratégias de resistência, tendo em vista uma proposta de problematização do contexto no próprio meio acadêmico. É preciso tomar como base que nada está acabado, ou seja, as políticas de avaliação e gestão estão em constante processo de aprimoramento e os modos como a área tem colocado em prática essas políticas buscam atentar para os efeitos produtivistas, embora, na prática sua interpretação possa fazer emergir sujeitos produtivos.

No decorrer do trabalho foram levantadas algumas questões e acredita-se na possibilidade de um maior aprofundamento em estudos posteriores, por exemplo, com

o viés nos programas de pós-graduação. A avaliação CAPES dos programas aparece nesse trabalho como pano de fundo, tendo em vista seu efeito sobre o pesquisador-docente. Os processos de avaliação e a prática no campo da produtividade deste sujeito foi o foco principal deste estudo. A bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq foi outro elemento central. Contudo, um ponto importante para se pensar esse dispositivo e seu efeito sobre o pesquisador refere-se à contextualização histórica. Esse ponto fica como lacuna para estudos futuros.

Ademais, parafraseando a epígrafe que introduz esse trabalho, pode-se afirmar que se ele procurou discutir os detalhes sobre a cultura da produtividade, a intensificação do trabalho e o produtivismo acadêmico, diante, especialmente, do dispositivo bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, se lhes confiou indicativos numéricos que evidenciam um cenário marcado por critérios quantitativos, é por causa dos pesquisadores, dos programas e das políticas: “Eles adoram os números”.

REFERÊNCIAS

AXT, Margarete. O pesquisador frente à avaliação na pós-graduação: em pauta novos modos de subjetivação. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004.

BARATA, Rita Barradas; GOLDBAUM, Moisés. Perfil dos pesquisadores com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq da área de saúde coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6, p. 1863-1976, nov./dez. 2003.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antonio Alvaro Soares. O intelectual universitário e seu trabalho em tempo de “pesquisa administrada”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. set. 2012.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva. Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychopogica**, Bogotá, Colômbia, v. 12, n. 4, p. 1211-1233, 2013.

BRASIL. **Capex completa 60 anos com entrega de prêmio no Palácio do Planalto**. 2011. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/4729-capes-completa-60-anos-com-entrega-de-premio-no-palacio-do-planalto>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

BRASIL. **Classificação da produção intelectual**. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/classificacao-da-producao-intelectual>>. Acesso em: 27 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Pós-Graduação. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1975-1979**. Brasília: CNPG, 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1982-1985**. Brasília: CAPES, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 1986-1989**. Brasília: CAPES, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2005-2010**. Brasília, Distrito Federal: CAPES, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-graduação – PNPG 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2013**. Brasília: CAPES, 2013.

CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. **Debate**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, 2013. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-311X20130009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 8 jun. 2014.

CAMARGO JR.; Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1707-1730, set. 2013.

CASTRO, Ana Elisa Ferreira de.; YAMAMOTO, Oswaldo H. A Psicologia como profissão feminina: apontamentos para estudo. **Estudos em Psicologia**, Natal, v. 3, n. 1, p. 147-158, 1998.

CAVALCANTE, Raika Augusta et al. Perfil dos pesquisadores da área de odontologia no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 106-113, 2008.

CONCIÊNCIA, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. **Dossiê**: Fraudes, erros e enganos, Campinas, n. 147, 2013. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1519-765420130003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 2 fev. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **A criação**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao>> Acesso em: 03 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Resolução CNPq n.16/2006**. Estabelece as normas gerais e específicas para as bolsas individuais no País. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/100343> Acesso em: 03 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Comitê de Assessoramento de Psicologia Social e Serviço Social (CA-OS). **Critérios de julgamento para bolsas de produtividade em pesquisa (PQ)**. 2012a. Disponível em: <http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/48881> Acesso em: 03 jun. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução CNS n.466/12**. Dispões sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>> Acesso em: 18 dez. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Avaliação Trienal 2013**. 2013. Disponível em: <<http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>> Acesso em: 30 jan. 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Sobre a avaliação**. 2014. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao>> Acesso em: 10 jul. 2014.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DOMINGUES, Eliane. Autoria em tempos de “produtivismo acadêmico”. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, editorial, abr./jun. 2013.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, Newton. A pós-graduação e o modelo produtivista do fazer científico. **Painel** – Boletim Informativo da Faculdade de Ciências e Letras / UNESP, Araraquara, p. 6-7, set. 2002.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Globalização e educação: precarização do trabalho docente**. Campinas, v. 25, n. 89, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-733020040004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 8 jun. 2014.

FERREIRA NETO, João Leite. **A formação do psicólogo**. Clínica, social e mercado. São Paulo: Escuta, 2004.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha. Trabalho docente formação continuada e tecnologias. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. Cap. 5, p. 135-160.

FIDALGO, Nara Luciene Rocha; FIDALGO, Fernando. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (Org.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009. Cap. 3, p. 91-112.

FICHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 123-151.

FONTANA, Mônica Graciela Zoppi. Slow Science: a temporalidade da ciência em ritmo de “impacto”. **Leitura**, Maceió, n. 50, p. 223-257, jul./dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: volume 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: volume 1: a vontade de saber (1976)**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. O que são as luzes? (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade (1984). In: FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população (1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: volume 2: o uso dos prazeres (1984)**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar a punir (1975)**. 40. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber (1969)**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (1971)**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GODOI, Christiane Kleinubing; XAVIER, Wlamir Gonçalves. Produtivismo e suas anomalias. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 456-465, jun. 2012.

GOLDEMBERG, José. José Goldemberg. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **USP 70 anos: imagens de uma história vivida**. São Paulo: Edusp, 2006, Part. 2, p. 233-248.

HUTZ, Claudio Simon; ROCHA, Marisa Lopes da; SPINK, Mary Jane Paris; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Perfil, avaliação e metas de produção intelectual dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, s. 1, p. 25-34, 2010.

KUENZER, Acácia Z.; MORAES, Maria Célia Marcondes. Temas e tramas na pós-graduação em educação. In: BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar (Org.). **Dilemas da Pós-Graduação: gestão e avaliação**. Campinas: Autores Associados, 2009, Cap. 4, p. 177-205.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; SILVA FILHO, João Ferreira da. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, 2005.

LUZ, Madel Terezinha. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005a.

LUZ, Madel Terezinha. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 205-228, 2008.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobre implicação e prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74- 80, 2007.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente e produção de conhecimento. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 519-526, 2013.

MANCEBO, Deise; GOULART, Samira M.S.; DIAS, Viviane, da Cunha. Trabalho docente na UERJ (1995-2008): intensificação, precarização e efeitos de subjetivação. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação e Sindicatos de Trabalhadores em Educação, 2010. p. 1-16.

MENDES, Patrícia Helena Costa et al. Perfil dos pesquisadores bolsistas de produtividade científica em Medicina no CNPq, Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, p. 535-542, 2010.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

PSICOLOGIA & SOCIEDADE. **Práticas avaliativas e produção de conhecimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-718220040001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 8 jun. 2014.

PSICOLOGIA USP. **Publicação em Psicologia**. São Paulo, v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-656420110002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 8 jun. 2014.

RAWAT, Seema; MEENA, Sanjay. Publish or perish: where are we heading? Bethesda, **Journal of Research in Medical Sciences**. v. 19, n. 2, p. 87-89, 2014.

REINACH, Fernando. Darwin e a prática da “Salami Science”. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, Salvador, v. 12, especial, p. 402-403, dez. 2013.

REGO, Teresa Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, abr/jun, 2014.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

REVEL, Judith. **Foucault, um pensamento de lo discontinuo**. Amorrortu: Buenos, 2014.

REVISTA BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO-RBPG. Brasília, v. 9, n. 18, 2012. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/view/22/showToc>> Acesso em: 8 jun. 2014.

RODRÍGUEZ, Miguel Ángel Cortés. **Poder y resistencia em la filosofia de Michel Foucault**. Madri: Biblioteca Nueva, 2010.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O pequeno príncipe**. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

SAMPAIO, Simone Sobral. A liberdade como condição das relações de poder em Michel Foucault. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 222-229, jul./dez. 2011.

SANTOS, Natacha Carvalho Ferreira; CÂNDIDO, Lucilene Faustina de Oliveira; KUPPENS, Cristiano Lima. Produtividade em pesquisa no CNPq: análise do perfil dos pesquisadores da química. **Química Nova**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 489-495, 2010.

SARAMAGO, José. **Janela da Alma**. Rio de Janeiro: Copacabana Fimes, 2001. 1 vídeo-disco (73 min.): NTSC: son., color.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Plágio, ética e pesquisa na sociedade: problematizações e contradições. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 3, p. 34-42, jan./jun. 2011.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Avaliação acadêmica, ideologia e poder. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 315-334, 2011.

SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, Francisco Paula da. Articulações entre poder e discurso em Michel Foucault. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Org.). **Foucault e os**

domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. Cap. 3, p. 159-179.

SILVA, Viviane Angélica. Distribuição de bolsas produtividade em pesquisa na UFMG: uma questão de gênero. **Via Litterae**, Anápolis, v. 5, n. 2, p. 351-372, jul./dez. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FERREIRA, Luciana Rodrigues; KATO, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, abr./jun. 2013.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil:** reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SOUZA, Ana Lúcia de. **Panopticon virtual da contemporaneidade:** o Currículo Lattes como possibilidade de controle e vigilância na área de arte. 2010. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, São Paulo.

SPIPKI, Fernando Rosado. Perfil dos bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Medicina Veterinária. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 205-213, fev. 2013.

TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Desafios da pós-graduação em Psicologia no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 23, supl. 1, p. 35-46, 2010.

TREIN, Eunive; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, set./dez. 2011.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Foucault revoluciona a história. Brasília: UnB, 1982.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

VILAÇA, Murilo Mariano; PALMA, Alexandre. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 467-500, 2013.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança.** Publicar, perecer e o eclipse da erudição. São Paulo: UNESP, 2006.

WENDT, Guilherme Welter et al. Perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPQ em Psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, 2013.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; TOURINHO, Emmanuel Zagury; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Produção científica e “produtivismo”: há alguma luz no final do túnel? **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 9, n. 18, p. 727-750, dez. 2010.

APÊNDICE A – Temas de entrevista

- 1) Histórico da condição de bolsista:
 - a. Quando se tornou bolsista PQ.
 - b. Relato do processo até ser contemplado com a bolsa.
 - c. Mudanças no cotidiano de trabalho ao se tornar bolsista PQ.
 - d. Finalidade do trabalho na pós-graduação

- 2) Produtividade atrelada à prática docente
 - a. Há quanto tempo está credenciado a um PPG? Como ocorreu seu ingresso?
 - b. Me fale sobre o cotidiano do trabalho (Horas de dedicação; Aulas na graduação; Processo de orientação) e outras atividades relacionadas à pós-graduação.
 - c. Mudanças no cotidiano de trabalho ao ingressar na pós-graduação.

- 3) Produtividade atrelada a produção de conhecimento
 - a. Quantidade e modos de produção de artigos, livros etc
 - b. Escolha de Periódicos Científicos
 - c. Dinâmica (rede) de Coautoria. Publica em parceria com orientandos e outros docentes do Programa?
 - d. Dificuldade enfrentadas no processo de publicação.

- 4) O que tem a dizer sobre:
 - a. *Salami Science*
 - b. *Slow science*
 - c. Avaliação dos programas e docentes
 - d. Produtivismo acadêmico
 - e. Agências de fomento
 - f. Avaliação por pares

APÊNDICE B – TCLE



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: **Intensificação do Produtivismo Acadêmico: gestão, avaliação e processos de subjetivação**

Prezado(a) Prof.(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que pretende investigar a intensificação do produtivismo acadêmico no Brasil e os processos de subjetivação atrelados à política de gestão e de avaliação de docentes e programas de pós-graduação em Psicologia. Sua participação se deve, portanto, ao fato de ser pesquisador, bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, entretanto, não é obrigatória. A participação neste estudo é voluntária e a qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento deste estudo.

O objetivo da pesquisa é analisar a intensificação do produtivismo acadêmico no Brasil e os processos de subjetivação que modulam a atividade dos docentes de programas de pós-graduação em Psicologia, em face das políticas científicas vigentes dos mecanismos de avaliação.

A sua participação nesse estudo consiste em participar de uma entrevista sobre o tema da pesquisa. As informações serão gravadas e posteriormente transcritas e analisadas.

A sua identidade será mantida em sigilo. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. De maneira a assegurar sua privacidade, a transcrição será feita omitindo-se marcadores pessoais e institucionais que permitam sua identificação. Todo material de registro produzido durante a pesquisa ficará sob guarda do pesquisador responsável durante 5 anos e após este período todo material será destruído.

Efeitos indesejáveis podem ocorrer em qualquer pesquisa, apesar de todos os cuidados possíveis. Diante de qualquer desconforto ou constrangimento, sua participação poderá ser interrompida, sem maiores prejuízos.

Espera-se que, como resultado deste estudo, que se possa identificar as experiências que permeiam os programas de pós-graduação *stricto sensu* em psicologia, enfatizando-se a produtividade associada à prática de pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável e pode ter esclarecidas suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável:

João Henrique de Sousa Santos
Tel.: (31) 3432.9584 / 8828.6609
jhsousasantos@gmail.com.br

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.^a Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31) 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2014.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Nome do participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Obrigada por sua colaboração.

João Henrique de Sousa Santos

Data